



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0333/15	DATA: 16/04/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 18h19min	PÁGINAS: 176

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 11ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura, por solicitação dos Deputados Aluisio Mendes e Luiz Sérgio.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento de expedientes.

Ofício do Deputado José Rocha, do PR da Bahia, justificando a ausência na reunião desta Comissão e informando que estará em missão oficial na cidade de Las Vegas, Estados Unidos, participando do NAB Show 2015, promovido pela National Association of Broadcasters, no período de 13 de abril a 16 de abril de 2015.

Ofício do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando que a solicitação desta CPI para o compartilhamento de toda a documentação da CPMI da PETROBRAS disponível, incluindo os documentos cancelados como sigilosos, será atendida nos termos requeridos.

Examinando os requerimentos apresentados, esta Presidência observou que o Requerimento nº 338, de 2015, de autoria do Deputado Júlio Delgado, guarda inteira relação com o teor do Requerimento nº 607, de 2015, já aprovado, ou seja, a



realização de diligência externa à cidade de Curitiba, Paraná, para a oitiva de presos da Operação Lava-Jato, razão pela qual, reconhecendo a unidade de interesse das propostas contidas em ambos os requerimentos, reconheço também aprovado o requerimento de autoria do Deputado Júlio Delgado, informando que o mesmo constará da pauta da próxima reunião deliberativa para que o Plenário possa referendar essa aprovação. Determino à Secretaria que proceda à alteração nos registros da CPI.

Eu gostaria de divulgar a agenda da CPI para os próximos dias. Antes informo que foi distribuída para os Srs. Parlamentares toda a lista com a documentação que já chegou à Secretaria da CPI. Toda essa documentação está disponível para os Srs. Parlamentares, para que possam usufruir e analisar, para que possamos evoluir na investigação. Já chegaram mais de 100 documentos, o que, sem dúvida alguma, mostra que vamos ter muito trabalho pela frente. Vamos continuar cobrando de maneira muito firme que as documentações que ainda não chegaram à Secretaria da CPI possam ser enviadas o quanto antes, para que a CPI possa prosseguir no seu trabalho. De certa forma, vamos cobrar que toda a documentação que foi requisitada pelos Srs. Parlamentares possa estar à disposição dos senhores o quanto antes.

Como já é previamente sabido por todos, na nossa agenda constam as seguintes atividades: no dia 23 de abril, próxima quinta-feira, depoimento do Sr. Augusto Mendonça, que não pôde vir nesta semana à CPI; no dia 24 de abril, próxima sexta-feira, reunião com o Juiz Federal Criminal Sérgio Fernando Moro e com o Secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná, Deputado Fernando Francischini, em Curitiba, com a presença da Deputada Eliziane Gama e dos Deputados Ivan Valente, Onyx Lorenzoni, Júlio Delgado, Leo de Brito, Antonio Imbassahy e Celso Pansera. Essa é a comissão que nós formamos. São sete Parlamentares que irão a Curitiba tratar do envio de documentos à CPI que ainda não foram compartilhados por parte do Juiz Federal Sergio Moro e que são essenciais para a nossa investigação e também já farão algumas tratativas sobre a ida da CPI a Curitiba.

Essa comissão representará não só este Presidente, mas também o Relator, Deputado Luiz Sérgio. Sem dúvida alguma, procuraremos já nesta próxima sexta-



feira deixar todos os detalhes alinhavados para que possamos, já no início do mês de maio, fazer essa diligência externa para ouvir todos aqueles que estão presos em Curitiba e que têm, com certeza, muito a contribuir com as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

No próximo dia 27 de abril, segunda-feira, faremos a reunião, a visita à sede da PETROBRAS, no Rio de Janeiro. A reunião será...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu gostaria de pedir a V.Exa. a inclusão do meu nome nessa visita à Curitiba. Caso a Comissão não tenha os recursos disponíveis, eu bancarei do meu próprio bolso, porque é uma diligência extremamente imprescindível. Eu gostaria de falar com o Juiz Federal, Dr. Sérgio Moro, e com o pessoal do Ministério Público. Eu gostaria de pedir a V.Exa. a inclusão do meu nome.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós determinamos essa comissão com três Deputados, Deputado Delegado Waldir, e já estamos com sete. Mas não deixarei, é claro, de atender a um pedido de V.Exa. para que possa estar presente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu também gostaria de ser incluído nessa comissão, a minha expensas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Todos aqueles Parlamentares que quiserem ir, eu não irei jamais tirar o direito de contribuir com a investigação. Lembro que é uma reunião de trabalho. Sem dúvida alguma, os senhores poderão contribuir muito nessa visita ao Sr. Sérgio Moro. Então, os senhores serão atendidos e estarão incluídos nessa comissão que irá a Curitiba na próxima sexta-feira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Muito obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. é extremamente educado e cortês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Então, teremos a reunião na sede da PETROBRAS no próximo dia 27, às 9 horas da manhã. Iremos mandar o convite para os Deputados e também determinar



uma comissão, que, na nossa visão, deverá ser composta pelo Relator e Sub-Relatores. Se houver mais algum Deputado que deseje ir à sede da PETROBRAS, no Rio de Janeiro, no próximo dia 27, favor comunicar à Secretaria da CPI, porque nós temos que informar à PETROBRAS quem são os Parlamentares que irão. Nós já os deixaremos previamente avisados de que o Relator e os Sub-Relatores deverão compor essa comissão, em reunião que será recebida pelo Presidente da PETROBRAS, Sr. Bendine, que fará a nós uma explanação e, acima de tudo, uma apresentação do trabalho à frente da PETROBRAS. Com certeza, será possível dirimir diversas dúvidas que porventura existam diante do procedimento da empresa, principalmente para evitar que casos como esse em que a empresa está sendo vítima possam voltar a acontecer.

No dia 28 de abril, terça-feira, nós já reservamos dois plenários durante todo o dia, a partir das 9 horas da manhã, até as 18 horas, para que as Sub-Relatorias possam trabalhar. Nós entendemos que esse trabalho é essencial e está, de certa forma, sendo prejudicado pela falta de plenários, diante do alto número de Comissões que funcionam simultaneamente na Câmara dos Deputados. Nós reservamos este dia 28 de abril para que os Srs. Sub-Relatores possam ouvir aquelas pessoas que já estão convocadas por este Plenário, mas que ainda não foi possível serem ouvidas, diante da falta de espaço físico. Então, o dia 28 será inteiramente para que os Sub-Relatores possam exercer seus trabalhos pela manhã e à tarde. Estamos reservando dois plenários. Ou seja, será possível os Sub-Relatores evoluírem positivamente na sua agenda.

No dia 5 de maio iremos ouvir o Sr. Paulo Roberto Costa, como previamente já anunciado na última reunião, e no dia 8 de maio iremos fazer uma visita ao COMPERJ, atendendo a uma solicitação do Deputado Otavio Leite, que o Plenário da CPI aprovou. Entendemos que essa visita é importantíssima. Os Srs. Parlamentares que desejarem participar dessa visita ao COMPERJ, favor informar também à Secretaria da CPI, porque precisamos avisar previamente quais serão os Parlamentares que estarão presentes nessa visita.

No dia 18 de maio faremos a visita à RNEST — Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, para que possamos também conhecer a realidade dessa obra que está no âmbito das denúncias envolvendo a corrupção na PETROBRAS.



Então, os Srs. Parlamentares que desejarem ir à Refinaria Abreu e Lima informem à Secretaria da CPI. Essa diligência foi atendida através de requerimento do Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Kaio Maniçoba, Parlamentar do Estado de Pernambuco, que apresentou, e a Comissão aprovou o requerimento para a visita à Refinaria Abreu e Lima.

Com relação à visita a Londres, nós estamos iniciando as tratativas com a Presidência da Casa para a ida da CPI, conforme aprovação do Requerimento nº 654, de 2015, do Deputado Antonio Imbassahy. Quando tivermos mais detalhes sobre essa visita... Alguns Parlamentares já nos informaram o desejo de compor essa comissão. Assim que tivermos mais detalhes, tornarei isso público, para que os senhores possam compor essa comissão para ouvir os representantes da SBM Offshore.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, para contribuir, o Sr. Jonathan Taylor deu uma entrevista para um veículo brasileiro dizendo que ele estaria disposto a contribuir. Eu queria sugerir à V.Exa. que a CPI fizesse um contato prévio, porque pode ser que, enviando a passagem — e economizaríamos muito com isso —, e ele venha e faça seu depoimento aqui. Eu só queria pedir que V.Exa. e a Mesa Diretora da CPI pudessem tentar um contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Imbassahy tem um esclarecimento a fazer. O requerimento é de autoria de S.Exa. e eu lhe darei a palavra.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Obrigado, Presidente Hugo Motta.

Deputado Onyx, amigo de todos os Deputados, foi feito um contato preliminar e o Sr. Jonathan Taylor tem receio de vir ao Brasil. Ele não gostaria de comparecer ao Brasil, e manda a mensagem muito clara de que tem documentação vasta que gostaria de entregar aos membros da CPI.

Foi essa a mensagem que nós recebemos, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Obrigado, Deputado Imbassahy.

Está compreendido, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - De forma complementar...



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, o meu requerimento ficou de ser anexado, só tinha um termo diferenciado em relação ao do Deputado Imbassahy. Seria anexado a esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Determino à Secretaria a análise do requerimento do Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu não acompanhei a celeridade de V.Exa. e queria saber qual o dia da próxima reunião administrativa. Eu não marquei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A deliberativa ainda não está marcada, só as oitivas e as visitas externas.

Nós passamos ontem a tarde reunidos com os Sub-Relatores, com a Secretaria da CPI para fecharmos essa agenda com o Sr. Relator, mantendo já também os contatos que a Secretaria precisa manter, porque nós temos um tempo hábil de funcionamento e precisamos dar vazão à pauta que o Plenário está apreciando. É por isso que tivemos o cuidado de já evoluirmos com essas visitas externas. Queremos o quanto antes marcar a ida a Curitiba para podermos ter, no âmbito das investigações, a agilidade necessária para coletar o maior número de informações possível.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Da mesma forma, Presidente, acho importante que os Sub-Relatores e V.Exa. possam se reunir. Em função dos fatos que estão acontecendo nos últimos dias, os requerimentos de acareação se fazem necessários de aprovação, em função de a gente ter até o prejuízo da eventual soltura de alguns desses citados, para que a gente possa fazer as acareações que se fazem urgentes nesta Comissão entre aqueles que mentiram aqui, em depoimento, na CPI.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em seguida, V.Exa. O Deputado Florence está com a palavra e em seguida V.Exa., Deputado Ivan.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - São três pontos para pedir esclarecimento complementar aos colegas que me antecederam.

Eu gostaria de saber de V.Exa. ou do Vice-Presidente Imbassahy, no caso dessa visita externa e desses documentos a serem entregues à CPI, o que será alvissareiro, se for inédito, se já há entrega, contato, providência anterior dos responsáveis pela Operação Lava-Jato. Porque nós temos quase sempre andado em compasso proporcional aos instrumentos de que dispomos quanto à Lava-Jato, ao instituto da delação premiada. Há instrumentos mais céleres e mais encaixados para apuração...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não sei se V.Exa. ouviu, mas há sobre a mesa de V.Exa...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Permita-me, Sr. Presidente, porque aí eu falo logo as três coisas, e sucintamente V.Exas. encaminham.

A outra é perguntar a V.Exa. se já há determinação definitiva — também pela celeridade, talvez eu tenha perdido —, se as oitivas serão abertas e transmitidas ao vivo do Paraná.

A terceira é dar um retorno que me compete. Foram feitos os contatos, e quero agradecer mais uma vez e parabenizar a equipe técnica da Presidência, da Secretaria, em relação àquele tema de que nós tratamos na sessão anterior da ANP. A ASPAR da ANP fica aqui e o corpo técnico, no Rio, e eles já estão diligenciando a providência do envio dos documentos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondendo à primeira pergunta da indagação de V.Exa., existe uma lista de documentos que eu pedi para entregar aos Parlamentares informando quais são as documentações que já estão disponíveis. São 145 requerimentos que já foram atendidos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu vi a lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos ainda diligenciando para que aqueles ainda que não chegaram possam ser, o quanto antes, entregues.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - A minha pergunta é: os documentos que estão na Europa estão em mão dos responsáveis pela Lava-Jato



ou nós, ineditamente, receberemos os documentos antes da Lava-Jato? A pergunta é essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei procurar ter acesso a essa informação e passarei a resposta a V.Exa. Eu não tenho como responder, porque eu não sei onde essa documentação está, se já foi entregue ou se não foi. Mas irei procurar saber. Se estiver na CGU, iremos aprovar requerimento para que possam compartilhar a informação. Aí, acredito que até a oitiva a ser feita do Sr. Jonathan Taylor será mais proveitosa com os Deputados, já tendo os dados necessários.

Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com relação à pergunta do Deputado Florence sobre se as oitivas serão públicas ou não lá em Curitiba, eu falei ontem por telefone com o Deputado e Secretário Francischini e estou tentando marcar uma agenda para que a gente possa fazer esse alinhamento. Inclusive o Deputado Ricardo Barros, que é do Paraná, onde temos a ex-Deputada, hoje Vice-Governadora, Cida Borghetti, sem dúvida alguma poderá nos ajudar nesse encaminhamento, para que possamos ter essas respostas.

Eu tenho sido cobrado constantemente pela imprensa, e quero deixar claro que o nosso desejo é que essas oitivas sejam públicas, até porque a imprensa tem cumprido um papel fundamental nesta CPI, informando aos brasileiros e brasileiras o sobre nosso trabalho. Essa ida a Curitiba, na nossa visão, quanto mais transparente for melhor para o andamento dos trabalhos. É uma resposta que ainda não posso dar, porque preciso ouvir as demais autoridades do Estado, o próprio Secretário de Segurança, e enfim vermos qual será o lugar onde a oitiva será realizada, para podermos fechar todos os detalhes e passarmos a informação concreta.

Quero repetir que trabalharei para que as oitivas sejam abertas e públicas, com amplo acesso da imprensa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Sr. Luciano Coutinho já chegou? *(Pausa.)* Eu gostaria de chamá-lo, e darei a palavra a V.Exa. em seguida.



A presente reunião destina-se à audiência pública para tomar depoimento, com a presença do Sr. Luciano Galvão Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, pela aprovação dos Requerimentos nºs 27, de 2015, de autoria dos Deputados Izalci, Antonio Imbassahy e Bruno Covas; 89, de 2015, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; e 451, de 2015, de autoria do Deputado André Moura.

Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que o depoente será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Convido o Sr. Luciano Coutinho a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas culminadas nos crimes de falso testemunho previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos aguardar o Sr. Luciano Coutinho prestar o juramento e, em seguida, darei a palavra a V.Exa.

(Pausa prolongada.)

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra, para que eu possa passar os detalhes da reunião.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, são três questões aqui rápidas, para esclarecimento. A primeira é, na reunião passada, ainda nós não tínhamos o contrato da Kroll. Ele já está disponível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está disponível para os Deputados na Secretaria da CPI.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A segunda questão, Presidente, é sobre o credenciamento do assessor parlamentar que vai poder acessar a documentação secreta da CPI. Nós já estamos com disponibilidade para registrar e para operar e poderá ser feito também aos fins de semana? Porque é muita coisa para ver e nós queríamos disponibilizar esse processo.

A terceira questão é a sugestão de que as oitivas no Paraná — nossa posição é que se deve revogar o Ato da Mesa nº 82, para fazermos as oitivas de quem quer que seja aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados — sejam feitas ou no Ministério Público Estadual ou na Assembleia Legislativa, em local público e adequado de acesso para todos, para o público, para a mídia e para os Parlamentares, Sr. Presidente.

Então, eu queria a resposta para essas três questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondendo...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondendo a V.Exa., já está sim disponível o credenciamento do servidor.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deverá encaminhar, através do seu partido, o pedido à Secretaria da CPI, e esse credenciamento será feito.

Com relação ao trabalho nos finais de semana, eu ainda não posso responder a V.Exa., porque nós temos que ter o cuidado de termos funcionários aqui presentes para garantir o sigilo de que essas informações serão preservadas, já que é responsabilidade da Presidência, da Secretaria da CPI, manter o sigilo dessa documentação.

Então, para que funcione no final de semana, nós temos que ter aqui a presença de funcionários que façam esse trabalho. E eu ainda não posso responder a V.Exa. sobre essa solicitação. *A priori*, não vemos problemas. Temos só que ver a questão operacional.

Com relação à questão de Curitiba, já disse aqui previamente, V.Exa. pode ouvir, nós vamos trabalhar para que as reuniões de oitiva lá em Curitiba sejam públicas e abertas à imprensa.

Deputado Efraim Filho.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, questão de ordem, art. 49.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra ao Deputado Efraim Filho e em seguida a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, é sobre o tema.

Já foi levantada a questão aqui. Eu acredito que V.Exa. agiria muito bem se pudéssemos ter uma sessão deliberativa antes da viagem ao Paraná, porque já houve novas fases da Operação Lava-Jato, novas pessoas foram presas, às quais os requerimentos já estão protocolados na Comissão. Seria perda de tempo se fôssemos ao Paraná e não pudéssemos ouvir pessoas que estão lá presas, detidas, de interesse para investigação e elucidação dos fatos, por falta da aprovação dos requerimentos.

Então, que V.Exa. pudesse pensar talvez numa sessão restrita para votar requerimentos que digam respeito à viagem ao Paraná, para que a gente possa ouvir. Estão lá — eu mesmo fui autor de requerimento —, para ouvir, os ex-Deputados Pedro Corrêa, Luiz Argôlo, André Vargas; os presos na segunda fase da Operação, Sr. Vaccari e família.

É preciso ter a aprovação desses requerimentos antes da viagem da CPI ao Paraná, para não sermos acusados de estarmos deixando de ouvir pessoas que são do interesse para a elucidação dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos, primeiro, Deputado Efraim Filho, aguardar a ida da comissão que nós formamos à Curitiba, para que tenhamos os detalhes sobre quando será a visita, e aí fazer uma reunião de trabalho. Eu não tenho problema algum em acatar a sugestão de V.Exa., para que a visita possa ser a mais produtiva possível.

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, o art. 49 trata da ordem dos trabalhos. Nós já temos a Kroll, sobre o contrato, correto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Muito bem. Nós também já aprovamos aqui requerimentos que solicitam a cópia, dentro do período atinente a nossa Comissão, de todas as atas do Conselho Administrativo, da Diretoria



Executiva, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Auditoria. Eu queria pedir a V.Exa. que incluísse formalmente como tarefa da Kroll a análise desses documentos. Explico por quê.

Um dos graves problemas que a PETROBRAS tem é sua governança corporativa. A partir de determinado momento, essa governança ficou tão ruim que os técnicos e alguns dos conselheiros ou membros dos conselhos começaram a revelar essa condução...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, é tempo de Líder?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não. É só para explicar. Essa condução equivocada...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não, Presidente! Isso é intervenção, Presidente! Isso é intervenção!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quero concluir.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx, darei a palavra a V.Exa. A palavra está assegurada para que V.Exa. possa concluir.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, o que eu quero dizer para V.Exa. é que, como a terminologia é muito hermética do ponto de vista técnico, nós precisamos de técnicos que saibam ler nas entrelinhas do que os técnicos da PETROBRAS colocaram nesses documentos, porque lá nós vamos encontrar responsabilização de pessoas, inclusive criminal, Presidente. É muito importante que quem tenha competência faça isso. É só isso que eu quero. Eu quero é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Irei acatar, fazer a análise e dar a resposta a V.Exa. sobre essa possibilidade.

Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para o bom andamento dos trabalhos.

Eu fiz uma questão na sessão anterior, porque toda vez que vem um depoente aqui nós ficamos de 1 a 2 horas discutindo questões administrativas. Então, eu sugeri que essas questões, essas dúvidas, fossem feitas após a oitiva, porque aí a gente fica aqui até à noite, sem nenhuma dificuldade. Senão a gente vai



ficar mais uma vez 2 horas para depois começar a ouvir o objetivo principal desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concordo em número, gênero e grau com V.Exa.

Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Presidente, a nossa CPI, obviamente, já presta serviço ao País com a divulgação de depoimentos, já que é muito diferente uma informação ser prestada no âmbito fechado, perante dois ou três delegados ou procuradores, e alguém falar aqui, onde imediatamente o País fica sabendo o que acontece. Mas ela também tem uma dificuldade, que é aparentemente andar sempre atrás das investigações que já estão sendo produzidas pela Polícia e pela Justiça.

Eu estou com a sensação de que esse depoimento de Londres — o cidadão está lá, ainda não participou de nenhuma delação premiada —, esse depoimento de Londres pode ser o momento em que esta CPI produza algo efetivamente novo, que é quase uma expectativa da população, que nós possamos ir além do que já está sendo investigado, do que já está sendo revelado pela Justiça e pela Polícia.

Então, eu destacaria talvez a necessidade de que nós, com urgência urgentíssima, providenciássemos a ida a Londres de uma comissão à busca desses documentos, porque pode ser esse o momento em que nós poderemos começar a andar à frente das informações que já vem sendo obtidas pela Polícia e pela Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós iremos, Deputado Marun, fazer todo o esforço necessário junto à Presidência da Casa para que a autorização dessa missão seja efetivada. Sem dúvida alguma, entendemos que é sim um momento importante com que a CPI poderá contribuir, como V.Exa. explanou tão bem, e trazer algo de novo para estas investigações.

Informo que o Sr. Luciano Coutinho traz como Advogado o Sr. Candido Ferreira da Cunha Lobo, OAB/RJ nº 49.659.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido ao convidado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado; os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria, para que possamos, após a fala do Sr. Luciano Coutinho, dar segmento



ao processo de perguntas e participação do Relator, dos autores, Sub-Relatores, Líderes, membros e não membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Concedo a palavra ao Sr. Luciano Coutinho, por até 20 minutos, para fazer sua explanação inicial.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Muito bom dia! Quero saudar o Sr. Presidente, o Sr. Relator, os Srs. Sub-Relatores, os Srs. Deputados e brevemente dizer um pouco da minha vida. Eu sou pernambucano, nordestino; fiz faculdade de Economia em São Paulo — portanto, eu me desloquei para São Paulo —; fiz faculdade de economia; depois fiz doutorado no exterior, na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos; retornei; tornei-me professor; tive uma passagem pelo Governo na organização do Ministério da Ciência e Tecnologia, entre 1985... Aliás, participava antes, junto ao então recém-eleito Presidente Tancredo Neves, da comissão do seu programa de Governo, de que outras personalidades ilustres participavam. Depois, até a convite ainda do Presidente eleito, fui Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, ajudei a organizar o Ministério, lá fiquei por um período de 4 anos; retornei depois à universidade, fui professor na Universidade de Campinas por um longo período; depois disso exerci atividades de consultoria. Nesse período dos anos 80 e até o fim da década de 80, foi o período em que eu tive um pouco de vida política junto ao MDB. Não é segredo que eu tive proximidade com o Deputado Ulysses Guimarães, que tenho muito orgulho de ter assessorado. E depois me desliguei completamente, desde o fim dos anos 80. Não tenho filiação partidária e tenho uma vida profissional. Fui convidado, por iniciativa do então Ministro de Indústria e Comércio, Miguel Jorge, no início de 2007, para a Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, cargo que ocupo até o presente. Então, esse é um pouco da minha história de vida. Eu queria fazer uma breve exposição sobre a Sete Brasil, que eu entendo ter sido o principal foco de questionamentos e de interesse para a minha convocação. Portanto, peço licença para que a apresentação seja colocada. Ela será breve, e eu então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Sa. desejar, poderá ficar em pé ali para fazer a exposição. Há um microfone sem fio.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ficarei. Está bem.

(Segue-se exibição de imagens.)



Tenho aqui dois ou três eslaides sobre o processo de concessão de crédito e a estrutura de governança do BNDES. Quero mostrar aqui que o BNDES é uma instituição que funciona toda à base de decisões colegiadas. Não existem decisões monocráticas, nem decisões circunscritas a determinadas áreas. Todas as decisões são compartilhadas. O Banco tem um comitê de planejamento, que reúne todos os seus superintendentes; tem um comitê de orçamento, que reúne os superintendentes, aliás, um comitê de planejamento, que são os diretores junto com os superintendentes. Mas, antes disso, há um comitê gerencial exclusivamente de superintendentes e um comitê extremamente importante, que é o Comitê de Enquadramento e Crédito, que é um comitê que reúne todos os superintendentes do Banco. De todas as áreas fundamentais do Banco, os superintendentes são um nível muito importante que representam o poder decisório. Sobre as decisões, nenhum processo pode deixar de passar por esses comitês. Além disso, há uma gestão de risco segregada, e essa gestão de risco é supervisionada pelo Banco Central, é uma exigência do Banco Central. Há um comitê de assuntos financeiros, que zela pela estabilidade, pela capacidade financeira da instituição, e finalmente a diretoria, que se reporta ao Conselho de Administração, na qual há um conselho fiscal e há um comitê de auditoria independente, que responde ao Conselho de Administração. O Conselho de Administração é composto por Ministros de Estado, trabalhadores, empresários. Eu quero aqui mostrar rapidamente o processo de concessão de crédito. Qualquer empresa, instituição, apresenta um projeto. Esse projeto é avaliado se é elegível ou não, se ele pode ou não ser aceito nas condições bancárias normais da instituição. Se ele puder ser aceito, ele vai passar por um comitê de enquadramento que paralelamente tem uma avaliação de risco de crédito — esse Comitê de Avaliação de Risco é segregado, com funcionários distintos —, e, uma vez enquadrado o projeto, ele vai para análise numa determinada área operacional. Esse projeto, então, é formulado e volta para o Comitê, ele vai ao Comitê e vai à Diretoria, passa por todos os assessores de diretoria para aprovação e, posteriormente, contratação, onde é feito um acompanhamento. Os recursos são liberados passo a passo à medida que há comprovação dos dispêndios. Então, essa sistemática prevalecente na instituição é toda por colegiados. Ela envolve mais de 40, 50, 60 pessoas, depende do caso, e é feita toda por funcionários de carreira,



onde é absolutamente impossível qualquer tipo de ingerência outra que não sejam as boas práticas bancárias. É por essa razão que o BNDES ostenta a mais baixa taxa de inadimplência de todo o Sistema Financeiro Nacional: praticamente, em 2013, 0,01; em 2014, 0,01. O Banco apresentou um lucro de 8 bilhões e 600 no ano passado, tem ativos totais hoje perto de 880 bilhões de reais. Portanto, ele é uma instituição exemplar, pela lisura e pelos resultados, porque, se não houvesse a observância rigorosa de todas as práticas bancárias, não teria essa inadimplência, que é a mais baixa de todo o Sistema Financeiro Nacional, considerando qualquer outra instituição do Sistema. O Banco está bem capitalizado, atende às exigências de Basileia, tem boa base de capital, está enquadrado perfeitamente nos parâmetros internacionais de Basileia e do nosso Banco Central. E aqui embaixo, não sei se os senhores conseguirão enxergar, mostra a qualidade da carteira de crédito do BNDES. Quer dizer, o BNDES tem uma carteira de crédito da mais alta qualidade: 99,7% de carteira de crédito de qualidade. Quando comparado à média do Sistema Financeiro Nacional, que é de 93% das instituições financeiras privadas e das outras instituições financeiras públicas, o BNDES é superior. Então, o BNDES, pelo rigor e por todos os mecanismos de controle de governança, é uma instituição onde todo processo decisório é impessoal, técnico, correto. Se assim não fosse, não teríamos esses resultados. Dito isso, eu vou falar um pouco da Sete Brasil. Por favor, pode passar adiante. Aqui tem uma apresentação muito rápida do projeto Sete Brasil, que é um projeto bastante complexo e, às vezes, não é de fácil entendimento. Eu peço perdão se estarei repetindo coisas que os senhores já saibam. Mas, por favor, vamos adiante. Aqui estão os principais tópicos. O projeto foi concebido como uma solução fora do balanço da PETROBRAS, para viabilizar a construção de sondas de perfuração no Brasil com conteúdo local. Na verdade, esse conteúdo local era um conteúdo progressivo, ele começava baixinho para chegar até a 55% — não é tão alto assim. Mas o objetivo é viabilizar a geração de emprego no Brasil em engenharia naval, em construção naval, e a mobilização de uma grande cadeia produtiva de equipamentos e insumos no País, assim como foi feito na Inglaterra, na Noruega, quando foram descobertas grandes reservas no Mar do Norte, e em outros países — desenvolvimento de uma cadeia produtiva no País. Parte disso, essa solução visava contribuir para isso. Por outro lado, a PETROBRAS precisava



concentrar a sua capacidade financeira no seu negócio principal, que era o desenvolvimento do pré-sal. Portanto, havia interesse, considerando que a PETROBRAS tinha grau de investimento, de utilizar estruturas de financiamento fora do seu balanço, para não gravar o balanço — isso, obviamente, permitindo mobilizar o mercado financeiro, investidores financeiros como sócios. Em setembro de 2009, foi aprovada a estratégia de contratação de sete primeiras unidades: foram aprovados o conceito e as sete primeiras unidades. Daí por que surgiu o nome Sete Brasil: porque eram as primeiras sete sondas. Em 2010, foi aprovada uma autorização para que a PETROBRAS participasse do capital social da Sete Brasil. Essa participação — nós veremos adiante — é limitada a até 10% e se constituiu depois numa parte direta e numa parte indireta, através de um fundo de investimento em participações. De forma que a PETROBRAS tem algo como 9,4% ou 9,36%, se não me falha a memória, do empreendimento. Posteriormente foi aprovada a contratação das sete primeiras unidades e foram indicados os nomes para a Diretoria e o Conselho da Sete Brasil. Essas indicações foram feitas pela Diretoria Executiva da PETROBRAS. Depois, em maio de 2011, o projeto foi sendo ampliado — desculpe-me —, o projeto foi sendo desenvolvido com a assinatura dos diversos acordos — eu vou mostrar depois a estrutura — de acionistas entre a Sete Brasil, entre operadoras das futuras sondas. Aqui está o nome das primeiras sete sondas. Em junho de 2011, foram assinados os sete primeiros contratos de afretamento dessas sondas pela PETROBRAS. Esses contratos foram licitados, e depois foi feita a assinatura dos contratos. Podemos seguir adiante, por favor. Em 2011 ainda e, depois, em 2012, o projeto Sete Brasil foi ampliado com a agregação de mais 21 sondas, totalizando 28 sondas. Houve depois uma 29ª, que foi abandonada. Mas temos 21 mais 7, 28 sondas. E esse procedimento foi feito similarmente: foi aprovada a contratação; foram feitos os certames para o afretamento dessas sondas; e esses acordos foram... Eu não vou ler aqui o que está escrito para poupar tempo. Podemos seguir adiante. Eu quero mostrar aqui, rapidamente, o modelo societário da Sete Brasil. A Sete Brasil é uma estrutura um pouco complexa. Isso está inclusive na Internet, não é nenhuma... Ela é uma *holding* chamada Sete Brasil, onde a PETROBRAS tem 5% de participação direta, e um FIP Sondas que reúne vários investidores financeiros. E nesse FIP Sondas, a PETROBRAS tem uma outra



participação pequena, que é de quatro vírgula e tanto, que somada aos 5% dá 9,36%. Então, ela tem uma pequena participação aqui também, mas ela não ultrapassa o teto de 10%, que é o limite. Então, aqui nós temos uma *holding*. E essa *holding* está subdivida em duas *holdings* que têm sede no exterior: a Sete Internacional, a *holding* nº 1, que é sócia. E aqui eu quero explicar que, para cada sonda, foi constituída uma sociedade de propósito específico, uma empresa específica, porque cada sonda tem um operador diferente e foi resultado de processo de licitação. Cada sonda estará sendo construída num determinado estaleiro, tem um operador diferente e tem uma participação do operador que pode variar de 15% a 30% — no mínimo 15% e no máximo 30%. A participação do operador foi pensada para alinhar o interesse. O operador é a empresa que vai prestar todos os serviços de operação do equipamento que está afretado à PETROBRAS. E portanto, para que a Sete tenha a certeza de que haverá um alinhamento de interesses, essa exigência foi pensada. Mas como essas proporções não são fixas, cada caso é um caso. E aqui se estruturou, para cada uma das 28 sondas, uma determinada sociedade. Elas estão subdivididas numa Sete Internacional 1 e numa Sete Internacional 2. E aqui estão nominadas as respectivas sondas. Aqui estão os operadores. Os operadores que haviam se qualificado eram operadores brasileiros e operadores internacionais. Estavam aqui a Odfjell Drilling e a Seadrill, que são operadoras norueguesas, mas também outras, a própria PETROBRAS, que era operadora das primeiras sete sondas e empresas brasileiras que estavam almejando entrar no mercado de sondas. Então, estão aqui PETROSERV, Galvão e Atlas, associações de empresas. Essa estrutura, então, é uma estrutura claramente complexa, é uma estrutura que tem 28 empresas, da qual a Sete Brasil é sócia e da qual esses operadores são sócios, em participações diferentes. E esses operadores são de origens diferentes, então, há aqui uma estrutura bastante complexa. Podemos seguir adiante. Qual era o papel da PETROBRAS? A PETROBRAS tinha múltiplos papéis aqui. Primeiro, ela era uma acionista pequena da Sete. E a presença da PETROBRAS na Sete, embora pequena, era relevante para dar confiança aos outros investidores de que haveria *expertise* para que toda a operação pudesse ser bem-sucedida. E de fato, a PETROBRAS era a prestadora de serviços gestora do processo de supervisão da



construção das sondas, para que houvesse segurança de que os equipamentos teriam o desempenho desejado e de que, portanto, eles pudessem ser acompanhados pela própria empresa. A PETROBRAS era também uma operadora de uma parcela de sondas, embora a PETROBRAS talvez até desejasse passar adiante, no futuro, a operação dessas sondas. Mas ela, para dar confiança, era a operadora das primeiras sondas e era fundamentalmente a fretadora das sondas. Era o contrato de afretamento dessas sondas que gerava o fluxo de recursos. O contrato de afretamento é superimportante, porque era o contrato de afretamento que dava a segurança de que um contrato de afretamento produziria um fluxo de aluguel, pelo afretamento, capaz de remunerar a construção da sonda e honrar o financiamento de longo prazo oferecido. Ora, esse é um tipo de estrutura chamada *project finance*, projeto estruturado, bastante complexa, porque exige uma grande segurança, exige que esse fluxo de recursos não só seja suficiente para honrar o crédito, mas que ele seja administrado de uma forma absolutamente segura. O que eu quero dizer com isso? É necessária uma gestão totalmente profissional e independente da própria empresa na gestão do fluxo de recursos. Ou seja, existem contas de formas segregadas. Esse é um projeto onde essas receitas têm uma vinculação de parcela da receita para contas separadas, para o serviço do crédito, de forma a garantir aos financiadores que o serviço do crédito está protegido, o serviço da dívida está protegido. E na verdade, um banco internacional de primeiríssima linha estaria encarregado da parcela do aluguel, do afretamento, de segregar e, conforme as regras do contrato, distribuir rigorosamente o fluxo de recursos, de forma a assegurar o pagamento da dívida, assegurar o pagamento dos custos de operação e os montantes de caixa excedentes, na forma de potencial lucro, poderem ser posteriormente alocados aos acionistas respectivos de cada sonda. Portanto, é uma estrutura praticada no mercado esse tipo de projeto estruturado. Ele não é uma coisa extraordinária, é uma prática de mercado — e é uma prática de mercado muito comum na Europa e nos Estados Unidos. E ela realmente é uma prática contratualmente segura, quando a sua estrutura é bem organizada. Próximo. Objetivos também da produção das sondas. A ideia era de fato poder perfurar, preparar a PETROBRAS para ter muitos equipamentos de perfuração, para descobrir, na sua exploração e produção, mais poços que



pudessem capacitar, acelerar a curva de produção, com critérios mínimos de conteúdo local, com cumprimento de prazos e com uma integração harmônica entre o afretador e o operador, assegurando eficiência. Esses eram os objetivos. Há também uma coisa importante aqui, que era a preparação e treinamento de recursos humanos, de forma a capacitar um grande número de trabalhadores para todo o processo — não só o de produção, mas, depois, o processo de operação e posteriormente ao processo de produção. Próximo, por favor. Aqui há um simplificado esquema mostrando os contratos internos à Sete Brasil. A Sete Brasil tem um acordo de acionistas, tem um contrato de afretamento com a PETROBRAS, um contrato de manutenção do ativo. Esse contrato é muito importante — os contratos de manutenção — porque esses equipamentos-sonda são equipamentos sujeitos a alto desgaste. Eles têm que perfurar até 8 mil metros. Passa a lâmina d'água, em geral, de 2 mil metros, depois tem que perfurar 5 ou 6 mil metros. E obviamente, são equipamentos sujeitos a muitas paradas de manutenção. Então, a manutenção é muito importante e os contratos de manutenção são muito importantes. Há contratos de prestação de serviços, contratos de manutenção — isto aqui internamente à Sete. Se nós olharmos os financiadores, os financiadores têm que olhar todos esses contratos. E depois tem a nova estrutura que se superpõe a esses contratos, que é aquela estrutura que garante que os resultados de toda a operação possam servir à dívida, deduzidos os custos de operação e manutenção — servir à dívida. E o que sobrar deve remunerar o acionista. É, portanto, uma estrutura contratual muito complexa. Podemos seguir adiante. Aqui estão os valores médios dos contratos de afretamento mostrando que esses contratos estavam dentro da faixa média de mercado, do mínimo e máximo, tanto do primeiro lote quanto do segundo lote. Podemos passar. Essas figuras talvez não sejam legíveis daí, mas as licitações para os contratos de afretamento ficaram dentro das faixas, em alguns casos um pouco acima, por causa da questão do custo local, do conteúdo local. Mas, obviamente, há um grande benefício econômico do processo de se desenvolver no País a produção. Podemos seguir adiante. E eu queria, finalizando aqui, os principais projetos e estaleiros. Podemos passar. Isto aqui estará, certamente depois, impresso e disponível para os senhores. Eu peço desculpas. Aqui está uma curva que mostra as primeiras contratações e entregas de sondas



para o Plano 1418. Então, aqui, por exemplo, na cor amarela, são sondas que estavam em construção no Estaleiro Jurong. São as que estão em amarelo: Arpoador, Guarapari, Camburi, Itaúnas, Siri, Sahy — são seis sondas; não, sete sondas — e Itaoca. Cada uma dessas sondas tinha um operador diferente. Por exemplo, a Guarapari, pela Odfjell; a Arpoador, pela própria PNBV-PETROBRAS; a Camburi, pela Seadrill; a Itaoca, pela Odfjell; a Itaúnas, pela Seadrill; a Siri, pela Odfjell; e a Sahy, pela Seadrill. Então, você tinha uma combinação de sonda e operador, com participações diferentes. Se nós tomarmos, por exemplo, em azul, o Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul, em 2016 estava prevista a entrada da sonda Cassino, operadora Atlas; em 2018, a sonda Curumim, operadora Atlas, e também a sonda Salinas, operadora Atlas. Então, assim por diante. Aqui estão identificados, por estaleiro, qual era a sonda e qual era o operador — está certo? —, mostrando o processo. Podemos seguir adiante. Aqui nós temos uma... Não sei se aqui aparece tão claro o mapa do Brasil, porque está muito apagadinho. Mas o que nós tínhamos eram, de norte a sul, do Nordeste ao Sul do País, estaleiros que foram induzidos em parte a se desenvolver — alguns deles já existiram e se ampliaram, e outros — em função do programa naval em geral, não só das sondas, mas das encomendas do sistema PETROBRAS. Então, por exemplo: o Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, tinha seis sondas; o Estaleiro Enseada, na Bahia, seis sondas; o Estaleiro Jurong, em Aracruz, Espírito Santo, sete sondas; o Estaleiro BrasFELS, no Rio de Janeiro, seis sondas; e finalmente, o Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul, três sondas, mostrando que a produção dessas sondas foi disputada e distribuída nesses estaleiros para a promoção do desenvolvimento da indústria naval. Podemos seguir adiante. Aqui há algumas ilustrações mostrando o seguinte: que boa parte dessas sondas está em processo avançado de construção. Eu diria que, na média, estão um pouco abaixo de 50% — na média, olhando tudo. Então, isso aqui não é um processo teórico, aqui houve avanço físico real na produção das sondas. Aqui, por exemplo, é a sonda Copacabana. Ela está 71% pronta, uma parte dela produzida na China, uma parte produzida no Japão e outra parte produzida no Estaleiro EAS. Eu quero lembrar que, num primeiro momento, o nível de conteúdo local era 37, depois ele deveria ir subindo gradualmente. Então, para cumprir os prazos, há parcela encomendada no exterior e parcela encomendada no Brasil,



dando uma chance de desenvolvimento e de capacitação dos nossos estaleiros. Podemos seguir adiante. Eu vou passar rapidamente aqui. Por exemplo, a sonda Ondina, no Estaleiro Enseada, está 73% pronta, e o casco lá feito. A sonda Arpoador, com 95% pronta. Está aqui a sonda. A sonda Guarapari, 54% pronta: o casco estava sendo feito em Singapura e toda a parte em cima, de equipamentos, feita no Brasil. A sonda Urca, em produção no estaleiro BrasFELS, no Rio de Janeiro: 86% pronta. Está aqui a ilustração. Podemos seguir. Mais uma da BrasFELS, 57. Podemos seguir. Eu não vou cansá-los, mas nós temos a posição de cada uma dessas sondas, o quanto ela está avançada e o quanto não está. Essa informação poderá depois ser disponibilizada. Rapidamente — eu estou concluindo, Sr. Presidente, desculpe-me, não sei se estou abusando da paciência dos senhores — a estrutura de financiamento inicialmente prevista das sondas. Primeiro, eu queira chamar atenção para o seguinte: a estrutura de financiamento envolvia não apenas o BNDES, ela compreendia também outras instituições internacionais, especialmente bancos de exportação dos países que estavam fabricando equipamentos. Por exemplo, o UK Export Finance, que é a entidade inglesa, mais um fundo de captação externa da Caixa Econômica e o BNDES deveriam financiar o primeiro lote de oito sondas — estão aqui as oito sondas nominadas. Havia um segundo lote e um terceiro lote com datas previstas de contratações. Outra vez, um *pool* de bancos, um conjunto de bancos e uma alocação de sondas. O BNDES, no projeto inicial, deveria ter uma participação de 9,2 bilhões; o Fundo da Marinha Mercante, 4 bilhões; a entidade inglesa de exportação, 688 milhões; os bancos comerciais, 2,1 bilhões; o FINISA, que é um fundo de investimento em infraestrutura captado pela Caixa Econômica, 1,7 bilhões; e o Banco do Brasil, 669 milhões. O fato é que esses contratos compreenderiam, compreendiam várias SPEs, várias empresas, com operadores diferentes, com estaleiros diferentes e com um conjunto de financiadores diferentes. Então, mostra-se que, para contrato, nós tínhamos uma quantidade de mais de duas dezenas de atos, porque aqui entravam também seguradoras, o banco gestor. Então, é uma estrutura contratual muito complexa. Eu estou explicando isso para inclusive... Podemos terminar aqui, podemos concluir a última. O objetivo era produzir sondas com conteúdo local e atender os esforços de viabilizar a indústria no País. Eu vou retomar. Só mais 2 minutos, Sr. Presidente.



Desculpe-me. A complexidade desse processo de contrato — e aqui eu aproveito para responder a algumas das questões que já estão nos requerimentos — foi uma das razões pelas quais o BNDES não conseguiu concluir o processo de contratação das sondas. O BNDES aprovou a contratação do primeiro lote de oito sondas. Do fim de 2013 e ao longo de todo o ano de 2014 e início de 2015, o contrato esteve disponível para contratação. Mas, por razões alheias à nossa vontade, não foi possível à Sete Brasil alinhar todos os interesses e cumprir as condições mínimas para contratação. E este fato é que levou ao início de dificuldades financeiras dentro da própria Sete Brasil, dificuldades essas que foram agravadas a partir de um certo momento, por desalinhamentos internos, pela dificuldade de se coordenarem todos os agentes. Inclusive, num determinado ponto — isso é público —, um dos estaleiros rompeu unilateralmente contratos. Então, de maneira que o projeto começou a se desarrumar. E isso tornou inviável a contratação. Portanto, esse processo encontra-se, neste momento, em reestruturação. O projeto da Sete Brasil encontra-se, neste momento, em reestruturação, de forma a encontrar uma formatação sustentável, reorganizada para contratação. Os bancos comerciais recentemente aprovaram um memorando de entendimento, prorrogando até 30 de junho, dando um prazo adicional para esse processo de recomposição em que os acionistas da Sete estão empenhados e os próprios bancos, em coordenar soluções de forma a poder viabilizar a continuidade do projeto da Sete Brasil. Desculpem-me, senhores, se me estendi demais ou se fui redundante, mas essas eram as explicações iniciais que eu queria dar sobre o tema da Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pela ordem, Sr. Presidente. Será que seria possível o nosso depoente deixar uma cópia desse material aqui para a Comissão, para estudos?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A cópia já está sendo produzida e será entregue aos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Gostaria, antes de passar a palavra ao Relator, de dizer que, enquanto o Presidente Luciano Coutinho falava, nós tivemos o cuidado de ligar já para o Presidente Eduardo Cunha e solicitar o



apoio para a missão de Londres. De pronto, o Presidente já autorizou. E nós iremos determinar a comissão que irá a Londres cumprir o requerimento aprovado na última reunião.

Montaremos uma comissão com um técnico que possa colaborar lá, nessa oitiva, e mais alguns Parlamentares, para que possamos realizar o quanto antes essa oitiva do Sr. Jonathan Taylor.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Prof. Luciano Coutinho, a companhia Sete Brasil Participações S/A, especializada na construção de sondas para perfuração de poços em águas ultraprofundas, foi criada em 2001 para atender às demandas da exploração do pré-sal.

Com o advento da Operação Lava-Jato, veio a público o teor dos depoimentos prestados pelo Sr. Pedro Barusco, ex-Gerente de Engenharia da PETROBRAS e ex-Diretor da Sete Brasil.

Nos termos da Delação Premiada nº 1, página 3, o Sr. Pedro Barusco afirma:

“(...) que as licitações ocorreram dentro da legalidade e foram “duras”, tendo a PETROBRAS exigido uma série de requalificações até que finalmente fossem apresentadas as propostas; que a única concorrente com a Sete Brasil foi a Ocean Rig; que a licitação não foi direcionada para que a Sete Brasil ganhasse; que o projeto de construção de sondas foi uma iniciativa inédita no Brasil, de se construírem sondas de perfuração em águas profundas no Brasil, algo nunca antes feito, pois anteriormente a construção se dava sempre por empresas asiáticas;(...).”

E aí é que ele refere ao BNDES, porque diz que a fonte de financiamento principal de tal projeto foi o Banco Nacional de Desenvolvimento, o BNDES.

O que V.Sa. tem a falar a respeito desta afirmação do termo de delação premiada do Sr. Pedro Barusco de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social foi a fonte principal de financiamento dos projetos da Sete Brasil?



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Bem, na penúltima transparência apresentada ou *slide* apresentado, nós mostramos as fontes de financiamento do projeto, e essas fontes de financiamento, de fato, tinham no BNDES o principal financiador. As fontes de financiamento... O fato, porém, que é relevante sublinhar, primeiro, é que o BNDES financia o conteúdo legal, financia o desenvolvimento e a produção no País. O financiamento da parcela construída no exterior era feita por outras fontes de financiamento ou pelas agências de exportação daqueles respectivos países. Então, a estratégia de desenvolvimento da indústria de óleo e gás, da cadeia fornecedora de óleo e gás e da indústria naval visava desenvolver empregos, tecnologia e capacitação no País, incluindo a expectativa no futuro de que esse conjunto de ativos produtivos, de instalações produtivas, estaleiros, viesse a ser capaz de exportar e participar do comércio internacional. Então, essa foi a motivação do compromisso da sinalização dada pelo BNDES ao projeto das sondas, de desenvolvimento das 28 sondas. Começando, na verdade, o BNDES tinha um compromisso com os dois primeiros lotes, com o primeiro e com o segundo. Dito isso, eu quero lembrar também que, em função da grande complexidade, já explicada, de organização dos contratos, não foi possível concretizar a contratação sequer do primeiro lote, de forma que, até que se conclua uma reestruturação do projeto que atenda condições de sustentabilidade, atenda condições de segurança e prudência bancária, atenda todos os requisitos legais, o BNDES aguarda que essas condições se concretizem para que possa considerar a contratação desse novo projeto, desse novo plano da Sete Brasil que está ainda em tratativas e sobre as quais eu não tenho conhecimento, porque são tratativas entre os seus acionistas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, mas, enquanto Relator... Então, uma coisa para ficar bem clara: o BNDES possuiu ou não possuiu contrato de crédito com a Sete Brasil?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - No momento, o BNDES não possuiu contrato de crédito com a Sete Brasil e não desembolsou nenhum recurso para a Sete Brasil. Portanto, não tem contrato e não desembolsou nenhum recurso para a Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, no Termo de Delação Premiada nº 1, página 3, em que o Barusco afirma que o BNDES foi a fonte principal de



financiamento para o projeto da Sete Brasil, aqui ele não relatou a verdade dos fatos?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu não li o contexto todo, mas essa frase específica é imprecisa. Ela é imprecisa. O BNDES seria a principal fonte dentro do projeto inicial. O fato é que, até esse momento não houve, contrato nem desembolso de recursos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Isso é muito importante, porque, na delação, relendo, ele diz que a fonte de financiamento principal de tal projeto, se referindo a Sete Brasil, foi o Banco de Desenvolvimento Nacional — BNDES. Como V.Sa. afirma que não houve financiamento nem desembolso, no que se refere à delação premiada, aqui fica uma imprecisão entre a fala e a realidade aqui afirmada por V.Sa.

Agora, o BNDES possui alguma participação acionária em alguma empresa controlada ou coligada pela Sete Brasil?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Com exceção da PETROBRAS, não. O BNDES tem ações da PETROBRAS, que é público, fato público. E, salvo essa participação que o BNDES tem na PETROBRAS, nós não temos nenhum relacionamento societário com os demais acionistas da Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Indo para o Bloco 2 do plano de trabalho e do objeto da CPI, que se refere à Transportadora Gasene, V.Sa. poderia aqui falar sobre o que consiste a Sociedade de Propósito Específico, a chamada SPE, sobre, na visão do Banco, a importância, se é uma boa iniciativa. Qual é a visão do Banco sobre a Sociedade de Propósito Específico?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, a Sociedade de Propósito Específico — isso é até uma tradução literal do inglês; acho que em português ela tem outra denominação jurídica de que não me recordo agora —, ela é uma prática internacional, uma prática em que todas as economias desenvolvidas, empresas, especialmente empresas de classificação de risco alto, utilizam para efetuar as chamadas operações estruturadas. O que é uma operação estruturada? É uma operação em que se segrega o projeto. Vamos supor um determinado projeto de construção de uma rodovia pedagiada como exemplo. Poderiam existir duas alternativas: primeiro, o grupo empreendedor poderia realizar isso comprometendo o



seu próprio balanço; ou ele poderia segregar, num projeto estruturado, e constituir uma sociedade específica de forma que os resultados, os proventos do projeto possam, com a interveniência de um agente gestor, em geral um banco gestor, assegurar a vinculação das receitas ou penhor dos recebíveis — existem várias formas —, de maneira a garantir ao financiador que o contrato de crédito será honrado. Em geral, os financiadores têm uma precedência no serviço, descontados obviamente os custos mínimos de operação. O serviço da dívida tem precedência antes do lucro dos empreendedores. Então, essa é uma forma utilizada, a combinação de SPE com Sociedade de Propósito Específico. Ela não é uma estrutura extraordinária, fora de qualquer prática. Ela é um tipo de estruturação financeira bastante frequente no sistema internacional; é uma maneira de permitir uma estruturação financeira em que o projeto em si garante o financiamento, e não o balanço dos empreendedores. Obviamente, isso não é uma regra rígida. Podemos também ter o caso de Sociedade de Propósito Específico em que o empreendedor no fim prefira dar uma garantia do seu próprio balanço. Não é uma regra rígida. Mas, em geral, a motivação para se realizarem SPEs, para se constituírem as SPEs é a motivação para operações estruturadas. Mas ela pode ser usada também por uma combinação híbrida, em que uma parte das garantias são garantias bancárias ou garantias corporativas e outra parte é a garantia dos projetos. Por exemplo, no nosso caso é frequente que, durante o período de construção, nós tenhamos garantias mais fortes, inclusive garantias corporativas ou seguros de desempenho, e, posteriormente, quando o ativo está concluído e começa a produzir receita, os recebíveis funcionam como garantia do crédito. Então, existem formas híbridas. Desculpem-me ter entrado em tanto detalhe, mas é apenas para dizer que as Sociedades de Propósitos Específicos não são uma construção exótica; são uma construção comum e relativamente frequente em sistema de financiamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E quais são as condições de créditos praticadas pelo BNDES ao realizar negócios com Sociedades de Propósitos Específicos — SPEs?

Em quais estatais o BNDES possui participação acionária? Quais as garantias oferecidas para sustentar os empréstimos?



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, em geral, primeira parte: o BNDES se cerca o máximo possível de garantias quando opera com SPEs. O BNDES estabelece, zela pelo estabelecimento de vinculações contratuais de maneira a assegurar o serviço da dívida, para assegurar o pagamento do crédito. O BNDES, normalmente, requer o estabelecimento de contas reserva, pelo qual vários meses... Essas contas asseguram previamente várias prestações, que vários meses de serviço da dívida já estejam pré-assegurados por contas reserva. O BNDES exige outras vinculações: penhor, penhor das ações. Há um conjunto bastante rigoroso de garantias. Como eu respondi na pergunta anterior, quando os riscos de construção são altos, porque uma coisa é quando o projeto já está concluído, já está funcionando, já está gerando receita, então o risco diminui muito. Muitas vezes os empreendimentos têm um prazo de construção mais longo, e esse prazo de construção pode estar sujeito a certas incertezas, imprevistos. Esses riscos mais expressivos durante o período de construção recomendam garantias mais sólidas e, muitas vezes, numa análise caso a caso, o banco exige garantias corporativas ou avais corporativos, o penhor das ações; se se tratar de uma concessão, os direitos emergentes da própria concessão. Então, há um conjunto muito estrito de garantias que é recomendado. Se existir um fundo garantidor... Em alguns casos nós temos fundos garantidores. Por exemplo, no caso que nós ainda não contratamos, da Sete Brasil, existe o fundo garantidor da construção naval, que pode garantir metade do processo de construção. Então, quando existe um fundo garantidor, nós também recorremos aos fundos garantidores. O que eu quero lhe assegurar, Sr. Relator, é que o rigor técnico e a precaução do BNDES na contratação de financiamentos é muito grande, e isso se traduz no fato de que a nossa inadimplência é muito baixa. Então, para essa primeira pergunta, nós nos cercamos de todas as garantias para ter segurança na concessão do crédito. A segunda questão era em relação à participação. Em geral, as SPEs não são estatais, embora as SPEs... Por quê? Porque o BNDES não empresta diretamente a empresas estatais dependentes ou a empresas estatais. O BNDES só pode, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, emprestar a empresas estatais que tenham capacidade própria. É o caso da PETROBRAS, é o caso ELETROBRAS. São poucos os casos. Mas, em geral, as SPEs, exatamente, como elas são criadas para fazer uma estrutura fora do balanço,



elas têm maioria privada. Então, essas SPEs, em geral, são privadas. Qual é o último ponto? Desculpe, Relator. Eu não consegui...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quais as garantias.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu acho que as garantias eu expliquei. Era sobre o GASENE? V.Exa. já me perguntou, não é? Ou mencionou... Ou eu estou enganado?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não. Os créditos praticados pelo BNDES para a Sociedade de Propósitos Específicos.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu acho que eu já esclareci.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos a mais uma pergunta.

O requerimento... Primeiro, só fazendo aqui uma observação, porque ainda no primeiro Governo do Presidente Lula, ao editar a medida Provisória nº 177, da qual fui o Relator, eu coloquei a necessidade da construção de um fundo garantidor para a indústria naval. Naquele momento, foi vetado, e hoje o fundo garantidor aparece como um dos fundos garantidores para a construção naval. Então, a tese defendida naquele momento não se constituía um equívoco, mas um acerto.

O requerimento de criação desta CPI propõe investigar a Transportadora Gasene S.A., uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir o gasoduto de 1.387 quilômetros entre Cabiúnas, no Espírito Santo, e Catu, na Bahia, que hoje integra, além das malhas de gasoduto das regiões Nordeste e Sudeste, o sistema de transporte de gás natural com o setor elétrico do País.

V.Sa. tem conhecimento de empréstimos do BNDES à Gasene, no valor de 4,5 bilhões de reais? Esse empréstimo já está quitado? Quem realizou a quitação? A Gasene ou outra empresa?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - O BNDES apoiou o Projeto GASENE, e o crédito inicial, se não me falha a memória, é dessa ordem, de 4 a 4 e meio bilhões, se não me trai a memória. O projeto foi constituído sob a forma de uma Sociedade de Propósito Específico, e aqui há até um bom exemplo sobre a questão de um projeto estruturado sobre uma Sociedade de Propósito Específico. O projeto foi desenvolvido pela Transportadora Gasene, que era controlada pela Gasene Participações, se não me falha a memória. E essa Gasene Participações era uma associação do Banco Santander e uma pessoa física. Então, essa estrutura



funcionava de uma maneira que a PETROBRAS, através do Banco Santander, na verdade, emitia orientações para a execução dos trabalhos. Mas essa estrutura permitiu que esse projeto pudesse ser feito sem gravar o balanço da PETROBRAS. Entretanto, existiam várias garantias, do ponto de vista bancário, qual seja... Há um contrato, entre a PETROBRAS e a Gasene, de compra do transporte do gás, e eram os recebíveis, ou seja, os proventos futuros desse contrato de compra do gás estabelecidos em contrato, que asseguravam o serviço da dívida através de vinculações de contas e etc. gerenciadas através do banco interveniente, de maneira que, do ponto de vista do BNDES, na verdade, nós estávamos enxergando o risco PETROBRAS, uma vez que existia um contrato firme de transporte do gás, e este contrato tinha absolutas condições de servir a dívida. As disposições eu não tenho aqui todas de memória, todo o desdobramento, mas o que eu posso dizer é que este contrato está totalmente adimplente. Eu não saberia dizer nesse momento o saldo devedor do contrato. Ele é totalmente adimplente. O contrato, a construção do projeto foi concluída, e, num certo momento em que o projeto foi concluído, havia uma cláusula pela qual a PETROBRAS, através da sua subsidiária, a TAG — Transportadora Associada de Gás, ela podia incorporar o Projeto GASENE. Então, de maneira que hoje o projeto, se não me falha a memória, já está incorporado à TAG e, portanto, é um crédito, na verdade é uma obrigação de uma empresa PETROBRAS. Ou seja, foi o exemplo de uma estrutura de financiamento que funcionou num projeto que me parece... O que motivou, do ponto de vista do mérito, esse projeto? É que me parece que a conexão do Sudeste ao Nordeste, numa estrutura de gasoduto de mais de 1.380 quilômetros, é uma malha fundamental para a segurança energética do País, porque, ao longo dessa malha — inclusive o traçado parece que foi ajustado para dar lugar a uma série de usinas térmicas —, é possível assegurar a energia. Digamos que a nossa segurança energética depende, em boa parte, dessa estrutura de dutos que permitem acionar térmicas em várias regiões do País. Então, esse projeto tem um duplo mérito: ele tem o mérito de tornar muito mais eficiente o transporte para a própria PETROBRAS, mas também tem o mérito de contribuir de maneira muito expressiva para a segurança energética do País.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, podemos aqui afirmar que foi seguro emprestar à Gasene?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Do ponto de vista bancário, sem dúvida nenhuma. É um crédito que está inteiramente adimplente, é hoje um crédito com o sistema PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Do ponto de vista bancário, foi seguro. Do ponto de vista estratégico do BNDES, foi importante também, parece.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Creio que o BNDES cumpriu um papel de banco do desenvolvimento ao financiar um projeto de interesse estratégico tanto para a empresa, quanto, nesse caso específico, para a segurança energética do País.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. sabe que a Gasene assinou contratos com a chinesa SINOPEC no valor de 1,9 bilhão de reais para construir parte dos dutos. O BNDES chegou a avaliar essa parceria? Quer dizer, qual foi a avaliação do Banco com a entrada de 1,9 bilhão de reais dos chineses via SINOPEC?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, o BNDES realizou a parcela do seu crédito, e eu, sinceramente, Sr. Relator, não tenho condições, nesse momento, de comentar especificamente o papel ou de avaliar o papel e a eficiência da SINOPEC, porque... Eu poderei, em outro momento, enviar-lhe uma avaliação desse ponto, mas eu não tenho elementos aqui pra fazer uma avaliação sem a devida, com a devida segurança do que estaria falando. Prefiro não fazer esse... Não teria como comentar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, como Relator, a visão, o ponto de vista de V.Sa., pra mim, é importante, porque o requerimento de criação desta CPI alegou que a Gasene teria sido *“constituída para burlar a ação dos órgãos de fiscalização e controle, de vez que era a própria PETROBRAS quem geria o negócio, utilizando-se de um ‘laranja’ como presidente da empresa, entre os anos de 2005 e 2011”*. O que V.Sa. teria a dizer a respeito dessa afirmação na criação da CPI?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, o que eu poderia comentar é que não cabe o conceito. “Laranja”, pelo que eu entendo, é uma figura que se faz



passar por outra para receber ilícitos, enfim. Aqui, na verdade, havia uma estrutura legalmente constituída, com uma interveniente e com uma pessoa física, que tinha uma pequena participação, para — entendi — funções contábeis. Mas isso é uma estrutura transparente. Não me... Do ponto de vista bancário, isso não foi um obstáculo à segura contratação do crédito. Portanto, eu não vejo dessa formal tal como foi formulada a questão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Há uma ansiedade grande, principalmente dos trabalhadores, em razão de que há sempre uma certa incerteza em relação a vários projetos que estão em curso. Em muitos desses projetos, possivelmente, essas empresas têm uma relação grande com o BNDES, não nos projetos que estão citados na Lava-Jato, mas em outros projetos. Então, o BNDES paralisou ou pretende paralisar a concessão de novos empréstimos para projetos de empresas envolvidas nesse processo da Lava-Jato? Como o BNDES, do ponto de vista da concessão dos seus empréstimos, hoje está avaliando esse quadro, levando em consideração a Operação Lava-Jato?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, Deputado, essa é uma questão que não diz respeito ao tema aqui, que é PETROBRAS. Mas eu vou, de qualquer forma, em respeito a sua pessoa, responder. O BNDES cumpre estritamente a lei nos seus procedimentos. A nossa obrigação é zelar pela melhor prática bancária e seguir as melhores práticas conforme os nossos reguladores. Projetos em andamento que foram feitos sob contratos juridicamente perfeitos, eles podem ser reavaliados, se acontecer uma mudança relevante na classificação de risco do projeto ou nas condições cadastrais. Então, nós estamos cumprindo rigorosamente a orientação da lei e das leis que regem tanto a prática bancária quanto os outros temas relativos a ilícitos da natureza mencionada. Obviamente, projetos novos terão — é diferente de contratos juridicamente... —, eles terão que ser avaliados, outra vez, dentro da boa prática bancária, olhando todas as condições e esperando o devido processo legal. Nós temos precaução dentro da lei e temos observado rigorosamente os dispositivos legais e regulatórios.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, vamos aqui, como o tema maior é PETROBRAS, retornar à PETROBRAS. V.Sa. fez parte, faz parte — hoje inclusive preside — do Conselho de Administração da PETROBRAS. O Plano de Negócios e



Gestão da PETROBRAS para o quinquênio 2013-2017 previa desinvestimentos, por meio da venda de ativos, em um volume de 9,9 bilhões de dólares. Como V.Sa. avalia os desinvestimentos da PETROBRAS abrangendo ativos da empresa na África?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, os programas de desinvestimentos que foram recomendados na estratégia financeira da empresa foram motivados pela necessidade de concentrar as energias financeiras da PETROBRAS no desenvolvimento do pré-sal no Brasil, de forma que a expansão internacional da empresa que precedeu a descoberta do pré-sal, ela tinha uma racionalidade, mas, no momento em que você descobre uma grande província de grande qualidade e de grande potencial no País, certamente isso exigia uma revisão de prioridades, mormente diante dos desafios de financiamento. De forma que a motivação dos desinvestimentos, especialmente no exterior, é uma motivação estratégica absolutamente justificada. No caso da África... Se não me falha a memória, no caso da África, a PETROBRAS tinha um conjunto de ativos em alguns países africanos, sendo principalmente na Nigéria os principais campos em produção. Esses campos em produção na Nigéria, e outra vez aqui, se não me trai a memória, eram campos que já eram produtivos, mas existia o compromisso... Em geral, quando a empresa ganha licitações para explorar blocos ou campos de petróleo, ela tem que concretizar um compromisso de exploração. Existiam compromissos bastante significativos. Eu não me lembro da cifra aqui, mas era uma cifra elevada. Eu não quero arriscar, mas era uma cifra elevada de compromissos de investimento. Então, a venda desses ativos na África era uma alternativa... Eu... Pelo que me recordo — também, outra vez, se não me falha a memória —, eram duas opções: ou vender o ativo inteiro, ou vender metade dos ativos e constituir uma *joint venture*, uma empresa conjunta. Os assessores, os bancos assessores recomendaram — pelo que me recordo, posso também não ter aqui... fazendo um esforço de memória — a opção pela *joint venture*. Foi feito um certame e disso resultou a venda de metade da participação na África, que teve o duplo mérito de aliviar a PETROBRAS, de entrar caixa para a PETROBRAS e de aliviar a PETROBRAS de ter que custear um programa de grande escala de investimento.



Então, pareceu — ao Conselho, e não a mim —, pareceu ao Conselho uma decisão consistente com o programa de desinvestimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E qual a participação acionária do BNDES na PETROBRAS? É por intermédio da BNDESPAR? O senhor poderia detalhar essa participação?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, a participação é dividida em BNDES e BNDESPAR. A participação totaliza 17,24% do capital e representa uma cifra aproximada, pelo valor mais recente, em torno de 22 bilhões. Aqui é uma cifra aproximada, porque, obviamente, a cotação das ações varia diariamente. Então, não é preciso o número. A maior parte é detida pela BNDESPAR e a maior parte das ações é preferencial. Eu poderei, Sr. Relator, depois, lhe fornecer precisamente esses números, que, aliás, são públicos, porque a PETROBRAS é uma empresa aberta. Eu poderei, depois, lhe enviar precisamente quanto a BNDESPAR dispõe e quanto o BNDES dispõe. Essas são ações importantes, porque representam, junto com a União, a participação do Estado brasileiro, a participação pública no capital da empresa, que é uma empresa estratégica para o Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O objeto desta CPI também se refere à construção das refinarias no Brasil. O BNDES concede crédito para a construção de refinarias? Quais são os projetos? Qual é o montante dos recursos aportados?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sr. Relator, o BNDES apoia o desenvolvimento e aperfeiçoamento do refino no Brasil. Mas eu queria lembrar aqui que o principal apoio ao desenvolvimento do refino aconteceu em 2009. Em 2009, como todos sabemos, o mercado financeiro internacional praticamente fechou, o mercado financeiro internacional paralisou-se completamente. E, naquele momento, o BNDES emprestou à PETROBRAS um volume expressivo — cerca de 25 bilhões. Esse empréstimo foi feito em condições de mercado, foi um empréstimo em títulos cambiais, estava dentro daquele grande aporte que o Tesouro Nacional, primeiro grande aporte que o Tesouro Nacional fez ao BNDES.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual o valor, por favor?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Esse grande aporte que o Tesouro Nacional fez...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não; do empréstimo à PETROBRAS.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - O empréstimo de 2009 foi de cerca de 25 bilhões.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdão?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Esse empréstimo estava...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A capitalização.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - A capitalização foi posterior. Não, a capitalização é outro empréstimo. Eu estou dizendo que esse foi um empréstimo excepcionalmente... O empréstimo mais importante foi aquele feito numa circunstância extraordinária, em que havia um completo fechamento do mercado de crédito global para qualquer empresa, não só para a PETROBRAS. Para qualquer empresa. E a alternativa era, naquele momento, ou colapsar o programa de investimento da empresa ou esse apoio. Esse apoio foi feito em condições de mercado. Foi um empréstimo feito a taxas de mercado. E esse empréstimo não é... O BNDES não tem empréstimos secretos; o empréstimo é público. Esse empréstimo está... Nós já o explicamos a vários organismos de controle. Então, ele foi um empréstimo feito naquele momento, extraordinário. E ele, na verdade, teve uma parte para o projeto da RNEST, que estava iniciando naquele momento; outra parte para exploração e produção, plataformas; e outra parte para, se não me falha a memória, a transportadora de gás. Eu estou aqui, se não me falha a memória... Posso, depois, mandar uma informação mais detalhada sobre esse projeto. Mas o principal apoio foi naquele momento, e foi um apoio extraordinário. Posteriormente a esse grande apoio, nas medidas em que as condições do mercado financeiro internacional se normalizaram, o BNDES reduziu de novo, até porque — é importante que isso fique claro aqui — a PETROBRAS, salvo naquele momento extraordinário, a PETROBRAS se financia no mercado de capitais internacional, emitindo bônus, emitindo ADRs, não é? Oitenta e cinco ou 86% de toda a dívida da PETROBRAS é junto ao mercado, não é junto... O BNDES teve um papel naquele momento. E, depois, nos anos seguintes, o BNDES emprestou, mas em quantias



muito mais moderadas, à PETROBRAS ao longo do período mais recente. É o que eu poderia, neste momento, Sr. Relator... E eu quero sempre dizer assim: se a memória não me traiu e dentro da minha melhor lembrança aqui, sujeito, eventualmente, a alguma retificação se, depois, eu não tiver, não for preciso responder à sua questão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Esse empréstimo, naquele exato momento, cumpriu o papel de manter o plano de investimentos que a PETROBRAS tinha. Quer dizer, sem esse empréstimo, poderia haver uma paralisação, naquele momento, desses empreendimentos?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sem dúvida. Com o fechamento do mercado internacional de crédito, a capacidade de investimento da PETROBRAS teria sido seriamente prejudicada, e a capacidade do País de defletir os impactos negativos de uma série crise mundial não poderia ter se concretizado. Então, ele teve um papel relevante, sim, naquele momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora vamos para outro tema, que é sempre muito questionado aqui nesta CPI, relativo ao Conselho de Administração da PETROBRAS.

Desde quando V.Sa. é membro do Conselho de Administração da PETROBRAS?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Desde 2008. Eu creio que...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Desde 2008.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Desde 2008.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E quais são... Poderia aqui nos relatar as atribuições de um conselheiro e a atribuição do Presidente do Conselho, cargo que V.Sa. ocupa no momento?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - O Conselho da PETROBRAS tem como atribuição fixar as diretrizes gerais da estratégia da empresa. A empresa tem um plano estratégico, de 5 anos, que é submetido e avaliado pelo Conselho. Há também o Plano Anual de Investimentos, o Plano Básico de Organização da estrutura da companhia. Então, o Conselho de Administração supervisiona a tomada de contas e o planejamento em geral da companhia. O Conselho de Administração não tem responsabilidade na execução. Toda execução de projetos, de



investimentos está a cargo da Diretoria Executiva. O Conselho de Administração aprova as grandes linhas globais, a estratégia. Essa é a função do Conselho. O Presidente do Conselho tem como função presidir o Conselho, convocar assembleias, convocar reuniões ordinárias do Conselho, que são mensais, convocar reuniões extraordinárias sempre que houver matéria relevante. E eu esclareço que, neste momento, transitoriamente, porque haverá uma assembleia no fim deste mês de abril que renovará o Conselho, e a minha posição como Presidente aqui é transitória.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas as decisões do Conselho de Administração, até então, desde 2008 com sua participação, foram decisões consensuais ou foram, muitas vezes, no voto de maioria?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu creio que a grande maioria das decisões foram consensuais. Eventualmente há decisões com abstenção ou por maioria, mas elas são muito menos frequentes. Eu mesmo, para prevenir qualquer tipo de conflito, já me abstive em alguns casos, especialmente quando é uma matéria de financiamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., então, entende que, em alguns casos, quando se referir a financiamento, pode haver conflito entre o fato de presidir o BNDES e presidir o Conselho de Administração da PETROBRAS?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, eu tenho total consciência de que, primeiro, na qualidade de conselheiro e que transitoriamente represento o Conselho, eu devo seguir rigorosamente os preceitos da lei de sociedade anônima. A lei estabelece a obrigação do conselheiro de sempre zelar pelo melhor interesse da empresa e, respectivamente, de quem lhe tenha indicado. A lealdade do conselheiro, segundo a lei, é sempre... e é um dever fiduciário zelar pelo melhor interesse da empresa. E eu, consciente dessa obrigação, sigo-a religiosamente. O BNDES, como acionista e como credor, é um grande interessado no sucesso da empresa, no seu melhor desempenho, na boa valorização dos seus resultados, na boa governança, que em geral se traduz nesses resultados. Então, nós temos que zelar, como conselheiro, por essas condições, de forma que, se existir uma matéria específica relacionada, eu devo, naquele ponto específico, declarar o impedimento relativo àquele ponto, estritamente.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu entendo que V.Sa. pode até se sentir impedido de opinar, mas eu não me sinto impedido de fazer a pergunta, porque V.Sa. é membro do Conselho de Administração da PETROBRAS desde 2008. Então, qual a sua opinião sobre o sistema de governança da PETROBRAS? V.Sa. entende que possíveis falhas de governança podem ter facilitado a ocorrência de atos ilícitos relacionados com a empresa?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, essa é uma matéria interna do Conselho. O que eu posso dizer é que sempre é possível melhorar a governança no sentido de prevenir, de aperfeiçoar. Todos nós participantes sempre observávamos, e, no Conselho, todas as matérias sempre foram fundamentadas tecnicamente, auditadas por auditores de primeira linha, de maneira que nunca percebemos falhas de governança. Não obstante, *a posteriori*, os eventos da Operação Lava-Jato revelados mostram que determinadas fronteiras de governança foram sobrepujadas, e isso, obviamente, requer aperfeiçoamentos do sistema de governança. É o que eu posso dizer dessa matéria.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Embora V.Sa. possa ter a interpretação de que essa pergunta também não está dentro do foco da CPI... Mas, enquanto Relator, ela é importante para mim. No mundo existem outras grandes instituições financeiras de desenvolvimento. O que o BNDES tem de semelhante e o que o BNDES tem específico em relação a essas instituições financeiras de desenvolvimento?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, Deputado, outra vez aqui, essa não é uma questão relativa ao escopo da nossa CPI, mas, em atenção a sua pessoa, eu vou dar uma resposta muito breve. Eu posso lhe dizer que muitos países do mundo, desenvolvidos e em desenvolvimento, têm bancos de desenvolvimento. O maior banco de desenvolvimento do mundo é o da China; o segundo maior banco de desenvolvimento do mundo é o KFW, da Alemanha; o BNDES é o terceiro em termos de patrimônio. Mas nós temos banco de desenvolvimento na Coreia, banco de desenvolvimento na Índia, banco de desenvolvimento na Rússia, banco de desenvolvimento na Espanha, na França. Existem bancos de desenvolvimento no Japão, em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Cada um desses bancos tem um perfil mais especializado, dependendo das características da



economia, mas todos eles têm alguns pontos em comum: eles são os grandes financiadores de longo prazo; eles são uma das fontes de financiamento importante a projetos estruturantes. Essa é a característica em comum, e me parece que eles, bancos de desenvolvimento, fazem parte do cenário de financiamento no mundo inteiro. Lembro também a existência dos bancos multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano, o Banco Asiático, o Banco Africano... Recentemente foi criado mais um banco de investimento, de infraestrutura, na Ásia. Os bancos de desenvolvimento são parte importante da estrutura de financiamento, especialmente em projetos de longo prazo de maturação. É o que eu posso dizer.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Retornando à questão da Sete Brasil, e já quase concluindo os meus questionamentos, porque todos nós estamos com o discurso do “é preciso ouvir as ruas”, na exposição inicial aqui colocaram uma série de estaleiros. Inclusive se falou da Fels Setal, com seis contratos para construção de plataformas para a Sete Brasil. Quando souberam aqui da audiência, não faltaram mensagens eletrônicas, que vão muito rapidamente. A pergunta que os metalúrgicos fazem é a seguinte: na visão de V.Sa., a Sete Brasil é uma empresa com futuro, é uma empresa viável? Ela superará essas dificuldades que enfrenta e continuará a ser uma empresa que impulsiona desenvolvimento no nosso País? Qual é a visão de V.Sa. acerca dessa questão?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu mostrei naquelas transparências várias sondas em estágio muito avançado e outras a meio caminho. Mostrei a importância para o emprego. E me parece que buscar uma solução consistente, sustentável, eventualmente redimensionada para a continuidade da Sete Brasil, é uma orientação cujo mérito me parece evidente, de forma que nós estamos acompanhando o esforço que os acionistas da Sete vêm fazendo no sentido de criar novas condições para reorganizar e reestruturar o projeto, neste momento junto com bancos comerciais, de maneira a dar continuidade a esse projeto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, por hora eu me dou como satisfeito. Havendo necessidade, retornarei às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Daremos seguimento agora com os Sub-Relatores.

Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. tem até 10 minutos.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, nobre Sr. Relator, Sr. Luciano Coutinho:

Minha primeira pergunta. Sr. Luciano, o senhor respondeu a uma pergunta do Relator. O senhor disse agora que o BNDES não teria investido recurso algum na Sete Brasil, em resposta a uma das perguntas do Relator. No entanto, o *site* do BNDES, no dia 16/01/2014, fala sobre esse assunto, e o parágrafo segundo diz: “O BNDES aprovou apoio financeiro no valor de R\$ 8,8 bilhões, aproximadamente, para a Sete Brasil, além de dar o sinal verde para a sua empresa de participações, a BNDESPAR, subscrever até R\$ 1,2 bilhão de debêntures conversíveis em ações a serem emitidas pela holding Sete Brasil Participações S.A.” Então, a minha pergunta é: a resposta que o senhor deu ao Relator de que o BNDES não investiu recurso nenhum na Sete Brasil... Houve um engano da sua parte, ou o *site* do BNDES está errado? Esta é a minha primeira pergunta.

A minha segunda pergunta vai no seguinte sentido. Quando o senhor foi nomeado para comandar o BNDES, em 2007, o senhor fez uma única indicação: o senhor indicou o Sr. João Carlos Ferraz para a Diretoria de Planejamento. Depois, esse senhor veio a estar aí à frente da Sete Brasil.

Na delação do Sr. Barusco, o Sr. Barusco declarou, na sua delação premiada: “Renato Duque recebeu da Jurong um primeiro pagamento de U\$ 2.100.000,00, conforme menção na tabela, acreditando que a origem foi da conta Opdale e o destino a conta Drenos, no mês de maio de 2013;” — o Barusco falou isso do Duque — “que conforme a mesma tabela, João Ferraz recebeu da Jurong o valor de U\$ 249.996,00”.

Pergunto ao senhor: um homem de confiança do senhor, o único diretor que o senhor indicou no BNDES, para estar à frente de um banco que, pelo seu significado, tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil, o senhor acha que o senhor indicou uma pessoa honesta e correta? No ano de 2007 foi sua única indicação, e, numa delação premiada, ele está sendo aqui acusado de receber propina. O senhor sabe que, na delação premiada, o Sr. Pedro Barusco cita um monte de gente, então, não acredito que ele citaria o João Carlos Ferraz, com 249 mil dólares, o que é até relativamente pouco dinheiro perto dessa roubalheira da PETROBRAS.



Queria que o senhor me dissesse qual é a sua relação com João Carlos Ferraz e por que ele foi para a Sete Brasil. Se o senhor puder, anote estas perguntas, Sr. Luciano, porque são quatro ou cinco perguntas: por que o senhor o indicou para o BNDES; por que o senhor o indicou para a Sete Brasil; se o senhor acha que ele é honesto; se ele recebeu essa propina, na opinião do senhor, ou o Pedro Barusco está mentido.

Eu estou fazendo as perguntas e gostaria que o senhor anotasse, porque assim o senhor tem condições de responder depois com mais tranquilidade.

A minha terceira pergunta tem muito a ver com a PETROBRAS, apesar de não ser diretamente sobre a PETROBRAS, porque o BNDES tem uma participação muito considerável na PETROBRAS. O BNDES, ele é uma espécie de dono de uma parte da PETROBRAS, de 17% da PETROBRAS. A *Agência Brasil*, no ano passado, em 06/04/2014, diz: *“A renegociação de R\$ 238 bilhões de dívidas do BNDES com o Tesouro Nacional custará R\$ 92 bilhões para as contas públicas nos próximos anos”*. Eu gostaria de saber se isso é verdade, se essa matéria da *Agência Brasil* é verdade ou é mentira. *“O Tesouro emprestou”*, diz ainda a matéria, *“R\$ 305 bilhões ao BNDES por meio de injeções de títulos públicos. Com as vendas dos papéis no mercado, o banco consegue dinheiro para aumentar o capital”*.

E aqui vem um fato também muito interessante. Eu sei que, tecnicamente... Quero dizer ao senhor também que o senhor tem um currículo invejável, e aqui é uma questão que às vezes o brasileiro não entende, essa questão técnica, nem eu entendo, nem muitos Deputados entendem essa questão financeira de banco. Mas diz aqui: *“A instituição empresta aos empresários com correção pela taxa de juros de longo prazo (TJLP), atualmente em 5% ao ano”*, na data da matéria. *“No entanto, até agora, estava obrigada a quitar os empréstimos do Tesouro com correção pela Selic, com taxa básica de juros, hoje em 11% ao ano.”*

Eu pergunto: o BNDES capta dinheiro do povo brasileiro, recurso do Tesouro brasileiro, a 11% ao ano e empresta ao empresário a 5%? A resposta, possivelmente, seria: *“Não, mas esse empresário gera emprego para o Brasil, gera riquezas para o Brasil”*. Mas, num momento em que a Presidenta Dilma está fazendo um esforço — eu, por exemplo, sou de um partido da base — para fazer um ajuste fiscal, como nós vemos todos os dias nas manchetes de jornal, o senhor acha que é



justo colocar um recurso subsidiado em empresas, e o povo brasileiro, do outro lado... a Presidente ser obrigada a fazer um ajuste fiscal para mexer em direitos trabalhistas, em direitos previdenciários...? Como é que o senhor vê isso? A conta, segundo essa matéria, custará ao BNDES 92 bilhões de reais. Segundo o ex-Diretor do Banco Central Carlos Eduardo Freitas, que calculou os 92 bilhões de reais, é quase uma meta de superávit primário 92 bilhões de reais, quer dizer, tudo que o brasileiro, que o povo brasileiro economiza à custa do suor do trabalhador, para trabalhar mais tempo para pagar imposto. Esses empréstimos que o BNDES faz é o povo brasileiro, com o seu sofrimento, que está pagando? São 92 bilhões de reais ao longo dos próximos anos, e o senhor demonstrou aqui o Banco com uma saúde financeira, sem sombra de dúvida... Porque, para receber um recurso como esse, mesmo tendo todo o critério, só faltava o Banco emprestar a quem não paga. Então, o Banco empresta para clientes, vamos dizer assim, considerados classe AAA, mas quem está pagando é o povo brasileiro. O senhor acha que esse é o papel do Banco, se o nome do banco é Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social? O senhor acha que está correto? O senhor está à frente desse Banco para fazer esse papel? Não digo o senhor, não, mas o papel do Banco é esse?

E aí vem também essa questão do Sr. João Carlos Ferraz. Quer dizer, ele era Diretor de Planejamento do Banco, indicado pelo senhor. Era ele que fazia todo esse planejamento, e agora é acusado de receber propina na PETROBRAS?

Uma última pergunta. Matéria do dia 7 de março agora, da *Folha de S.Paulo*, diz o seguinte: *Dilma pressiona o BNDES a liberar crédito a fornecedora da Petrobras*. Eu, em primeiro lugar, quero deixar claro aqui neste ponto, porque eu toquei no nome da Presidente Dilma, que eu tenho certeza absoluta de que a Presidente Dilma, o que ela quer é passar essa história a limpo e talvez... Eu pessoalmente tenho certeza disto, de que o que ela quer é passar toda essa história a limpo. Mas a matéria diz isso. Eu pergunto ao senhor: como é que funciona? Existe a pressão política? O senhor contestou essa matéria, ou algum diretor do BNDES contestou essa matéria, ou se calaram diante disso? Eu acho que seriam essas questões.

Eu, só para fazer uma consideração — está acabando o tempo, faltam 20 segundos —, essa questão do João Carlos Ferraz, Sr. Presidente, ela me incomoda



muito, incomoda muito o povo brasileiro. Porque o senhor ter indicado um diretor em 2007, o único nome que o senhor indicou, e depois ele ter ido para a Sete Brasil e levado propina...? Eu fico me perguntando: e o tempo todo que esse senhor ficou à frente do BNDES?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Altineu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor confia nele? O senhor avaliza todo esse tempo que ele ficou à frente do BNDES? O senhor confia em tê-lo colocado na Sete Brasil? O senhor acha que o Barusco está mentindo e que o João Carlos Ferraz é um homem honesto?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Sr. Luciano Coutinho tem a palavra.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu vou começar esclarecendo essa questão, e é muito fácil esclarecê-la. Deputado, trata-se de um caso de homônimos. O Sr. João Carlos Ferraz, que é Diretor do BNDES até hoje, era um professor de Economia, trabalhava na CEPAL e não é a mesma pessoa — eu não sei o sobrenome completo do João Carlos Ferraz da PETROBRAS, acho que ele tem outro sobrenome.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O da Sete Brasil não é a mesma pessoa?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim, da Sete Brasil. O Sr. João Carlos Ferraz que foi Presidente da Sete Brasil...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não é a mesma pessoa que o senhor indicou como diretor.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - ... não é a mesma pessoa. Ele era um funcionário da PETROBRAS que se tornou Presidente da Sete Brasil. Ele nada tem a ver com o Sr. João Car... Um é engenheiro, o outro é...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Sr. João Carlos Ferraz que o senhor indicou ao BNDES. Então eu peço desculpas ao senhor, porque a minha fonte foi na realidade a imprensa, e isso realmente se confunde.

Muito obrigado pela resposta do senhor a essa pergunta.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu esclareço que não.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor pode prosseguir nas demais.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Está bem. Então eu queria deixar esclarecido isso. Em relação à questão do *site*, houve num certo momento a cogitação de que o Banco pudesse realizar parte do crédito à Sete Brasil por uma operação de crédito e uma pequena parte através da emissão de debêntures. Porém, essa opção pela emissão de debêntures revelou-se pouco adequada, e, por razões bancárias, ela foi abandonada. Então, no momento em que isso recebeu publicidade, era uma intenção, estava em cogitação, que foi a seguir abandonada. Então, não houve... Na verdade, nós retornamos ao plano original, que era inteiramente uma operação convencional de crédito, sem emissão de debêntures. Não houve “enganosidade”, apenas houve uma mudança ao longo do processo, por razões bancárias. Deputado, V.Exa. fez uma série de questões sobre o BNDES, em relação a recursos do Tesouro... Outra vez, não é o objeto aqui, mas eu, em respeito à sua posição como Sub-Relator...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu só quero, em 10 segundos, fazer um adendo. É o seguinte: se o BNDES tem 17% na PETROBRAS e o Tesouro brasileiro tem que colocar — eu gostaria que o senhor respondesse — 92 bilhões de reais no BNDES, como está escrito nessa matéria, é ligado diretamente a PETROBRAS, porque, se o Tesouro brasileiro tem que colocar dinheiro na PETROBRAS e o BNDES aporta dinheiro na PETROBRAS, então o recurso do povo brasileiro tem diretamente a ver com a PETROBRAS. O senhor me desculpe, essa é a minha avaliação.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu ia explicar, de qualquer forma, em respeito. Primeiro, eu não conheço o cálculo feito pelo economista Freitas. Não li essa matéria, mas terei todo o interesse em explicar. De fato, o Tesouro Nacional emprestou somas importantes ao BNDES, e há uma diferença entre o custo de captação e a TJLP. Porém, dependendo do cálculo... Este número de 92 não é um número que diz respeito a 1 ano. Ele diz respeito, provavelmente — eu não li —, pelos volumes, a um período de tempo. Então, dependendo da premissa que estejamos utilizando, esse número pode ser menor. Eu me explico melhor: há expectativa de que, no futuro, depois de controlada a inflação e recompostas as



condições fiscais, que é o programa macroeconômico em curso, e é meta explícita do Banco Central em 2016 aproximar da meta de inflação, naturalmente, quando isso acontecer... Falo com todo o cuidado aqui, porque nós temos aqui a imprensa. Eu não estou fazendo nenhum vaticínio de quando isso vai acontecer, mas é natural que, no momento em que, feito o ajuste, ultrapassado um período mais difícil de pressão inflacionária, a inflação volte a cair, seja possível ao Banco Central voltar a reduzir a taxa de juros. Esse é um objetivo. Por outro lado, o Conselho Monetário Nacional vem aumentando o valor da TJLP, de forma que, se no futuro caminharmos, como me parece altamente desejável, para uma convergência no longo prazo entre a SELIC e a TJLP, este subsídio desaparecerá. Eu não conheço as premissas do cálculo do economista Carlos Eduardo Freitas, e eu pediria ao Deputado que eu pudesse ter acesso ao estudo, para depois fazer um comentário.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A matéria é da *Agência Brasil*, de 06/04/2013. Só para fazer uma consideração, as informações que a gente tem são de 20 a 25 bilhões de reais por ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, V.Exa. já esgotou o tempo, e eu já permiti outra inserção.

Sr. Luciano Coutinho, termine de responder a S.Exa., para que eu possa passar a palavra para o próximo Sub-Relator.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Bem, é exatamente isso, Deputado. Eu vou pedir à assessoria que anote essa matéria, e depois nós poderemos esclarecer isso, mas o valor anual é dessa ordem, e eu espero que ele venha a ser um valor minguante. O segundo ponto, o último ponto que V.Exa. perguntou, diz respeito ao lado social do BNDES. O BNDES é um banco, sim, que tem apoiado, através dos Estados brasileiros, desenvolvimento de mobilidade urbana, que financia os principais metrô, que financia grandes projetos de saneamento no País, então ele tem um lado social muito forte, sim, financia a infraestrutura do País. E por último eu quero dizer, em relação à matéria da *Folha*, que não recebi pressão da Exma. Presidente e que minha posição como Conselheiro, estritamente, é de observar o melhor interesse da empresa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Luciano.



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo Sub-Relator é o Deputado Bruno Covas. V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Luciano Coutinho, V.Sa. assumiu o BNDES em maio de 2007. A Sra. Graça Foster assumiu a Diretoria de Gás e Energia da PETROBRAS em setembro do mesmo ano. V.Sa. teve alguma conversa com a Sra. Graça Foster sobre o Projeto GASENE?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Quer que eu responda?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por favor.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não me recordo. Esse é um assunto técnico, que foi tratado... Não me recordo de ter tido nenhuma conversa com a Presidente Graça a esse respeito. Isso foi um assunto tratado entre as equipes técnicas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O BNDES concedeu empréstimo da ordem de 4,5 bilhões de reais para a Transportadora Gasene, com objetivo na implantação do Projeto GASENE. Pelo que V.Sa. já respondeu ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, o senhor tem pleno conhecimento de que a PETROBRAS figurou como responsável pelo pagamento dessa operação de crédito? Sim ou não?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Indireta... A PETROBRAS como compradora do gás, esse contrato é que dava respaldo, no futuro, porque os empréstimos têm um prazo de carência. É normal. Em qualquer projeto de infraestrutura há um prazo de carência suficientemente longo para que a obra seja concluída. Somente depois que a obra é concluída e o sistema entra em operação e começa a gerar receita é que coincide com o início do serviço da dívida, de pagamento. Isso é feito planejadamente dessa forma, de maneira que, ao iniciar o contrato, a efetivar o contrato de compra do transporte de gás, os proventos desse contrato puderam começar a servir à dívida da Gasene.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, a resposta à minha pergunta é “sim”, de forma indireta.



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - É, vindo... Mas não é algo, digamos assim, direto da PETROBRAS para o BNDES. É um processo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

Conforme afirmado pelo ex-Presidente da PETROBRAS Sr. Sérgio Gabrielli de Azevedo a esta CPI, foi celebrado um contrato de penhor de direitos creditórios em conjunto com um contrato de penhor de ações entre o BNDES, a Transportadora Gasene e a Gasene Participações Ltda., o primeiro estabelecendo em favor do BNDES o penhor de direitos creditórios da Gasene Participações Ltda. e da Transportadora Gasene relativos ao contrato de opção de compra e venda celebrado entre essas sociedades e a PETROBRAS. Esses negócios jurídicos nada mais são do que uma garantia concedida em favor de terceiro pela PETROBRAS. Ainda de acordo com o ex-Presidente Gabrielli, esses negócios jurídicos não foram submetidos ao Conselho de Administração da PETROBRAS, conforme determina o art. 142, inciso VII, da Lei das S.As.

V.Sa., como atual Presidente do Conselho de Administração, adotou ou adotará alguma providência para sanar essa irregularidade?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Exmo. Deputado, não é função do Conselho de Administração da PETROBRAS gerir projetos ou descer à estrutura jurídica de projetos específicos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim, mas é a de aprovar.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - E a aprovação é feita para o plano estratégico e para o plano de investimentos, que identificam os principais projetos, avaliam o mérito dos projetos, neste caso o mérito...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Conselho então não aprova as garantias dadas.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, essa é matéria delegada estatutariamente à Diretoria Executiva, não é matéria do Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

O senhor conhece o Sr. Antônio Carlos Pinto de Azevedo, Presidente da Gasene?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Conforme publicado pelo jornal *O Globo* — abre aspas —: *“Chama atenção o fato de um projeto dessa magnitude (...) não ter avaliação crítica dos estudos apresentados pela Petrobras para efeitos de autorização para a construção’. Segundo a auditoria, a ANP deixou de avaliar a viabilidade do projeto bilionário, embora o capital social da empresa contratada fosse de apenas R\$ 10 mil, indicando que poderia tratar-se de fachada”*.

O senhor já afirmou aqui que a única garantia para o pagamento do empréstimo da Transportadora Gasene foi aquele concedido pela PETROBRAS. Dessa forma, pergunto: o senhor acredita que a operação de crédito efetivada pelo BNDES para a Transportadora Gasene foi instruída de todos os documentos pertinentes à viabilidade econômica e operacional do projeto?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim, esse projeto foi objeto de um escrutínio técnico, como todo e qualquer projeto no BNDES. Examinam seu mérito, examinam suas condições financeiras e as condições jurídicas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

Por meio das chamadas Cartas de Atividades Permitidas — CAPs, gerentes da PETROBRAS orientavam como o Presidente da Transportadora Gasene deveria proceder sobre diversos assuntos. Em uma dessas CAPs, uma gerente orientou o Presidente da Transportadora Gasene sobre a assinatura de carta endereçada ao BNDES solicitando consentimento para fins de aumento de endividamento da Transportadora Gasene em 760 milhões de dólares. V.Sa. já afirmou hoje aqui que tinha conhecimento desse procedimento, ao dizer que a PETROBRAS emitia orientações sobre o projeto, quando questionado pelo Relator, Deputado Luiz Sérgio. Pergunto: a aludida carta foi encaminhada ao BNDES?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Creio que todas as regras foram cumpridas neste caso. Obviamente, essa é uma matéria de gestão e...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor crê que sim, mas não tem como...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Creio que sim, mas...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ... afirmar com certeza.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Exato, exatamente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não tenho, obvia... Me parece, pelo rigor com que o Banco segue todos os procedimentos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

O acompanhamento do Projeto GASENE era realizado pelo BNDES diretamente com a PETROBRAS?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdão?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O acompanhamento do projeto era realizado pelo BNDES diretamente com a PETROBRAS?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - O BNDES realiza o acompanhamento por sua própria conta, ou através de, em alguns casos, de pessoas qualificadas, terceiros.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim. E esse acompanhamento era feito com tratativas com a PETROBRAS?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, junto diretamente ao projeto. O Banco analisa o avanço físico do projeto...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim. Quem encaminhava esses relatórios, a Transportadora Gasene ou a PETROBRAS?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Provavelmente o cliente, que era a Transportadora, contra apresentação de todos os documentos de dispêndio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

Qual a situação...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - O Banco não adianta os recursos; ele libera à medida da comprovação

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. Entendi.

Qual a situação atual do empréstimo com a Transportadora Gasene e da recuperação desse crédito?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Está adimplente, perfeitamente adimplente, e vem sendo pago. Eu gostaria de esclarecer, Deputado, em relação à questão anterior, sobre o pedido para um crédito para endividamento adicional, eu queria só esclarecer que esse endividamento adicional não foi fornecido pelo BNDES, está certo? O BNDES limitou-se ao crédito inicial.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.



O senhor confirma que o BNDES recebeu do Banco de Desenvolvimento da China 750 milhões de dólares para o Projeto GASENE?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim, houve uma operação de empréstimo do China Development Bank ao...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E houve, em relação a esse crédito, alguma vinculação desse negócio com a contratação da SINOPEC pela Transportadora Gasene?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não teria condições de lhe esclarecer esse ponto neste momento. Poderei posteriormente fazê-lo. Seria...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. Aguardo, depois, por escrito, esse esclarecimento.

O senhor sabe dizer qual é a situação atual desse crédito?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Poderei lhe dar também a informação de... O crédito encontra-se adimplente e, como eu disse, havia um exercício de opção de compra que dependia inclusive de anuência do BNDES, e num determinado momento a TAG — Transportadora Associada de Gás —, subsidiária da PETROBRAS, absorveu o Projeto GASENE, de maneira que...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não, do crédito com o Banco de Desenvolvimento da China, eu pergunto.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ah, não! Em relação ao crédito da China eu não...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Se o senhor depois também pudesse mandá-lo...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim, depois eu poderei lhe esclarecer isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Só para terminar, as duas outras perguntas eu vou fazê-las em conjunto, porque o meu tempo já está acabado.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Pois não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essa parceria entre o BNDES, o Banco de Desenvolvimento da China e a SINOPEC foi tão boa que será repetida em outros empreendimentos de exploração de petróleo e gás? Há novas operações de crédito do BNDES envolvendo a SINOPEC?



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, nós não temos relacionamento direto com a SINOPEC. A SINOPEC é uma empresa de petróleo e gás que tem os financiamentos do Governo... dos bancos chineses. Ela não tem relacionamento direto com o BNDES. Nós temos, sim, um memorando de entendimento e de cooperação com o China Development Bank, o Banco de Desenvolvimento da China, assim como temos com muitos outros bancos de desenvolvimento de outros países.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos Sub-Relatores, o próximo a falar é o Deputado Arnaldo Faria de Sá. V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria saber do Sr. Luciano Coutinho se ele fez uma consulta jurídica para assumir a Presidência do Conselho da PETROBRAS, sendo Presidente do BNDES, e se foi alertado de que poderia haver alguma incompatibilidade — como Presidente do Conselho, não, como Conselheiro — como Presidente do Conselho e Presidente do BNDES.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim, fiz uma consulta e, ressalvado o meu direito de abster-me em matéria de conflito de interesse, não há obstáculo, desde que zele — como fiz e farei — sempre pelo melhor interesse da empresa na minha posição de Presidente do Conselho, Deputado, que será breve e transitória, posto que haverá, logo adiante...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na dúvida entre o BNDES e a PETROBRAS, o senhor fica com quem?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdão?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na dúvida entre a Presidência do Conselho da PETROBRAS e o BNDES, o senhor fica com quem?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Se houver uma matéria de conflito, eu terei que me abster.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa consulta foi por escrito ou foi verbal?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Essa consulta foi feita em reunião com a assessoria jurídica, não é?



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor poderia disponibilizar o resultado dessa consulta?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Foi verbal, não foi por escrito. Eu questionei, perguntei a esse respeito.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pela ordem. Deve constar da ata essa consulta verbal, não é, Dr. Luciano?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não creio que constou da ata, porque isso era uma avaliação precedente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso, no BNDES. E no Conselho da PETROBRAS, o senhor chegou a levantar a mesma dúvida?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Exatamente, no Conselho da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E no BNDES, o senhor fez a consulta, perguntou se poderia ocorrer qualquer incompatibilidade...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...já que o senhor é prestador de dinheiro do BNDES para a PETROBRAS?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim, também consultei o Jurídico da Presidência do Banco.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa consulta ao Jurídico foi verbal ou por escrito?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, apenas a recomendação de cautela em matérias... Devo dizer, Deputado... Posso, por favor, falar um pouco?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Fique à vontade.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Em larga medida, os interesses são convergentes. O BNDES, como banco de desenvolvimento, como credor, quer o melhor para a companhia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o BNDES é credor de muitos milhões de dólares da PETROBRAS. Esse conflito, na minha opinião, existe.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, todo credor quer o melhor possível para o seu devedor, está certo? Porque é a saúde do seu devedor, o bom desenvolvimento do seu devedor que assegura a liquidez e a solvência do



seu crédito, de maneira que, em geral, além de ser acionista, o interesse do BNDES é convergente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que o senhor não veio acompanhado de algum advogado do BNDES à reunião de hoje?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que o senhor não veio acompanhado de alguém do corpo jurídico do BNDES à reunião de hoje?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, eu tenho o meu chefe de gabinete, que é advogado e está aqui presente, embora ele não ocupe uma função de advogado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas a Presidência diz que o advogado que representa o senhor é Cláudio Ferreira da Cunha Lobo. É isso?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim, porque eu vim convocado para responder sobre a Sete Brasil, principalmente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tudo bem, mas ele é ligado ao BNDES, esse advogado?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, ele é da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que o senhor usa um advogado da PETROBRAS para vir à CPI discutir esse assunto?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Porque a matéria... Nós estamos em uma CPI sobre a PETROBRAS, e a minha posição aqui é também de Presidente do Conselho de Administração, embora transitório.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor foi convocado como Presidente do BNDES e o vem com advogado da PETROBRAS? O mesmo advogado que acompanhou a Graça Foster, que acompanhou o Gabrielli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só para esclarecer, de maneira de muito tranquila, quero dizer a V.Exa., Deputado Arnaldo, que os requerimentos de convocação falam sobre a Sete Brasil e também sobre a Presidência do Conselho. Existem aí as duas matérias sendo tratadas, o que permite ao Sr. Luciano Coutinho contar com apoio de funcionários da PETROBRAS. Digo isso para esclarecer V.Exa.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. acaba justificando esse conflito que eu estou explorando. Há um conflito entre o BNDES e a PETROBRAS. Eu acho, inclusive, que, até a publicação do balanço da PETROBRAS, que deverá ocorrer ainda sob a gestão dele como Presidente do Conselho de Administração, algum prejuízo sobrarão ao BNDES. Ou desses 88 bilhões que o balanço da PETROBRAS vai colocar de prejuízo nada vai sobrar para o BNDES?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu não posso, por duas razões, fazer comentários. A Instrução Normativa nº 358 da CVM e o art. 155 da Lei das Sociedades Anônimas me vedam fazer qualquer comentário antecipado sobre impacto, balanço de uma companhia que tem o peso que tem no mercado de capitais não só do Brasil como do mundo. Eu não posso tecer comentários a respeito da matéria balanço. Lamento muito. Se estivéssemos fazendo esta audiência após a divulgação, eu teria muito prazer em lhe esclarecer.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor pode comentar a respeito do relatório do TCU, de ontem, que comprovou a “pedalada fiscal” do Governo para melhorar as contas públicas utilizando bancos públicos, entre eles o BNDES, para o pagamento de benefícios advindos de repasse? No caso do BNDES, o Banco Central contabilizava uma dívida do Tesouro com o BNDES de 7,4 bilhões de reais.

O uso de recursos próprios da instituição controlada pelo controlador não é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero só esclarecer algo: é claro que o Sr. Luciano Coutinho pode muito bem responder essa pergunta, mas o que traz o Sr. Luciano Coutinho a esta CPI são exclusivamente os temas inerentes à PETROBRAS. Se não sentir à vontade para responder essas perguntas, ele tem todo o direito de deixar de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pois não, Deputado. V.Exa. foi advogado dele agora, mas eu respeito.

Eu queria lembrar ao Sr. Luciano Coutinho que, com o ajuste fiscal, o Governo vai economizar cerca de 15 bilhões de reais — Medidas Provisórias nº 664



e 665. A Medida Provisória nº 661, entretanto, autorizou 30 bilhões de reais para o BNDES. Por que o BNDES precisava desse dinheiro no final do ano?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, as duas questões não dizem respeito ao escopo da CPI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas dizem respeito ao BNDES. O senhor está convocado também como Presidente do BNDES, e não só como responsável pelo Conselho de Administração da PETROBRAS.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim. Deputado, eu vou lhe responder, pelo grande respeito que tenho pela sua pessoa, embora isso não tenha a ver com o escopo da convocação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - O BNDES, em geral, tem, no fim do ano, uma intensificação grande de demanda de desembolsos, especialmente quando o Programa de Sustentação do Investimento, que providencia linha de crédito para a venda de máquinas, equipamentos, caminhões, etc. muda de ano. A mudança de ano no calendário é sempre acompanhada por uma revisão de taxas. A mudança da equipe econômica e a sinalização clara de que haveria uma redução de subsídios implícitos nas linhas de financiamento do BNDES produziu uma aceleração muito forte na demanda por esse programa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Entendi.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Isso afetou não só o desembolso do mês de dezembro, mas também os dos meses de janeiro e fevereiro, porque várias operações...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Entendi.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Então, houve necessidade de suplementação desses recursos. Esses recursos serão, depois, objeto de relatório ao Congresso Nacional, um relatório detalhado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O.k.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eles estão no âmbito da discussão da MP 661. Eu esclareci esse ponto anteontem no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A última pergunta.



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Qual foi a outra?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vou fazê-la agora.

Os empréstimos de 12 bilhões de reais feitos pelos bancos Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú BBA, Santander à Sete Brasil para construção de sondas da PETROBRAS, que deveriam ser empregados na exploração do pré-sal, já estão vencidos, e os bancos devem executar as garantias dadas pelo Fundo Garantidor da Construção Naval. O problema é que as garantias são de 4,5 bilhões de reais e sobraria um prejuízo de 7,5 bilhões de reais. O BNDES se comprometeu a fazer um empréstimo de longo prazo, mas com a liberação por meio dos credores, o que, na prática, o leva a assumir também o risco desse empréstimo, já que a Sete Brasil está praticamente quebrada e as ações da empresa não valem praticamente nada. Para quem fica a sobra dessa conta? O senhor está disposto a assumir essa responsabilidade?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, primeiro, eu não... O Deputado mencionou um valor que eu não sei se é exato. Então, eu não queria dar, a respeito...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O valor, as garantias atingem 4,5 bilhões de reais.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Independentemente da exatidão dos valores...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso vai dar um prejuízo de 7,5 bilhões. É disso que eu estou falando.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu não tenho certeza da exatidão desse valor, mas, independentemente disso, eu gostaria de lhe informar que, na semana passada, os bancos assinaram um memorando de entendimento, prorrogando até o dia 30 de junho todas as pendências, inclusive o recurso ao Fundo. Houve um entendimento de forma a propiciar um período para a reorganização e reestruturação do projeto da Sete Brasil. Então, esperamos que até lá seja possível alcançar uma solução sustentável, racional, que permita a continuação do projeto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Oxalá não seja uma EBX.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, concedo a palavra ao próximo Sub-Relator, Deputado André Moura.

V.Exa., Deputado André Moura, se configura também como autor de um dos requerimentos de convocação do Sr. Luciano Coutinho. Indago a V.Exa. se quer juntar o tempo de autor com o tempo de Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Agradeço.

Sr. Presidente, o BNDES já liberou a primeira parcela de 3,5 bilhões de dólares para a Sete Brasil ou ainda não? Essa é uma primeira pergunta.

Eu vou fazer uma sequência de perguntas, porque a liberação dessa parcela conta mais de 2 anos de atraso. Já que era um negócio tão bom, por que esse atraso todo? O senhor sabe que, se esse empréstimo do BNDES não sair, a Sete Brasil pode entrar em *default*, porque tem dívidas de mais de 10 bilhões de reais que vencem neste mês de abril? Esta é a primeira pergunta.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu havia explicado que o BNDES não liberou nenhuma parcela em função de não ter ocorrido a contratação. A demora se deve às dificuldades...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O BNDES não liberou nenhuma parcela?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, não. Nem sequer contratou esse primeiro...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Exa. já colocou isso. Eu só quero reafirmar...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Reafirmo que não liberou, até porque não contratou. Agora, o atraso não se deveu ao BNDES. O BNDES disponibilizou e, durante cerca de 14, 15 meses, esse empréstimo esteve disponível para contratação. Em função da dificuldade de alinhar todos os interesses numa estrutura contratual muito complexa da Sete Brasil, não ocorreu a contratação e, em função disso, não ocorreu liberação. A outra questão diz respeito... Sim, nós temos consciência de que é necessário reestruturar, de forma a viabilizar a continuidade do



plano de negócios num novo formato, consistente e sustentável, do ponto de vista financeiro, economicamente viável. E quero reiterar também informação já dada aqui de que os bancos comerciais celebraram um memorando de entendimento, prorrogando o vencimento dessas dívidas até o fim de junho, de maneira a permitir essa revisão do plano de negócios da companhia.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k.

Sr. Presidente, quero só chamar a atenção para o fato de que não foi acrescido ao meu tempo de Sub-Relator o tempo de autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É porque o cronômetro só vai até 10 minutos. Quando acabar esse tempo, colocaremos os 5 restantes.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Agradeço.

Sr. Presidente Luciano Coutinho, na explanação que V.Sa. fez aqui, V.Sa. apresentou uma relação das sondas contratadas, dos estaleiros sob financiamento do BNDES, a exemplo de empresas *drilling*, como a Copacabana, a Urca, a Guarapari, a Salinas, a Boipeba, a Ipanema, enfim, tantas outras que V.Sa. colocou na explanação apresentada por V.Sa.

V.Sa. conhece e teve contatos com os representantes legais dessas empresas *drilling*, que, na explanação de V.Sa., foram colocadas como empresas que têm financiamento em estaleiros, têm financiamento por parte do BNDES?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Pessoalmente, não tive contato com dirigentes da empresa mencionada. Foi a Seadrill que o senhor mencionou?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Eu estou aqui com aquilo que foi apresentado por V.Sa., citando algumas empresas, empresas *drilling*, a exemplo da Copacabana, da Urca, da Guarapari, da Salinas, da Boipeba e tantas outras que eu não vou citar aqui para não perder tempo...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ah, sim! Não. Desculpe, Deputado. Como Presidente do banco, era humanamente impossível que eu pudesse descer a detalhes da operação. Então, isso é matéria técnica, estritamente...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Eu estou perguntando se V.Exa. teve contato, conversou com os representantes legais de todas essas empresas que, na sua exposição, V.Exa. disse que têm financiamento com o BNDES.



Minha pergunta é objetiva. V.Exa. está com rodeios. Por favor, de forma objetiva, V.Exa. me responda.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, Deputado, essas empresas ainda não têm financiamento com o BNDES, porque o BNDES não contratou a Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas não importa. Há em tramitação a contratação desses financiamentos. Eu estou perguntando se V.Sa. conhece ou teve contato com esses representantes. Quer que eu cite todas as empresas?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, não é necessário, Deputado. Eu estou apenas esclarecendo o seguinte: que o BNDES era...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. está meio perdido na resposta.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não. O crédito é para a companhia Sete...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não estou perguntando a questão técnica. Eu já perguntei cinco vezes e vou pela sexta vez perguntar. Pela sexta! V.Sa. teve contato diretamente, conversou com esses representantes dessas empresas aqui? É só isso que eu quero saber. Se V.Sa. disser que não, vai ficar registrada a resposta de V.Sa.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não. Eu já tinha dito que não; que isso é uma...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Com nenhuma delas? Com nenhum desses representantes dessas empresas *drilling* aqui?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, até porque, Deputado, permita-me explicar que o BNDES não emprestará diretamente a essas empresas. O empréstimo é para a companhia Sete Brasil, que, por sua vez, vai se associar a essas empresas, e elas participarão como operadoras das futuras sócias.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não estou satisfeito com a resposta de V.Sa.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Desculpe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu estou perguntando se V.Sa... É simples!

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu já disse...



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa., então, não teve contato com nenhum deles? Com nenhum representante dessas empresas *drilling*?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Com representantes dessas empresas...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim! “Sim” ou “não”?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não tive contato.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não teve? Com nenhum deles?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Que eu me...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Exa. está aqui sob juramento de dizer a verdade.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, que eu me recorde, não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Que eu me recorde, eu não tive, porque...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. não se lembra da possibilidade de contratar com empresas dessas com recursos vultosos? Porque aqui não se trata do financiamento de uma bagatela; aqui são milhões de reais, e V.Sa. não se recorda se sentou com nenhum desses representantes das empresas que V.Sa. colocou aqui, na sua explanação, com as quais havia a possibilidade de contratação de financiamento do BNDES?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não me recorde de pessoalmente ter realizado reuniões, até porque essa é uma matéria afeta às equipes técnicas do banco, e não diretamente ao Presidente. Essa é a minha resposta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, não. O.k. Está registrado, não é? Vamos mais adiante nas investigações, para que verifiquemos se realmente essa resposta do senhor é condizente, se realmente o senhor está falando a verdade.

Dando sequência, farei a pergunta de nº 2, para o senhor acompanhar aí: se o negócio de contratação das 28 sondas da Sete Brasil para a PETROBRAS era tão bom que o BNDES concordou com a possibilidade da concessão de financiamentos bilionários, por que, então, a PETROBRAS cogitou cortar pela metade o número de sondas? Será que esse negócio já não era tão bom assim?



E por que o BNDES está insistindo na inclusão de uma cláusula anticorrupção no contrato de empréstimo? Será que isso não é uma prova incontestável de que o roubo e a corrupção na PETROBRAS e numa de suas empresas laranjas, a Sete Brasil, estão enormes, como nunca na história deste País?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, as circunstâncias do projeto da Sete Brasil mudaram, e é necessário um realinhamento entre todos os seus participantes, de maneira que eu não posso antever agora qual será o redimensionamento nem qual será a solução que emergirá dessas tratativas, de maneira que eu não posso responder algo que ainda está em tratativas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não pode responder como Presidente do BNDES ou como Presidente do Conselho?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Aqui, a pergunta diz respeito ao BNDES, porque é o BNDES que acompanha...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E como Presidente do Conselho, o senhor pode responder?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Como Presidente do Conselho eu não posso responder também, porque é uma matéria que está...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Se o Presidente do Conselho não sabe responder nada, imaginem como essa PETROBRAS não está.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Desculpe-me Deputado, primeiro...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, é preciso haver respeito com o depoente.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Primeiro, não é uma matéria... Primeiro, não é uma matéria do Presidente do Conselho...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, eu peço que não seja interrompido por nenhum dos Parlamentares.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdão, Deputado. Com todo o respeito, não é uma matéria do Conselho de Administração acompanhar uma negociação no nível que é responsabilidade da Diretoria Executiva. Então, essa é a minha resposta.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não é do Conselho? V.Exa. é Presidente do Conselho, e não é responsabilidade do Presidente do Conselho da PETROBRAS?! Não é?!

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não é responsabilidade de membros do Conselho a negociação com uma empresa onde ela tem uma posição minoritária e é uma negociação com entes privados, na esfera de responsabilidade do Conselho, desculpe, da Diretoria Executiva.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, como do meu tempo só faltam...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Pois não.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não. Eu lhe... Por favor, faça a pergunta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Como V.Sa. demorou muito para poder responder — a resposta era “sim” ou “não” — se conhecia os representantes legais das empresas *drilling*, e meu tempo já está se esgotando, e eu ainda tenho mais quatro perguntas. Por isso, vou fazer aqui, Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, a leitura dessas perguntas, das quais eu encaminhei cópia ao Presidente Luciano Coutinho, para que ele possa respondê-las. Eu vou fazer só a leitura das perguntas, para o conhecimento de todos.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, em respeito a sua pessoa... Eu não me recordo de ter feito reunião com representantes de operadoras, mas, em respeito a sua pessoa, vou pesquisar, porque eu não tenho certeza e quero deixar claro que...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k. Eu agradeço a V.Sa. se depois encaminhar a resposta.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Pelo que me lembro, não tive, mas vou pesquisar, para que posteriormente não se alegue que eu faltei com a verdade. Eu vou pesquisar, verificar se tive alguma reunião...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E posteriormente encaminha a resposta.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - E, se tiver, encaminharei a resposta.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não, independente de qual seja a resposta, eu gostaria que V.Exa. me encaminhasse.

Quero parabenizar o seu advogado, que foi ali e lhe deu anotado para que V.Exa. pudesse responder isso aí. Quero parabenizar pela competência o seu advogado.

Vamos lá. Vou fazer a leitura das minhas perguntas.

Qual é a política específica do BNDES — é a pergunta de nº 4, Sr. Presidente — e de suas coligadas para o fomento da construção de sondas destinadas à exploração de petróleo na região do pré-sal e para apoio à PETROBRAS?

A pergunta seguinte: que recursos a empresa Sete Brasil Participações pleiteou ao BNDES e ao BNDESPAR? Quais operações financeiras foram aprovadas e tiveram os recursos liberados e em que montantes? Quais operações não foram aprovadas ou liberadas e por que razões?

Pergunta seguinte: O BNDES recebeu alguma ordem ou diretriz do Governo Federal para priorizar o financiamento das operações da Sete Brasil Participações ou de suas coligadas? Quem deu essa ordem ou decidiu essa prioridade? Como V.Sa. avalia a situação econômico-financeira da Sete Brasil Participações e a viabilidade de suas operações contratadas pela PETROBRAS? Quero saber se há viabilidade, pela situação financeira que atravessa a Sete Brasil, e se há prioridade.

Quais outras empresas ou estaleiros pleitearam recursos do BNDES e do BNDESPAR para construção de sondas destinadas à PETROBRAS? Quais foram atendidas e em que valores? E quais não foram? Por quais razões não foram?

O BNDES e o BNDESPAR concederam, direta ou indiretamente, recursos para aquisição de ativos pela PETROBRAS na África ou para empresas que adquiriram ativos da estatal naquele continente? A PETROBRAS teve prejuízos nessas operações de investimento seguido de desinvestimento? V.Sa. poderia dimensionar esses prejuízos em termos de valores e de estratégias junto aos mercados internacionais para a PETROBRAS e para o País, para o Brasil?

Quais operações, projetos, contratos do BNDES, do BNDESPAR estão sob sigilo? Quem decretou o sigilo sobre tais operações? Quais os critérios e as justificativas para a sua adoção? V.Sa. concorda com tal procedimento de sigilo?



Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, não foi esse o motivo do requerimento — que, inclusive, foi de minha autoria —, mas o Deputado Arnaldo Faria de Sá já fez pergunta sobre o tema e acho até que para contribuir, para colaborar com o País. Portanto, eu não vejo nenhum problema — assim entendo, mas quem sabe se quer responder ou não é o Presidente Luciano Coutinho — em fazer perguntas relacionadas ao assunto que tomou conta da mídia esses últimos dias, a chamada “pedalada fiscal”. Eu sei que não é, mas só quero deixar registrado.

Houve algum repasse de recursos oriundos do BNDES para ajudar a maquiar contas públicas do atual Governo em sua gestão nesse banco? V.Sa. participou de alguma reunião para a articulação dessa “pedalada fiscal”? Porque acaba de sair a notícia de que o Ministério Público Federal elaborou um parecer dando conta de que o Tesouro, para melhorar artificialmente os resultados das contas públicas, usou a chamada “pedalada fiscal” e segurou... E, com a ajuda do BNDES...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E segurou o repasse de recursos da União destinados ao pagamento de benefícios sociais, fazendo com que os bancos públicos — BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica — utilizassem recursos próprios para esses pagamentos, descumprindo, portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

São essas minhas perguntas para o Presidente Luciano Coutinho.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O Relator aproveitou para fazer um pouco de política.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quando o Deputado for fazer as perguntas dele, ele fará as colocações que quiser. Mas parece que ficou incomodado o Deputado, que é membro do PT, não é?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, deixe-me responder com objetividade às suas perguntas. A política do BNDES para a cadeia de petróleo e gás, especialmente para o pré-sal, é de buscar desenvolver no País bases competitivas, capazes de servir à indústria de petróleo e gás e à PETROBRAS, de modo a gerar empregos no Brasil, desenvolver tecnologias no Brasil e agregar valor aos nossos produtos no País. A região do pré-sal é uma região desafiadora, não só



pela ultraprofundidade da exploração, que exige tecnologias na fronteira da indústria, tecnologias avançadas, e também exige o desenvolvimento de equipamentos. E isso requereu a atração de investidores, a produção no País de equipamentos sofisticados, o desenvolvimento de engenharia no País, o desenvolvimento também de um conjunto de estaleiros e a revitalização da indústria naval no Brasil, gerando empregos, renda. Esse é o objetivo da política. A outra pergunta eu vou responder também objetivamente. A Sete Brasil pleiteou os recursos do primeiro lote de sondas, nós o aprovamos, ele ficou disponível. Pelas razões que eu já expliquei — de dificuldade, de coordenação dentro da própria Sete Brasil —, essa operação não foi contratada e, portanto, não houve liberação de nenhum montante nessa operação da Sete Brasil. Os critérios e parâmetros de avaliação foram estritamente técnicos. Nós seguimos toda a sistemática rigorosa de avaliação de projetos no caso da Sete Brasil, como em qualquer outro projeto. A pergunta sobre termos recebido ordem ou diretriz do Governo para priorizar: não, nós analisamos o projeto dentro das prioridades da política do próprio banco, que é uma política sintonizada com a política de desenvolvimento que eu já mencionara antes, de desenvolvimento da cadeia produtiva supridora para o setor. “Como o senhor avalia a situação da Sete Brasil e a viabilidade...” Eu já respondi anteriormente. Se houve pleitos de estaleiros de recursos para a construção de sondas? Não, porque o apoio à construção de sondas é feito através do projeto Sete Brasil. O BNDES financiou a construção especialmente de um estaleiro, que foi o Atlântico Sul, para o desenvolvimento do projeto do estaleiro, mas isso não tem um relacionamento... E, eventualmente, eu não tenho aqui, de memória, o apoio ao desenvolvimento de outros estaleiros. Poderemos esclarecer posteriormente. Nós não temos nenhuma restrição a dar essas informações. A nona pergunta de V.Exa. é se nós apoiamos direta ou indiretamente a aquisição de ativos na África para a PETROBRAS. Não. Não apoiamos a aquisição de ativos na África. E me parece... Eu já respondi... A operação de desinvestimento, se não me falha a memória, também foi uma operação bem sucedida e que não trouxe prejuízos, até onde a minha memória me permite afirmar aqui a respeito dos resultados da operação de desinvestimento dos ativos na África. Por último, sobre a questão do sigilo, Deputado, eu gostaria de esclarecer, embora, outra vez, não seja uma questão



diretamente ligada aqui. Eu queria, Deputado, deixar muito claro que o BNDES não omite; ao contrário, dá publicidade a todas as suas operações de crédito. Ele identifica as operações de crédito, o valor, as condições, o cliente, a localização da operação. Mais ainda: os contratos são públicos e registrados em cartório. O BNDES não tem operação secreta. O BNDES é uma instituição transparente, nesse sentido. O BNDES não omite e não deixa de informar e dar publicidade às suas operações. Quero também apenas qualificar que, no caso de operações de comércio exterior, nós fornecemos a lista de operações, fornecemos o valor por país e o valor por exportador, apenas por uma questão de proteção de política comercial. E nós estaremos discutindo com o Senado uma forma de aperfeiçoar essas informações, porque nenhuma agência de crédito à exportação, de nenhum país, fornece informação individualizada. Então, nós teremos que ter um pouco de cautela no fornecimento dessas informações. Então, eu queria esclarecer. O que é objeto de sigilo? Não é a operação de crédito, que é pública. Quando é para o setor público, inteiramente irrestrita — as operações para o setor público. O sigilo se restringe apenas à análise que o BNDES faz, como todo banco, da intimidade financeira da empresa, qual seja, qual é o grau de alavancagem, qual é o *rating*, qual é a classificação de risco da empresa, quais são as suas condições de cadastro, ou seja, se a empresa tem contenciosos ou não tem. Por que isso? Porque o sigilo é uma obrigação estabelecida pela Lei Complementar nº 105, no seu art. 1º. É uma obrigação de qualquer instituição financeira preservar a inviolabilidade da intimidade financeira e de estratégia de negócios da pessoa jurídica. Isso é um fundamento importante para o sistema de livre iniciativa e é um fundamento importante para a concorrência, porque, se nós revelarmos informações que permitam aos concorrentes inferir a situação do seu rival, do seu concorrente, a sua situação financeira, nós estaríamos nos expondo a não só infringir uma lei, mas também nos expondo a uma responsabilização por parte da empresa que teve a sua intimidade revelada por razões imotivadas, sem motivo. Obviamente, o sigilo não é absoluto, o sigilo. Essas informações são e sempre serão fornecidas aos reguladores, ao Banco Central, à Comissão de Valores Mobiliários e, motivadamente, em algum processo judicial, nós forneceremos, como temos fornecido. Mas, nós entendemos, nossa orientação do Departamento Jurídico da Superintendência Jurídica é que nós temos



essa obrigação. Não é uma matéria que está disponível para uma decisão discricionária da Diretoria do Banco. Então, eu gostaria de lhe explicar esse fato, porque, na verdade, não há sigilo a respeito de nenhuma operação. O sigilo se cinge estritamente à questão da intimidade da pessoa jurídica de direito privado, da empresa privada, porque, em relação às entidades públicas, nós não guardamos esse tipo de sigilo. Claro, porque a entidade pública, por definição, tem que ter todas as suas informações fornecidas. Mas, em relação à empresa privada, trata-se da proteção de um sistema importante, que é o de livre iniciativa. Estamos obrigados pela Lei nº 105, que é uma lei complementar. Queria lhe deixar essa explicação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, só para solicitar ao Presidente Coutinho que as perguntas que ele teve dúvida na resposta que — realmente se possível — ele encaminhe para a Presidência da CPI, para que nós tenhamos conhecimento.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao próximo Sub-Relator, Deputado Valmir Prascidelli. V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Luciano Coutinho, eu confesso ao senhor que, até hoje de manhã, desde que eu vi por parte de alguns Deputados — três Deputados — o requerimento de convocação de V.Sa., não entendi qual era o objeto e o objetivo de convocá-lo nesta CPI. Claro que há uma relação de construção na sociedade de propósito específico — que também é alvo desta CPI —, mas, especificamente com relação à convocação de V.Sa., não havia entendido.

Confesso também que, repito, até agora, no início desta sessão imaginei que pudesse. Apesar de esta Casa não ser uma casa investigativa por sua essência, também é sua atribuição fazer isso, mas é uma Casa, pela sua essência, política. E, pela sua essência política, é claro que diz respeito às disputas políticas que acontecem em função dos partidos, em função das opiniões e das visões dos Deputados.

E, nós do PT — sou Deputado do PT —, como nunca nos opusemos às investigações, às elucidações dos fatos que por ventura possam ter ocorrido,



também no caso de V.Sa. não nos opusemos. Eu quero primeiro dizer que eu parablenho V.Sa. não pelo trabalho feito agora à frente do BNDES, e até à frente do Conselho de PETROBRAS, mas pela sua história de dedicação à democracia, pela sua história de dedicação aos avanços deste País. Especialmente quando, conforme V. Sa. relatou aqui, ajudou a criar o Ministério de Ciência e Tecnologia, o que foi em um período bastante distante de um Governo recém-saído de um processo de ditadura militar, quando o Brasil, evidentemente, precisava ter pessoas como V. Sa., com essa dedicação.

Assim como agora, neste momento que o Brasil passa de crescimento, neste momento em que o Brasil passa de mostrar a sua altivez no cenário internacional, este Governo procura ter, dentro dos seus quadros, pessoas como V. Sa., que tem esta visão necessária, desvinculada das filiações partidárias, como V. Sa. disse aqui, e — como muitos contradizem que as instituições estão cheias de apadrinhados partidários — V. Sa. é um dos exemplos que nós temos.

Disse que, até agora de manhã, antes do início, não entendia, porque eu imaginava que pudesse ter alguma situação que não estava colocada até agora e que o depoimento de V. Sa. pudesse trazer alguma direção para duas situações que nós temos de trabalho aqui na CPI, essencialmente. A primeira, elucidar fatos ilícitos que ocorreram no âmbito da empresa. Ouvimos aqui depoentes que já se encontram presos, ouvimos aqui pessoas que fizeram delação premiada, ouvimos aqui corruptos confessos, ouvimos dois ex-Presidentes da empresa, e hoje, V. Sa. A elucidação de fatos ilícitos, nós estamos caminhando para um lado.

Mas tem um papel, esta Comissão Parlamentar de Inquérito — e eu tenho insistido e vou continuar na minha tese desde o início —, que vai muito além disso. É mostrar para a sociedade de forma clara e transparente o papel e o significado da PETROBRAS para o Brasil e para o povo brasileiro. E, nesse sentido, o depoimento de V. Sa. cai muito bem. Cai muito bem porque, primeiro, o senhor, nos 20 minutos iniciais, talvez um pouquinho mais, expôs o quanto a ação efetiva de planejamento e divisão de futuro fez com que o Brasil desse um salto de qualidade nesse processo de geração de energia. Fez com que a PETROBRAS crescesse nesse período. E fez com que a nossa condição econômica no cenário nacional e internacional pudesse crescer.



Eu gostaria que V. Sa. pudesse falar aqui de duas situações. Uma, desta investigativa, e outra, deste desenvolvimento. Da investigativa para que a gente pudesse esclarecer, de fato, algumas coisas que já foram ditas aqui e que, inclusive, também já foram perguntadas. Há uma visão por parte inclusive de alguns Deputados aqui de que a Transportadora Gasene foi uma empresa de fachada, constituída para burlar a ação dos órgãos de fiscalização e de controle. Eu queria que V. Sa. pudesse discorrer um pouco sobre isso, mais uma vez. Eu sei que V. Sa. já falou sobre isso porque, no seu pronunciamento, V. Sa. falou que ela teve e tem um papel estratégico na distribuição da energia e de gás no Brasil, e, também, de geração de emprego, também de fomento das economias locais, também de propiciar que as empresas, nas diversas regiões onde esse gasoduto passa, possam ser abastecidas. Então, eu queria que V. Sa. pudesse falar um pouco disso e fazer a comparação com essa história de empresa de fachada.

A segunda coisa sobre a qual eu queria que V. Sa. pudesse discorrer é sobre o significado do pré-sal, porque parece para alguns que isso é uma coisa ilusória, parece para alguns que isso é uma coisa de propaganda político-eleitoral, quando na realidade isso coloca o Brasil num novo cenário internacional na questão da geração de energia e nos coloca como centro do interesse de várias empresas internacionais, inclusive de países internacionais nessa área.

Eu gostaria que V.Sa. pudesse falar, porque, às vezes, quando se fala de sonda, quando se fala de plataforma, quando se fala de coisas aqui, para nós, Deputados, ou para aqueles que nos assistem em casa, parece que estamos falando de pastel na feira, mas nós estamos falando de grandes equipamentos, de grandes empresas e de grandes investimentos como pôde ficar claro na exposição de V.Sa..

Por último, eu gostaria de V.Sa. pudesse discorrer sobre o significado do conteúdo nacional para o futuro do Brasil, para o futuro das empresas brasileiras e para o futuro do povo brasileiro e da utilização da nossa riqueza de petróleo para o crescimento e o fomento da tecnologia brasileira. Eu queria que V.Sa. pudesse discorrer sobre essas três questões.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Muito obrigado, Deputado. V.Exa. centrou em duas questões. Primeiro, a questão do GASENE. Eu gostaria de reiterar



a explicação de que a estrutura arquitetada pelo Banco Santander junto com a PETROBRAS era uma estrutura utilizada de Sociedade de Propósito Específico, utilizada em muitos negócios e em grandes empresas no mundo inteiro com o objetivo de evitar gravar o balanço da empresa, de forma que, como poderia ser uma “empresa de fachada”, uma empresa que investiu e concretizou uma infraestrutura de grande envergadura, foi capaz de executar o projeto, vem honrando o crédito de forma regular, adimplente. E, no momento adequado, houve o exercício da opção de compra após a conclusão do projeto pela transportadora associada de gás. De maneira que me parece que esse projeto cumpriu o seu papel do ponto de vista da sua arquitetura financeira e jurídica e teve o grande mérito de permitir a construção de um ativo de grande valor estratégico para o País, que é a integração Norte-Sul e Sudeste-Nordeste de transporte de gás; depois complementada pela TAG — Transportadora Associada de Gás S.A.; e temos uma malha de transporte de gás que viabilizou a instalação de várias usinas térmicas no território brasileiro, de maneira a assegurar para o País segurança do suprimento de energia. Então, tem um mérito indiscutível o projeto, além da grande eficiência que trouxe para a própria PETROBRAS no transporte do gás. Então, ela trouxe uma eficiência microeconômica e trouxe também uma eficiência macroeconômica, além da geração de empregos, além da geração de renda. Em relação ao significado do pré-sal, segundo ponto levantado. O pré-sal é primeiro um grande desafio do ponto de vista de tecnologia e engenharia que a PETROBRAS vem demonstrando ser capaz de vencer com sucesso. O pré-sal, se não me falha, não me trai a memória, já representa cerca de 550 mil barris/dia, se não mais, e já representa uma quarta parte, embora muito recente, da oferta de petróleo em campos muito produtivos e que mostram um potencial de desenvolvimento para o futuro, permitindo que não só o abastecimento brasileiro seja totalmente assegurado, sem necessidade de importação, mas também permitindo que o Brasil venha a se transformar em um exportador relevante de petróleo, gerando divisas, permitindo a constituição de um fundo, que é o fundo social de desenvolvimento. Portanto, ele tem um significado econômico e social para o futuro do País. Traz de outro lado o desafio de desenvolvimento de uma cadeia produtiva. Uma cadeia produtiva que tem o potencial de gerar centenas de milhares de empregos, seja na cadeia naval, com



todos os seus fornecedores — são milhares de fornecedores de médio, pequeno porte para a cadeia —, seja também na indústria de equipamentos, bens de capital e equipamentos sofisticados, tanto para a produção, gestão das plataformas, equipamentos e sistemas de força, equipamentos de informatização e automação. Enfim, há equipamentos para as tubulações, os chamados *risers*, para poder absorver o petróleo que sai dos poços em grande profundidade. Exigem avanços em metalurgia, exigem inovação tecnológica em muitos campos da engenharia. E é a capacitação de desenvolver essa inovação que representa uma grande oportunidade. Eu creio, portanto, que o desenvolvimento da cadeia produtiva, o desenvolvimento da capacidade de inovação, o desenvolvimento da capacidade de engenharia no País deve ser um dos grandes objetivos desse programa. Certamente que esse programa deve atentar para requisitos de eficiência mínimos, porque a produção e a oferta desses equipamentos... O objetivo deve ser alcançar padrões de qualidade e excelência e preço de classe internacional. De maneira que eu vejo essa perspectiva como um grande desafio e uma grande oportunidade para o País. Agradeço a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos interromper por 5 minutos, Sr. Luciano. Quero pedir uma pausa técnica. Voltamos daqui a 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Retomando a nossa oitiva, vamos passar agora aos autores do requerimentos, começando pelo Deputado Izalci. V.Exa. tem até 5 minutos para fazer os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu peço a V.Exa. para adicionar o tempo de Liderança. Usarei primeiro o tempo de Liderança. A seguir farei as perguntas nos 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. quer falar como Líder?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 8 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Depois adiciona os 5 minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, irei adicionar posteriormente, porque V.Exa. não pode fazer perguntas neste momento.



O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k., Sr. Presidente. Quero aqui como contador auxiliar a assessoria jurídica da PETROBRAS e do BNDES. O art. 147, § 3º, inciso II, da Lei 6.404 diz que um dos impedimentos para assumir o cargo é se tiver conflito de interesses, salvo dispensa da Assembleia Geral. Portanto, depende de uma dispensa. Pelo art. 156 tem que estar previsto em ata.

Sr. Presidente, uma das perguntas que fiz a vários depoentes aqui foi a questão da filiação partidária. Quando perguntei ao Vaccari a filiação partidária, ele, com o peito estufado, disse que era fundador do Partido dos Trabalhadores e que daria a vida pelo partido; mas quando perguntei à Presidente Graça Foster, ela, muito constrangida, disse que estava filiada ao Partido dos Trabalhadores; e V.Sa. diz que não é filiado a nenhum partido.

E eu estou dizendo isso porque o Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Partido dos Trabalhadores conseguiu transformar o Governo num sepulcro caiado, ou seja, podre por dentro, mas aparentemente muito bonito. Quando você olha os relatórios, são todos maravilhosos. Mas quando você vai a fundo, não só nos relatórios, mas nos programas também, você vê que a raiz está podre.

E aí nós podemos citar a LDO, que foi votada no final do ano passado de uma forma, diria, até irresponsável, e agora vêm as consequências. Está aí o Tribunal de Contas convocando 17 autoridades para explicar as “pedaladas”. Foi dito pelo Tribunal de Contas, centenas de vezes, em recomendações sucessivas... E esta Casa, em 2009, aprovou a suspensão das obras da Abreu e Lima, que foi vetada pelo Presidente Lula, recomendado pela Presidente Dilma, na época Ministra da Casa Civil, inclusive com *e-mail* trocado com Paulo Roberto Costa.

Por que eu estou dizendo isso? Porque nós aprovamos agora, também, na LDO de 2015, a Lei nº 13.080 de 2015, que diz da obrigação do BNDES e as demais agências de fomento de publicar a cada bimestre o demonstrativo com a execução física e financeira dos financiamentos acima de 500 mil. A Presidente da República, mais uma vez, vetou esse dispositivo. E alegou que o BNDES e os demais bancos públicos, curiosamente, não dispõem de informações detalhadas sobre a execução física dos projetos financeiros dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos governos estrangeiros. E o pior: essas informações seriam de domínio apenas dos



tomadores de crédito. Nas razões do veto a Presidente da República também registra que envidará esforços necessários para obtenção de informações.

Enfim, será que o BNDES já dispõe dessa transparência? Acredito que não.

Ontem foi lançado o novo *site* do BNDES. Mas não adianta. E eu sei que V.Sa. é contrário, ou pelo menos citou aqui que alguns países como o Japão, Alemanha e Canadá também agem da mesma forma, têm o sigilo — pelo menos se não foi aqui, foi na reunião do Senado.

Mas lá, felizmente para eles, não tem o Partido dos Trabalhadores governando no Japão, na Áustria, no Canadá, porque se estivesse já estariam todos fora. No Brasil é diferente. No Brasil o que acontece é que maquiam tudo, a maquiagem é completa, a contabilidade criativa tomou conta.

Está aí, há 6, 7 anos o Tribunal de Contas confirmando isso. E não há nenhuma iniciativa para se corrigir os erros. Mais uma vez o Tribunal de Contas convoca exatamente para justificar mais um ponto da “pedalada”.

Agora, a sociedade brasileira, e aí há Deputados coletando assinatura para a criação da CPI do BNDES — duas ou três. No Senado foram retiradas as assinaturas. Mas há uma da Comissão Mista e uma CPI aqui na Câmara.

Por quê? Porque muitos entendem, e eu também entendo, que para o recurso público tem que ter transparência. Não interessa se é banco, se é financiamento, tem que ter transparência. Quer dinheiro público? Tem que ter a regra clara da transparência.

Por que isso? Primeiro, a falta de transparência é um dos desafios que nós temos neste País, inclusive com relação aos subsídios concedidos, que estão constantemente... Inclusive o próprio BNDES não admite ceder informações para o Tribunal de Contas da União. A sociedade precisa conhecer quais são os critérios de concessão de subsídios.

Por que beneficiar uma empresa sim e outra não? Qual é o critério para financiar Eike Batista, PETROBRAS, JBS. Como é que funciona isso? A população precisa saber disso. São bilhões e bilhões do Orçamento. Então, essa questão da transparência é fundamental.

Eu fui ao *site* do BNDES e há lá, sim, todas as empresas financiadas, o tipo de atividade financiada. Mas o que nós queremos saber — nem que seja por meio



da CPI que tem acesso a isso, a questão da quebra de sigilo, se for o caso — é como é essa criatividade do Governo, a criatividade do Partido dos Trabalhadores.

Eu fico preocupado. Eu fui Relator da Emenda nº 85, que introduz a inovação na Constituição. E eu nunca vi tanta inovação do Partido dos Trabalhadores. No mensalão era dinheiro não contabilizado. Agora, o que fizeram? Oficializaram a propina. Primeiro, através de doações ao partido. Está aí o Vaccari preso. E parte vai para doação, para campanha, também com recibo, aparentemente legal.

Por isso é que eu digo: por dentro da raiz está podre, mas aparentemente é legal. Depois, vinham as notas de consultoria. Aí vem Palocci, 100 milhões; José Dirceu, 39 milhões; depois, vêm as notas fiscais de empresas fantasmas, centenas de empresas fantasmas e, agora, as palestras. Nós temos que ver as palestras. Por que eu falo das palestras? Porque, coincidentemente — e está aí na imprensa —, empresas que estão na Lava-Jato pagaram as palestras. Coincidentemente, essa empresa pagou inclusive a passagem. Viajaram para Cuba e outros Estados, outros países, como a África. E essa empresa que financiou essas passagens, pagou as palestras, elas obtiveram naquele país a obra que foi financiada parcialmente pelo BNDES.

Então, faço aqui e agora, Sr. Presidente, as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mais 5 minutos para o Deputado Izalci, para que possa agora falar como autor do requerimento de convocação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Primeira pergunta. também foi divulgado na mídia, através da *Época*, da *Veja*, que Ricardo Pessoa, da UTC, solicitou recursos ao BNDES. *“E o Pessoa confirma que deu 3,5 milhões de reais à campanha presidencial petista após ser procurado por Edinho”*. E a revista acrescenta agora que a conversa entre eles teve duas testemunhas. E a informação é que quem encaminhou o Sr. Pessoa ao tesoureiro da Dilma, Edinho Silva, foi exatamente o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Está nas revistas *Época* e *Veja*, que confirmam. Eu quero só que V.Sa. anote para que possa responder.

Um dos motivos também do pedido do requerimento foi em relação ao Sr. Mauro Cunha e ao Francisco Roberto. Francisco Roberto não tem problema porque ele saiu do Comitê de Auditoria da PETROBRAS, acho que tem mais de 90 anos.



Mas o Sr. Mauro Cunha, ele representava no Comitê de Auditoria da PETROBRAS os acionistas minoritários e, de repente, ele é afastado. Guido Mantega achou uma criatividade também de fazer um rodízio e o colocou, ele que é economista, no Meio Ambiente, no Comitê de Meio Ambiente. Ele não aceitou porque não tem nada a ver com isso. Mas, coincidentemente, para substituí-lo, colocaram V.Sa. e também Miriam Belchior. E aí tem a própria CVM — Comissão de Valores Mobiliários. Ela questionou, instaurou um processo, uma comissão com relação a essa operação a essa troca.

Pergunto a V.Sa. se já tem o resultado dessa instalação de comissão, do resultado desta comissão, que foi instaurada exatamente em função dessa denúncia, porque o que foi alegado é que a ex-Ministra do Planejamento não teria independência necessária com relação a isso.

Pergunto também: no período de 2010 a 2014, aproximadamente 24% dos desembolsos pós-embarque tiveram como país de destino a Venezuela. A que o senhor atribui essa decisão? O senhor poderia citar alguns projetos financiados e para quais empresas foram destinados à época?

Falo isso até para que V.Sa. possa esclarecer também, porque saiu uma matéria na mídia que fala sobre o financiamento do metrô da Venezuela, através da Odebrecht. E, nesse financiamento de 747 milhões de dólares, o desembolso não foi obedecido, como foi explicado ali no início da palestra, porque tudo era obedecido conforme o controle e a fiscalização.

Diz a reportagem, inclusive, que a Odebrecht fez apenas 8% da obra, mas já tinham sido liberados 201 milhões de dólares antes. Ou seja, não tem o comprovante físico-financeiro para comprovar que essa obra foi efetivada. É o que está na mídia. Gostaria que V.Sa. falasse um pouco sobre essa questão do financiamento da Odebrecht. E falo isso exatamente para saber de onde nasceu essa criatividade?

Quando se falou aqui do GASENE, essa empresa Sinopec, que é chinesa, ela foi financiada no Projeto GASENE também pelo Banco de Desenvolvimento da China, em parceria com o BNDES. Só que o Banco de Desenvolvimento da China exigiu, ou seja, só liberaria os recursos se essa empresa fosse a executora.



Esse mecanismo é adotado também em relação às empreiteiras que saem daqui, obtêm obras na África, em Cuba, em outros países, já com essa condição? Ou seja, o BNDES financia, mas, quando financia, já tem lá na ponta qual é a empresa vencedora, que é aquela do cartel, uma delas. Então eu pergunto a V.Sa. sobre isso.

Outra questão. V.Sa. falou muito bem aqui, e mostrou aqui o organograma da empresa e o funcionograma também. Ou seja, tudo é controlado. Mas, ao que me parece, quando é relacionado à PETROBRAS, não é essa a preocupação, porque a PETROBRAS garante o pagamento, provavelmente. Porque a RNEST, por exemplo, obteve financiamento do BNDES de 10 bilhões. Desses 25 bilhões, provavelmente 10 bilhões foram para a RNEST.

Para concluir: a RNEST é aquela que teve mais de 300 aditivos. Inclusive os próprios 10 bilhões são muito superiores ao que estava no projeto do custo total da obra, que era 2,5. Então, o próprio financiamento de 10 bilhões.

Por enquanto, são as perguntas que eu tenho. Depois, como inscrito, eu faço outras perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Izalci.

Passo palavra para o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão de ordem, com base nos pressupostos constitucionais que regem a criação e a instalação das CPIs. Não que eu tenha aqui procuração para defender quem quer que seja que venha a depor nesta Comissão. Mas esta Comissão tem se pautado rigorosamente na busca da verdade sobre os objetivos para os quais ela foi criada.

Eu ouvi, na fala do Deputado que terminou de fazer a inquirição ao depoente, grande parte dos seus questionamentos direcionados a ações do Banco no exterior, que nada têm a ver com o objetivo, com os requerimentos que fundamentaram a criação desta Comissão. Portanto, eu gostaria de levantar essa questão de ordem,



para que a Presidência tomasse uma posição sobre se vamos acatar interpelações nesse sentido ou nós nos ateremos rigorosamente ao objeto desta Comissão.

Essa é a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para esclarecer. Eu fiz uma colocação sobre o metrô da Venezuela como um exemplo. Por isso, na pergunta, eu poderia citar outros, porque nós sabemos que há financiamento do BNDES para a PETROBRAS em vários países. Então é nessa linha. Não precisa ser especificamente sobre o metrô.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Quero responder à questão do Deputado Edio Lopes dizendo que o Presidente desta CPI, Deputado Hugo Motta, já havia, inclusive durante essa sessão, colocado com muita clareza que nós devemos ficar apenas nos temas vinculados à constituição da CPI. De maneira que essa é uma posição clara que não vai ser modificada nem pode ser modificada.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio. Desculpe-me.

Com a palavra Luciano Coutinho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Deputado Luiz Sérgio já falou.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado Izalci, eu queria esclarecer, desde logo, que V.Exa. viu a exposição inicial. É impossível vincular qualquer decisão de concessão de financiamento no BNDES a qualquer interesse específico, muito menos a financiamento de campanha. O Banco tem procedimentos extremamente rígidos. Não existe decisão monocrática. Todas as decisões são colegiadas, todos os empresários brasileiros sabem disso. O Banco é uma instituição lisa, correta em todos os seus procedimentos. Então, em relação à sua pergunta — à primeira, à questão de uma notícia de jornal —, é o que eu tenho a lhe dizer.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. nunca falou com o Ricardo Pessoa sobre isso? Ele nunca comentou... Ele tirou o financiamento do BNDES, a UTC? Não sei.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu recebo todos os empresários e recebi o Sr. Ricardo, junto com o consórcio, para discutir com a equipe, em datas que eu não lembro aqui, mas, enfim, para discutir estritamente os assuntos que



estavam pertinentes aos projetos. Então, é o que eu tenho a lhe informar. Segundo, a questão da substituição no conselho de auditoria. Houve uma proposição de rodízio de membros do conselho, por parte do Presidente do conselho, e se atribuiu a mim uma posição no conselho. Quero lhe dizer que a minha participação no conselho tem sido proativa, com zelo, buscando atender o melhor interesse da PETROBRAS, como manda a Lei das Sociedades Anônimas. O conselho de auditoria, por exemplo, quando tomou conhecimento, ao longo de 2014, de denúncias, de depoimentos relacionados à Operação Lava-Jato, orientou, de maneira muito clara, o conselho, que, por sua vez, orientou a Diretoria Executiva, para que colaborasse, de forma plena e irrestrita, com as investigações, que fosse a mais aberta possível, preservando as informações e fornecendo as informações. Mais ainda: orientou-se a Diretoria Executiva, através do conselho, a realizar investigações e realizar apurações internas, todas remetidas ao Ministério Público, à Polícia Federal, ao juiz na primeira instância. Ainda: a contratação de escritórios de investigação independentes, especializados, escritório americano de grande renome, escritório brasileiro, para apurar, em profundidade, internamente, todas as possíveis ramificações decorrentes de ilícitos protagonizados por pessoas que realizaram, alegadamente, por enquanto, porque os processos não se concluíram no seu devido curso legal na Justiça, estão, ainda estão em curso... De maneira que eu posso lhe dizer que a atuação do Comitê de Auditoria... tem sido uma comissão zelosa, proativa e que ajudou e tem ajudado todo o processo de apuração. Eu tenho certeza, em todo esse processo, que a PETROBRAS é vítima, e não protagonista, dos desvios que porventura tenham ocorrido. Queria ainda responder sobre a questão da RNEST. V.Exa. perguntou se o BNDES financiou. O BNDES fez um financiamento inicial, um pouco inferior ao valor de 10 bilhões. Mas o BNDES não financiou nenhum aditivo subsequente a esse financiamento inicial. É importante registrar essa resposta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sabe dizer por que não financiou, por que não fez aditivo? Porque estava impedido ou viu que realmente tinha problema lá?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, porque, primeiro, era um financiamento de escala considerável, e a companhia levou um certo tempo para utilizar os recursos. Os recursos foram acompanhados e comprovados. Nós temos a



comprovação. Posteriormente, ou seja porque a PETROBRAS já havia retomado o seu acesso aos mercados ou porque o banco houve por bem limitar esse aporte já substancial àquele projeto. Mas eu considero normal que se busque financiar apenas uma parcela. A companhia deve responder, especialmente uma grande companhia, pelo restante do projeto, do investimento. Eu não teria condições de esclarecer V.Exas. sobre qualquer vinculação entre Sinopec e China Development Bank. Não tenho... Essa é uma matéria que não transitou pelo BNDES, é uma matéria de gestão e também não é uma matéria relativa ao Conselho de Administração da PETROBRAS. Essa é uma matéria específica de gestão de contratos que está na esfera da direção executiva, da Diretoria-Executiva da PETROBRAS. Essa então... A outra questão é a questão de exportações. Eu quero dizer para o senhor que, primeiro, as exportações para a Venezuela não estão classificadas como secretas, elas são... O BNDES apoiou... Aliás, o processo de financiamento iniciou-se em 2001 — das exportações para a Venezuela. Uma das linhas de metrô foi concluída, há outra em processo de conclusão — eu não sei em que estágio, poderei depois fornecer informação a respeito do estágio físico do projeto —, e o que nós temos que tomar é um pouco de cautela. Eu queria dizer o seguinte: nas operações de exportações de serviços, se nós fornecermos uma informação pública muito detalhada, eu poderei prejudicar o exportador brasileiro ao revelar preços e condições comerciais que o coloquem, do ponto de vista de competitividade, em desvantagem. Está certo? Essa é uma das razões para se ter cautela, e nós estaremos, por proposta que fiz à Comissão de Assuntos Econômicos, ao Senado, junto com a Comissão de Relações Exteriores, buscando entender quais são as melhores práticas internacionais. O banco de exportação que tem, junto com o BNDES, a maior transparência é o banco de exportação dos Estados Unidos. Nós queremos olhar metodologias e desenvolver metodologias. Então, num sentido... Nós, repito, não omitimos do conhecimento público, ao contrário, todas as operações não só estão no *site*, Deputado, como também todos os contratos estão registrados em cartório e são públicos. O BNDES é de fato uma instituição transparente. Eu gostaria de deixar isso bem registrado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para completar essa questão da PETROBRAS, do financiamento, é que V.Exa. mesmo, Sr. Presidente, fez um



requerimento questionando essa questão do financiamento da RNEST, e eles encaminharam a resposta. E na resposta ficou muito claro que o BNDES não acompanha a execução físico-financeira. Isso aí é apenas uma comprovação de pagamento. Então, não há realmente, por parte do BNDES esse controle, porque com certeza, se houvesse, não teria liberado as parcelas da RNEST.

E, só para fechar, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir, independente de aprovação de requerimento, pedir ao BNDES cópia de todos os contratos, dos valores, a questão das parcelas e qual o financiamento, qual a empresa que foi financiada nesse esquema. Eu vou pedir a V.Exa. essas informações. É transparente? Ou tem sigilo, alguma coisa *(Pausa.)* Ele respondeu, e eu não entendi. Eu estou só perguntando.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, nós temos o dever de observar o sigilo bancário em relação àquilo que eu expliquei, que é a intimidade financeira das empresas e a sua estratégia comercial e de negócios. Mas não tenho nenhuma objeção em receber o Deputado e esclarecer, sob sigilo, obviamente, toda a sua curiosidade a respeito das operações de exportação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é só minha, tanto que há CPI aí. É a população brasileira que quer saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Obrigado, Deputado Izalci.

Como autor do requerimento...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sabendo que vai ser o autor do requerimento a falar, ao Deputado Onyx Lorenzoni eu peço aquiescência para fazer uma questão de ordem sobre o que surgiu da fala dos meus colegas antecessores, Deputado Izalci e Deputado Edio, em função do seguinte. Eu estava inscrito — V.Exa. sabe disso — como Líder e eu tinha indagações a fazer ao Dr. Luciano, pelo qual tenho profundo respeito.



Mas hoje aqui, no início desta reunião, na primeira ou segunda pergunta, salvo engano, do nosso Relator, o Dr. Luciano disse que não correspondia à verdade uma fala do Sr. Barusco aqui, na qual eu o indaguei, Dr. Luciano. Eu, no momento de indagar ao Sr. Barusco, fiz a indagação sobre as questões da consolidação e da formação da Sete Brasil. E V.Sa. disse que, nos termos da delação, ela não correspondia à realidade.

Havia outras questões sobre a formação. O Deputado Onyx disse bem isso aqui uma vez. Toda vez que vem uma apresentação competente em Power Point... Nós tivemos a CPMI no ano passado, da Sra. Graça Foster, que colocou toda a estrutura, Deputado Darcísio, da PETROBRAS, para nos *informar*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Júlio, qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A questão de ordem é a seguinte. Não existe motivo, Deputados Izalci e Edio, nem de fazer... O Deputado Izalci antecipou. E o motivo é esse, Sr. Presidente: na semana passada... E eu tenho que dizer: o meu partido, o PSB, retirou as assinaturas no Senado Federal a respeito da criação da CPI do BNDES.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, isso é questão de ordem? Qual é o fundamento?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não me cabia, como representante, cobrar a postura dos meus colegas Parlamentares, Senadores, que retiraram assinatura. O que me coube foi aos Líderes que a tinham iniciado, Deputados Rubens Bueno e Mendonça Filho, solicitar o requerimento. E me envolvi nesta semana — na terça, na quarta e hoje — na postagem das assinaturas.

Então, todos os questionamentos, Deputado Izalci, que V.Exa. quer fazer a respeito de outras questões... O Deputado Marco Feliciano me mostra aqui: em 2 horas que ele fez a pergunta, de 4.300 curtidas, mais de 400 perguntas a respeito de empréstimos internacionais no BNDES. Há muita coisa a ser investigada, Deputado Edio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Qual é a questão de ordem, Deputado?



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, nós iremos fazer diretamente na CPI do BNDES, que está aqui com número de assinaturas postas... Eu peguei mais de 80 assinaturas esta semana para que o Dr. Luciano possa vir esclarecer esses assuntos e outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado, não há questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Vamos obedecer à ordem das inscrições, Presidente. Daqui a pouco, nós vamos ter que fazer comentário a cada fala aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao último autor de requerimento, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Nós vamos dar entrada a esse requerimento da CPI do BNDES, neste momento com 199 assinaturas, uma homenagem aqui aos nossos Líderes da Oposição, para que se esclareça definitivamente esses empréstimos secretos, que o Ministro Fernando Pimentel tornou secretos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu queria agregar ao meu tempo de autor o tempo da Liderança do Democratas, por favor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Obrigado, Deputado Onyx. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem 5 minutos como autor de requerimento e 5 minutos pela Liderança do DEM.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu farei as perguntas nos 5 minutos finais. Então, serão 10 minutos, só para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Muito bem. São 5 minutos pela Liderança do DEM.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu olho para o Sr. Luciano Coutinho e fico intrigado, como um homem inteligente que é, preparado que



é: até onde vai a sua responsabilidade nessa situação que nós vivemos na PETROBRAS e no próprio BNDES? Mas o nosso assunto é PETROBRAS.

A PETROBRAS está na UTI, todo mundo sabe disso. E a corrupção na PETROBRAS é uma gravíssima infecção hospitalar de um paciente que tem câncer. E qual é o câncer da PETROBRAS, Dr. Coutinho? A sua gestão corporativa, a má gestão corporativa.

O Governo fez, na PETROBRAS, lá em 2009, numa tomada de capital, reuniu 70 bilhões de dólares. Se nós compararmos, de lá até este ano, o que foi feito com esses recursos na PETROBRAS com outros fundos que investiram dinheiro similar, que existem pelo mundo todo, há um cálculo de uma destruição de valor intrínseco da companhia de 302 bilhões de dólares. Vou repetir: 302 bilhões de dólares. É só comparar — eu tenho o estudo comigo, não tenho tempo para desenvolver — a aplicação em fundos que aplicaram no setor petrolífero e em outros lugares do mundo.

Só para a gente ter uma pálida ideia de que a PETROBRAS não foi para a UTI porque um bando de empresas foram lá trazer prejuízo para a PETROBRAS. A PETROBRAS foi para a UTI porque a gestão é incompetente. E o senhor tem participação nisso, porque, desde abril de 1988, o senhor está no Conselho. O senhor não pode se escudar: *“Não, eu sou um técnico, o Presidente do BNDES”*. Não! Na pior, na melhor das hipóteses para o senhor o senhor foi conivente, por omissão ou por ação. O que nós vamos descobrir agora é como o senhor vai ser enquadrado, se o senhor se omitiu ou se o senhor foi conivente.

Quem são as metástases desse tumor da PETROBRAS? As metástases são, por exemplo, aquela decisão estapafúrdia, comandada por Mantega, que, segundo informações que eu recebi, o senhor apoiou fortemente, de impedir que a Lei Geral do Petróleo fosse cumprida. E a PETROBRAS passou, desde 2011 e 2012, a administrar politicamente, via Governo, os preços dos combustíveis.

E qual é o impacto negativo que isso teve? A bagatela de 35 bilhões de dólares. Tanto é verdade, Sr. Luciano Coutinho, que, nem em 30 dias do pós-eleitoral, a gasolina no Brasil começou a subir. O outro, a outra metástase do câncer da PETROBRAS são os investimentos malfeitos e que geraram, na palavra da



Presidente Dilma, o eufemismo de malfeitos na PETROBRAS, que nada mais é do que a corrupção que grassa.

Só para a gente ter uma pálida ideia de como as coisas ocorrem no Governo que o senhor representa, que o senhor defende, que o senhor protege e que o senhor articula com a sua inteligência, é que Nestor Cerveró, o diretor internacional, que deu aquele prejuízo gigantesco para a PETROBRAS, que vai a mais de 2 bilhões de dólares, não é só 1 bilhão que foi gasto, irresponsavelmente, com o amém e a conivência do Conselho de que o senhor faz parte, Nestor Cerveró sai da diretoria internacional e vai para aonde? Para a BR Distribuidora. Ser o quê, Delegado Waldir? Ser diretor financeiro numa companhia que fatura 100 bilhões de reais por ano. Para quê? Para ajudar a roubar. É evidente!

Aí, não suficiente isso, o Conselho Administrativo da PETROBRAS, nos últimos anos, tem dado um cheque em branco à diretoria. Eu queria lhe fazer uma pergunta — o senhor não pode mentir: todos os balanços de trimestre que o senhor aprovou o senhor leu antes ou o senhor recebeu na hora da reunião e aprovou, sem ler? O senhor, por favor, nos diga isso, depois, na hora das perguntas. Isso é uma informação relevantíssima.

O outro fator que eu queria trazer à luz e agora eu creio que já entra na minha fase de perguntas, é o seguinte: na quota dos investimentos malfeitos, o senhor José Sérgio Gabrielli, que aqui eu disse a ele, eu não tenho nenhuma dúvida de que ele foi um dos artífices da derrocada da PETROBRAS e do esquema de roubalheira, quando ele aprova o Plano de Investimento de 2009, ele aprova sem Abreu e Lima, porque os estudos técnicos de setores da PETROBRAS indicavam que não bom negócio. Aí, o senhor é convocado, e a Diretoria Executiva, pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 23 de janeiro de 2009. O senhor vai ao Palácio do Planalto — e eu quero que o senhor me diga se foi lá ou não —, e lá, nessa reunião, num dado momento, o Sr. Paulo Roberto Costa aparece com um jornal da década de 1970, dizendo que Pernambuco desejava ter uma refinaria. E Paulo Roberto Costa argumenta ao Presidente — talvez por isso o Presidente o chame de Paulinho — que era hora de fazer justiça a Pernambuco. E o Presidente Lula manda fazer a RNEST, a mais cara, a mais superfaturada e onde se encontra o maior duto de



corrupção de que já se teve notícia no setor petrolífero mundial. É uma roubalheira, em escala planetária.

O senhor estava lá? O Presidente Lula mandou fazer? O senhor não pode mentir, só quero lembrar isso.

Eu tenho uma entrevista aqui em que o Presidente Lula... Ele é muito falador — não é, Dr. Luciano? O senhor o conhece bem. Ele disse que a PETROBRAS não queria investir. Ele chamou o Conselho e a Diretoria, enquadrou e mandou fazer, porque é assim que ele faz as coisas. Com o Itaquerão, a Odebrecht, também foi uma coisa mais ou menos assim.

O senhor, há pouco, fugiu de uma pergunta aqui feita pelo Deputado Izalci. Mas o senhor não vai fugir da minha. O senhor está sob juramento aqui. O Sr. Ricardo Pessoa, que está em processo de delação premiada, da UTC, ventilou que, a 8 dias do segundo turno, ele foi lá ao seu gabinete para fazer uma reunião com o senhor, para tratar de uma ampliação, ou de um empréstimo para o consórcio que administra Viracopos. O senhor sabe que eu sei. Aí, nesse dia, no meio da conversa, o senhor disse: *“Olha, Ricardo, o Edinho Silva vai te procurar”*. Passados alguns dias, Edinho Silva procura, e Ricardo Pessoa doa, a 8 dias do segundo turno da eleição do ano passado, para a sua candidata Dilma Rousseff, mais 3,5 milhões de reais da UTC — isso está tudo registrado —, que se somam aos 14 milhões dados no primeiro turno.

A pergunta que eu quero lhe fazer, porque o Sr. Ricardo Pessoa vai sentar aqui — ele está fazendo delação premiada, e ele vai contar essa história, se ela é verdadeira ou não: o senhor esteve com ele e disse-lhe que o Sr. Edinho Silva iria procurá-lo naquela semana? Essa é a pergunta que eu quero que o senhor responda. O senhor diga *“não fiz isso”*, e eu vou acatar. Mas, depois, nós vamos buscar lá na frente; e, aí, o senhor sabe que a mão da Justiça é comprida, quando ela quer. E o Dr. Sérgio Moro, que o senhor não sabe ou fez questão de não pronunciar o nome dele, talvez ele o queira.

Eu queria concluir, perguntando ao senhor, porque ainda tenho 1 minuto, se essas pedaladas que foram feitas para melhorar o resultado do Governo foram por ordem da Presidente Dilma, em que o BNDES, a Caixa e o Banco do Brasil consumiram 40 bilhões. E eu quero saber... O senhor que disse que lá o Conselho e



as auditorias funcionam muito bem. Eu quero lhe dizer que eu já pedi hoje — e o senhor viu que eu pedi, o senhor é muito inteligente —, eu pedi para que a Kroll, que nós contratamos aqui, leia todas as atas que nós vamos receber do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e das Comissões de Auditoria, porque lá vai aparecer tudo o que o senhor tenta esconder.

A minha grande dúvida é por que a lesada, que é a PETROBRAS, da qual o senhor é responsável, como Presidente do Conselho de Administração hoje e como titular do Conselho desde 2008, nunca processou ninguém? Nenhuma empreiteira, nenhum funcionário, nenhum agente político. Ela não processou ninguém. Por que uma coisa desse tamanho tem esse grau de convivência? A dúvida está comigo. Talvez, a Justiça daqui a algum tempo desfaça a dúvida sobre se o senhor agiu consciente, inteligente e arditamente, ou se senhor foi omissor. Mas uma das duas o senhor foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu não sei se o Deputado incluiu entre as suas perguntas a questão de preços ou de convivência, mas eu queria lhe dizer o seguinte, o que eu já tinha respondido anteriormente: na minha atuação no Conselho de Administração e no Conselho de Auditoria, zero de convivência com qualquer desvio. Ao contrário, atuamos nas investigações internas, determinando e orientando a Diretoria, que, diga-se de passagem, por sua própria vontade, colaborou e continua colaborando com as investigações em curso — e que todas as iniciativas cabíveis foram tomadas nesse sentido. Então, não houve, de forma nenhuma, convivência ou omissão. Quero deixar muito claro que, no momento em que pudemos tomar conhecimento desses fatos, até então era impossível adivinhar — e não só nós, como o mercado, pessoas experientes que estavam no Conselho, as empresas de auditoria de primeira linha — a existência desses desvios. Então, eu quero dizer que nem omissão nem convivência.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E a administração do preço da gasolina? São 35 bilhões de prejuízos que a PETROBRAS se apropria, no seu balanço. E destruiu o **sucroalcooleiro** brasileiro. O senhor tem que ir lá, o Conselho de Administração da PETROBRAS tem que explicar para o setor **sucroalcooleiro**,



porque ele foi destruído por um processo eminentemente político, comandado pelo Sr. Guido Mantega e que recebeu o seu apoio e dos membros do Conselho. A PETROBRAS que, pela lei do petróleo, é quem deveria estar zelando pelo equilíbrio, usou politicamente. E como é que faz isso? Só pela perda de valor das ações...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, nós vamos voltar à prática de réplica e tréplica aqui na CPI?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Só pra concluir. No balanço do BNDES tem 14 milhões de prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado. o Dr. Luciano quer concluir?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, a política de preços segue uma média móvel. Em longos períodos, o preço interno esteve acima do preço de paridade, e, em outros momentos, abaixo do preço de paridade, como recentemente voltou a estar acima, para evitar transmitir para o mercado doméstico a volatilidade dos preços internacionais. Mas esse ponto nós poderemos discutir em outro momento. V.Exa. me perguntou também sobre a questão da atenção aos balanços. Sim, os balanços foram objeto de exame, de explicações e perguntas feitas aos auditores em todas as ocasiões.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor recebia o balanço antes da reunião ou na reunião?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Em geral, antes das reuniões do Conselho, nós temos a oportunidade de questionar, de perguntar aos auditores a respeito de dúvidas que possamos, porventura, ter a respeito do balanço.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas é no dia, não é? Essa discussão é no dia, não é antecipada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não cabe essa polarização.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não é polarização. Só estou perguntando se é no dia. Isso é relevante! Ele não me disse se é no dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O Dr. Luciano já concluiu?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, faltam duas perguntas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Relator...



O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - O Relator não pode defender.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que não pode é S.Exa... Ele fez uma pergunta que não cabe a ele responder.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Relator, o senhor não é advogado de defesa!

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. vai adotar a prática de réplica e tréplica? É isso?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ele tem advogado ali atrás, ele tem um assessor do BNDES que vai ajudá-lo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Exa. pergunta se aqui não se tem utilizado do mecanismo da réplica e tréplica. V.Exa. não pode...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas é para favorecer a investigação até pra...

(Não identificado) - O Relator é advogado...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ele não está aqui como acusado. Ele é uma testemunha importante, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que favorece a investigação é o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Luciano, já concluiu a resposta?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Faltam duas.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sobre a questão da reunião no Palácio do Planalto. Primeiro, o Presidente da República não participou da reunião do Conselho. Foi feita uma breve reunião, cujo tema foi o pré-sal, a discussão do pré-sal. Subsequente ao que o Presidente se retirou e o Conselho teve uma reunião absolutamente normal de discussão do seu plano de negócios.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas é normal discussão no Palácio do Planalto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Onyx Lorenzoni, o Dr. Luciano está respondendo.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, eu vou voltar nas perguntas. Falta uma. Falta aquela lá do Dr. Ricardo Pessoa e do Dr. Luciano, a conversa dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Luciano, conclua, por favor.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu já respondi a essa questão. De modo algum participei de financiamento de campanha.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Nada disso. O senhor disse para ele que o tesoureiro Edinho Silva iria procurá-lo. A pergunta é só essa. Falou que iria procurá-lo, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra, no horário da Liderança, o Deputado Julio Lopes. S.Exa. tem o tempo de 7 minutos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ele não quer responder. Dr. Luciano...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Ele não é obrigado a responder.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Negativo! Falou ou não falou? Pergunto, e ele responde. Cadê o homem seguro?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Luciano, V.Sa. vai responder às perguntas?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Creio que deixei muito clara a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Tudo bem.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu vou voltar a lhe perguntar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - No horário das Lideranças, o Líder Aluísio Mendes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vocês estão preocupados por quê?



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Tem que se abrir uma CPI só para o Deputado Onix Lorenzoni ficar se renegando!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ninguém está preocupado! Você quer transformar em circo isso aqui! Não vai transformar em circo isso aqui!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Circo é você, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Aluisio Mendes, por favor.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, eu peço a compreensão dos colegas aí para que eu possa fazer a minha explanação.

Dr. Luciano, o senhor é conhecido...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu não concluí todas as questões ao Deputado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, parece que o Dr. Luciano quer completar uma resposta antes de eu falar. Quer completar alguma coisa, Dr. Luciano?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - O Deputado questionou ainda, foi uma questão que eu entendi, por que a PETROBRAS não processou. Eu quero informar que a orientação do Conselho é de que a PETROBRAS busque ressarcimento de todos os seus danos e prejuízos causados por quaisquer atos ilícitos relacionados ao fato da Operação Lava-Jato. A área jurídica da empresa está avaliando e irá tomar as medidas por orientação do Conselho, aguardando a conclusão e a elaboração das provas junto com o Ministério Público Federal. Esta é a orientação dada à Direção da empresa, dada explicitamente pelo Conselho à Direção da empresa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Que não foi cumprida, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Com a palavra o Líder Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Dr. Luciano, o senhor é reconhecidamente considerado um dos maiores economistas, um dos mais competentes economistas deste País. Não é à toa que o senhor transitou por vários Governos — serviu ao PMDB, ao PSDB, e, ultimamente, ao PT. O senhor agrega duas qualidades muito importantes para um economista, que é a experiência



acadêmica e a prática, coisa muito rara nos economistas. Eles geralmente se especializam numa das duas opções.

Por isso, Dr. Luciano, causa-me muita surpresa que alguém com o seu currículo... O senhor entrou hoje aqui com este currículo de um dos maiores especialistas e economistas do País. E, na dupla função de membro do Conselho de Administração da PETROBRAS desde 2008, como Presidente do BNDES desde 2007, é curioso que o senhor não tenha, em nenhum momento, nessas duas funções, conseguido acreditar que algo muito grave acontecia na PETROBRAS. Aditivos como da Refinaria Abreu e Lima, que o senhor deve conhecer muito bem... O senhor é pernambucano, se não me engano — não é? Conhece bem o projeto, mais de 770% de um projeto. E, realmente, custa-me acreditar que alguém com a sua experiência, com a sua capacidade, com o reconhecimento que tem, nacional e internacional, não tenha, num projeto feito Abreu e Lima, identificado alguma coisa errada, com um investimento que nasceu com investimentos da ordem de 2,3 bilhões de dólares, e que, segundo a própria PETROBRAS, já está em 20,1 bilhões de dólares. É impossível que alguém, com a sua experiência, com o tempo de permanência no Conselho de Administração, como membro, e, hoje, como Presidente, não tenha, em casos como a Abreu e Lima, identificado que algo muito grave acontecia na empresa.

Eu ouvi o senhor aqui fazer uma explanação muito interessante sobre o sistema de governança do BNDES, sobre o critério para concessão de empréstimos do BNDES, sobre a baixa taxa de inadimplência nos empréstimos do BNDES, a menor do Brasil, sem dúvida nenhuma, sobre o corpo técnico do BNDES. Mas o BNDES apresentou, no balanço deste ano, um prejuízo de mais de 2 bilhões e 600 milhões reais, oriundos de investimentos na PETROBRAS. Onde é que esse projeto falhou, Dr. Luciano? Eu não estou perguntando ainda; estou falando na condição de Líder. Vou voltar para fazer a pergunta no meu tempo. Mas alguma coisa falhou. Eu já fui Secretário de Estado... O Estado pleiteou empréstimo da BNDES, e eu sei do critério e do rigor do BNDES na concessão desses empréstimos. Aqui, alguma coisa falhou com relação à PETROBRAS. E o que me surpreende é que o senhor, com todo esse conhecimento, com todo esse currículo, e ocupando postos tão importantes como o de Presidente do BNDES e membro do Conselho de



Administração... Eu aqui vejo realmente um conflito muito grande. O senhor disse que consultou, informalmente, a assessoria jurídica do BNDES e da PETROBRAS. Mas eu não consigo deixar de identificar aí um conflito de interesses muito grande. O senhor emprestava o dinheiro; no outro lado, pedia dinheiro para investimentos. Quer dizer, é uma situação difícil de não existir um conflito de interesses. Mas, mais do que isso, uma pessoa com a sua capacidade, reconhecida, não ter, durante todo esse tempo em que passou pelo BNDES e pela PETROBRAS, identificado que alguma coisa muito grave acontecia nessa empresa, que uma quadrilha havia se instalado dentro da empresa e que saqueou a empresa durante tanto tempo, tempo em que o senhor fazia parte do Conselho de Administração e era um dos financiadores da PETROBRAS...

Então, Dr. Luciano, eu fico, assim, muito triste de ver uma pessoa com a biografia que o senhor tem, conhecida de todos nós, entrar aqui hoje e, sem dúvida nenhuma, sair com essa biografia arranhada daqui hoje, porque é difícil explicar isso. Eu não vejo como o senhor consegue explicar uma situação aonde a PETROBRAS chegou. E o senhor agiu nos dois polos, como Presidente do BNDES, como membro do Conselho de Administração, e, hoje, como Presidente do Conselho de Administração.

Eu ouvi quando perguntaram ao senhor sobre o sistema de governança da PETROBRAS, que o senhor entende também, muito eficiente, como é o do BNDES. Eu acredito que os dois não são eficientes, porque nem o BNDES identificou, nesse empréstimo feito à PETROBRAS e que causou esse prejuízo já auditado no balanço, nem a governança da PETROBRAS — que claramente foi ineficiente — que essa quadrilha atuou durante anos na PETROBRAS, e ela não conseguiu identificar isso.

Então, Dr. Luciano, eu fico, assim, muito pesaroso pelo senhor, por conhecer a sua história. O senhor transitou por vários governos, ocupando cargos muito importantes, e hoje maculou a sua biografia com esse episódio da PETROBRAS.

Eu quero que o senhor reflita sobre isso. Eu tenho algumas perguntas para fazer no meu tempo, mas eu realmente fico, assim, pesaroso pela condição em que o senhor entrou aqui hoje, com a biografia que o senhor tem, e saindo daqui hoje, realmente, com essa biografia arranhada por tudo o que se viu, tanto no BNDES



como na PETROBRAS, que é apenas um exemplo. Nós temos outros problemas no BNDES. E, também, como Presidente e membro do Conselho há tantos anos na PETROBRAS.

Sr. Presidente, eu voltarei no meu tempo ainda para fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k., V.Exa. está inscrito, como membro, para fazer as perguntas. Usou o horário da Liderança, portanto, sem o direito de fazer perguntas. Retornará em seguida.

Com a palavra o Deputado...

V.Sa. deseja fazer algum comentário?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu poderei esclarecer depois, Deputado, no momento em que... Entendi que V.Exa. fará perguntas ainda.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Farei, sim.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Quero apenas lhe dizer que eu saio daqui de cabeça erguida e muito orgulhoso de minha gestão frente ao BNDES.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas, sem dúvida nenhuma, com sua biografia muito arranhada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, com a palavra agora...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Permita-me discordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos usar o tempo do Líder agora do PP, o Deputado Julio Lopes. S.Exa. dispõe de 7 minutos.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Boa tarde, Sr. Presidente. Eu retorno de uma reunião hoje de manhã, Sras. e Srs. Deputados, no Tesouro Nacional, a que compareci por ser Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano desta Casa e por estar sendo frequentemente questionado pelos empresários que ali recorrem no sentido de restabelecer a regularidade dos pagamentos do Minha Casa, Minha Vida.

Mas me refiro a esse fato, Sr. Presidente, para dizer que, como Secretário, nós recebemos a notícia de que o Governo está em busca do reequilíbrio e em busca da previsibilidade de suas ações econômicas, considerando que esse é um ativo importante da economia nacional. A previsibilidade é o contexto de prever situações e que essas situações ocorram com naturalidade na economia.



Ao Dr. Luciano Coutinho, como um grande economista e efetivamente um homem que tem uma robusta biografia, indago como S.Sa. se sente pelo depoimento hoje lá na Secretaria do Tesouro de que o Governo está atrasando há um mês os compromissos assumidos no ano passado, e que não teve condições de liquidar em função dessa maquiagem, dessas pedalagens. O senhor, como economista importante, deve se sentir constrangido de ter, de alguma forma, ou por omissão ou por má ação, enfim, ajudado a construir essa situação, que é um constrangimento para o Brasil, é um constrangimento para todos. Quer dizer, a falta de previsibilidade, que a própria Secretaria tenta reconstituir agora, para poder pagar, com um mês de atraso, vencimentos e compromissos contratados pelo Governo Federal, é uma situação que nos constrange a todos.

Mas eu quero me reportar aqui, Dr. Luciano, ao fato de o senhor, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, ter reconhecido que essa política do estabelecimento de campeões nacionais teria chegado ao fim e de que era hora de rever essa política. Essa política dos campeões nacionais estabeleceu empréstimos da ordem de 18 bilhões de reais a algumas empresas que hoje estão inseridas no contexto da Lava-Jato.

Eu queria saber de V.Exa. — oportunamente, depois; mas aqui pergunto porque há uma ansiedade da sociedade brasileira — quem foram os autores dessa política dos campeões nacionais. O senhor é o formulador, é o idealizador ou o senhor se reportava a alguém que idealizou essa concepção política? Porque me parece que, se foram eleitos campeões nacionais, a PETROBRAS foi eleita supercampeã nacional, e a Sete Brasil, também.

E fatos que temos, confrontados todos os dias nos jornais, decorrem exatamente dessa megalomania ou do estabelecimento dessa política de campeões nacionais, que tem inúmeras referências agora nas operações da Lava-Jato.

E aí eu me refiro também, porque certamente a sociedade brasileira quer saber, a uma reportagem da revista *Veja*, pela qual a Procuradoria-Geral da República deu parecer contrário ao mandado de segurança apresentado pelo BNDES no Supremo Tribunal Federal contra um pedido do Tribunal de Contas da União de acesso às informações do financiamento do banco ao Grupo JBF, dono da JBF-Friboi, à Eldorado Celulose, à Vigor, ao Banco Original, dentre outros.



De acordo com a revista, o BNDES se recusou a enviar os dados ao TCU, dados relativos ao *rating* de crédito, ao saldo de operações de crédito, à situação cadastral e à estratégia de *marketing* desses grupos, alegando que os dados estariam sob sigilo bancário.

No parecer do Subprocurador da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco, este afirma que as operações bancárias lastreadas com recursos públicos não podem ser protegidas de sigilo.

O senhor vai permitir que os brasileiros tenham conhecimento ou não desses dados? Quem é o verdadeiro responsável pelo estabelecimento dessa hoje, reconhecida pelo senhor mesmo, política dos campeões brasileiros, que não faz mais sentido? Que custo teve para a sociedade brasileira o estabelecimento dessa política? A agência Fitch coloca em perspectiva negativa o *ranking* do BNDES, em função dessas posições. Como vê V.Exa. esse quadro? Qual é a taxa de retorno do banco ou qual será o investimento previsto pelo banco neste ano de 2015, quando o próprio Ministro do Planejamento prevê um PIB negativo, de 0,9%, o que traz, obviamente, consequências ao investimento do BNDES de forma grave? Gostaria de saber como V.Sa. vê isso.

Convivi com o senhor e com profissionais sob sua gestão e sempre os vi com bastante competência e com bastante diligência atendendo ao Estado do Rio de Janeiro em obras que o BNDES financiou. Mas, realmente, nós não teremos como fugir, nesta Casa, do estabelecimento da CPI do BNDES, porque os fatos relacionados aqui são graves. A gente precisa de um esclarecimento. Acredito até que V.Sa. não tenha participado de forma deliberada no sentido de contribuir para essas ações. Mas o fato é que esses fatos ocorreram, Dr. Luciano. Como o senhor vê isso? De que forma o senhor entende esse desmonte da previsibilidade como um ativo tão importante da economia nacional sendo feito pelo BNDES e com a sua participação também no Conselho da PETROBRAS? Causa-me curiosidade, Dr. Luciano, o senhor, tendo estabelecido *compliance* no banco e todas essas regras às quais o senhor se referiu... Como operações como Pasadena, por exemplo, passaram, com o senhor acumulando a posição de membro do Conselho da PETROBRAS e Presidente do BNDES? Não é curioso? Não é estranho, Dr. Luciano, que isso tenha ocorrido? Como é que não se fez nenhuma apuração



daquela monstruosa operação? Quais as consequências disso? Como o senhor vê e como o senhor sente, neste momento, essa situação, que certamente se desdobrará na CPI do BNDES?

Eu quero terminar, Dr. Luciano, dizendo que tive a oportunidade de inquirir o Vaccari aqui, por quem não tenho nenhum respeito, diferentemente de V.Sa., por quem tenho respeito profissional e reconhecimento. Eu disse a ele que ele seria preso porque os fatos relatados pelos delatores e consubstanciados nos dados eram de tal gravidade que ele não podia estar aqui respondendo com tanta naturalidade, porque certamente ele seria preso. E acabou acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - O senhor, certamente, tem certeza também de que, para o bem do Brasil, a CPI do BNDES será instalada. O senhor terá enorme dificuldade de superar esse momento, Dr. Luciano. Com todo o respeito, eu acredito na sua capacidade profissional, mas queria saber como o senhor pode responder a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Julio Lopes, V.Exa. usou o tempo da Liderança e, usando o tempo da Liderança, sabe muito bem que não é possível fazer as indagações. De maneira que eu vou passar agora a palavra para o Líder do PT, Deputado Leo de Brito, para falar pelo PT. E, eventualmente, no horário de não membro, V.Exa., Deputado Julio Lopes, que está inscrito aqui, fará as questões.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de agregar o tempo da Liderança ao tempo da minha inscrição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Nós agregamos tempo de autor ao de Líder. O tempo de Líder ao de inscrição...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sim. Já aconteceu isso uma outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Foi com o Deputado Imbassahy. É um procedimento nosso.

É o tempo de Liderança do PT? É isso?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Tempo de Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 10 minutos.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer uma saudação ao Presidente do BNDES e do Conselho de Administração da PETROBRAS, Sr. Luciano Coutinho, também saudando o nosso Relator, Luiz Sérgio.

Eu tinha feito aqui uma fala mais no intuito de fazer um dimensionamento a respeito da importância do nosso projeto de desenvolvimento, e da PETROBRAS, mas, infelizmente, as falas que me antecederam me levam, na condição de Líder do PT, a fazer algumas ponderações, as quais não gostaria de fazer nesta CPI. Mas vejo que são necessárias.

O Líder do PSDB esteve aqui na última reunião desta CPI e colocou de maneira muito clara — e reiterou isso no plenário — que o objetivo do PSDB neste momento é destruir o PT, acabar com o PT, acabar com o Partido dos Trabalhadores, flertando com aquilo que há de mais fascista no mundo, que é exatamente essa questão de acabar com o partido, talvez porque tenham perdido tantas eleições e, talvez, porque a melhor tática seja essa, e não disputar no voto, como nós temos feito há muitos anos.

Falando como Líder, o Deputado Izalci, a quem respeito muito, falou que o Partido dos Trabalhadores é inovador; e cita uma série de situações. Eu quero dizer que, talvez, o partido que tenha sido mais inovador na política brasileira certamente foi o PSDB. Primeiro porque é, talvez, na história da humanidade, o único partido socialdemocrata que tenha sido mais neoliberal, como foi ao longo dos 8 anos do Governo do Fernando Henrique. É um partido que aqui no Brasil foi muito inovador também, porque inventou a reeleição para a Presidência da República; e, para isso, teve que pagar 200 mil por Deputado, para que votassem na chamada emenda da reeleição do Presidente Fernando Henrique. É um partido muito inovador, porque conseguiu inovar na política brasileira — e, aí, muitos jovens que estão nos ouvindo hoje não sabem disso —, quando privatizou o patrimônio público brasileiro a preço de banana. E esses recursos foram encaminhados pelo tesoureiro do PSDB, Ricardo Sérgio, conforme o livro *A Privatária Tucana*, para irrigar *offshores* — e, certamente, irrigou várias campanhas do PSDB. É um partido inovador, porque, se o Líder disse aqui sobre o mensalão, quem inventou o mensalão foi esse partido, o PSDB, em Minas Gerais, com o mesmo operador, chamado Marcos Valério. É um



partido muito inovador mesmo. Inovou na prática dos cartéis. E, aí, temos o exemplo da Prefeitura de Salvador e o cartel ainda do início da década de 1990, chamado trensão, que até os dias atuais ainda não foi julgado, que até os dias atuais ninguém sequer foi condenado, mas que aconteceu nos sucessivos governos do PSDB.

É um partido inovador, Sr. Relator, porque ele criou, no âmbito do Ministério Público Federal, a figura do engavetador-geral da República — uma grande inovação! Aliás, é um partido de intocáveis. Parece que no Brasil — e o mensalão mineiro é um dos maiores exemplos disso — é proibido, Sr. Presidente, investigar quem seja do Partido da Social-Democracia Brasileira.

E ele está querendo inovar agora também, porque quer porque quer inventar um *impeachment* para a Presidenta Dilma Rousseff, sem qualquer fundamento jurídico, ao arrepio da Constituição brasileira.

Então, eu quero fazer essas pontuações aqui, inclusive porque o Deputado fala com tanta veemência e com tanta certeza de que o PT recebeu propinas. E eu quero devolver a pergunta, se o PSDB recebeu propinas, porque recebeu, como foi mostrado pelo tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, literalmente, a mesma quantidade de recursos contabilizados, de que foram prestadas contas e aprovadas pela Justiça Eleitoral, assim como foram as do PT. Então, essa é a pergunta que eu faço para todos os partidos que estão aqui.

E me preocupo com, Sr. Presidente — e aí tem muita competência, eu tenho que reconhecer isso, porque é um doutor em CPIs aqui —, com o Deputado Onyx Lorenzoni, que, com mais de 12 CPIs, chega de maneira muito veemente e teatralizada. E todo mundo que chega aqui ele chama de ladrão, sem provas. A todo mundo que chega aqui ele inventa um conjunto de ilações, e de maneira muito teatralizada. As pessoas podem até acreditar nisso, mas que são negadas, e foi negado com veemência aqui pelo Presidente Luciano Coutinho. E diz que todo mundo vai ser preso, como se tivesse uma bola de cristal. Então, ele tem que se preocupar, inclusive como moralista que é, com as denúncias que pesam contra o seu partido, como a que pesa sobre o presidente do partido do Deputado Onyx Lorenzoni. Porque ele, da forma como conduz e acha que todo mundo é bandido, tem que achar que o que o delator disse, que o presidente do partido dele recebeu 1



milhão de reais como propina, possa ser verdade. Ele pode achar isso. Agora, eu quero que ele tome providências, uma vez que é uma pessoa proba, uma pessoa honesta.

Sr. Presidente, vou finalizar, mas vou ter que utilizar tempo depois para fazer as perguntas.

Quero finalizar com o seguinte artigo tirado do *Blog do Nassif*, de hoje:

“Processos contra a PETROBRAS no exterior podem perder força

Quando há um mês os valores das ações da Petrobras estavam em torno de US\$4,90, uma série de adquirentes de ações destas na Bolsa de Nova Iorque passaram a abrir processos contra a Petrobras principalmente pela precipitada redução do valor da empresa. (...)

Com a divulgação distorcida da imprensa brasileira da redução do valor da Petrobras em US\$80 bilhões associando a esta a corrupção, algo que não tem o mínimo significado, pois a maior parte desta redução do valor é devida mais a queda do valor do petróleo de US\$110 o barril para valores em torno de US\$45 do que desvios na empresa, administradores de fundos de pensão e outros, para se resguardar de processos de má gestão, entraram na justiça norte-americana com pedidos de indenização.

Conforme todos analistas norte-americanos de ações de empresas de petróleo sabem, o valor mínimo das ações da Petrobras está em torno de US\$10,50, ou seja, 114% acima do valor que chegou a ser negociado no auge do escândalo.”

Aliás, todo mundo sabe que, no último mês, as ações da PETROBRAS só têm crescido. E a isso se deve inclusive o trabalho que V.Sa. e o Presidente Bendine estão fazendo.



“Atualmente com a aproximação do Balanço auditado por empresas internacionais, os valores da Petrobras vem subindo rapidamente muito acima do que qualquer variação de outras empresas de petróleo, no dia de hoje (11:46 AM horário de Nova Iorque) as ações depois de movimentos de realização de lucro, as ações da Petrobras vem já há um mês subindo quase de forma linear atingindo neste momento uma cotação US\$8,26, que já representa um lucro de 66% em questão de um mês para quem acreditou na empresa.”

Ao contrário daqueles que apostam, como disse o Deputado Onyx Lorenzoni, que a PETROBRAS está no fundo do poço, a PETROBRAS está viva e vai crescer cada vez mais.

“Se o valor dos US\$10,50 se realizar, representará uma remuneração de mais de 100% de quem apostou na empresa no momento de baixa. (...)”

Quando o julgamento das ações jurídicas começarem nos Estados Unidos, o valor das ações na NYSE estarão bem mais próximas das ações de outras empresas, ficando os administradores dos fundos de pensão em maus lençóis com seus representados, pois entraram no “modo pânico” e venderam ativos que nada tecnicamente dizia que permaneceriam tão desvalorizados. (...)”

Sr. Presidente, desde o primeiro pronunciamento que fiz aqui, eu disse que nós tínhamos que separar a PETROBRAS empresa, porque, talvez, alguns queiram que ela quebre exatamente para criar a instabilidade política, para favorecer aqueles que perderam sucessivas eleições. Mas tenho dito claramente aqui que nós vamos investigar todos os casos. Daqui a pouco, vou fazer as minhas perguntas ao Presidente. Mas vamos separar uma coisa da outra. Eu respeito muito os partidos que estão aqui, mas peço também que seja respeitado o Partido dos Trabalhadores, sem prejulgamentos. Nós estamos aqui para julgar tudo. Aliás, se o tesoureiro do



PSDB e os de outros partidos quiserem vir aqui inclusive falar sobre doações de campanha, seria de bom grado. Talvez não tenham coragem para isso, porque, talvez, não queiram investigar. Aliás, o interesse, como foi bem dito, e de maneira muito clara pelo Líder do PSDB, é tão somente de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - ...destruir o Partido dos Trabalhadores e, agora, também pedir o *impeachment* da Presidenta Dilma. Então precisamos de muita seriedade neste trabalho da CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não identificado) - A quantos dólares estava a ação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Temos aqui vários Líderes inscritos, porém estou vendo que não estão presentes. O próximo inscrito é o Deputado Altineu, que falará pela liderança do PR. Em seguida, o Deputado Celso Pansera e, depois, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, pela Liderança do PTB.

V.Exa. dispõe de até 6 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só um momento, Deputado.

Eu queria saber quantos inscritos há, porque eu estou sem almoçar desde as 9 horas da manhã, esperando a minha hora para falar, e essa hora não chega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Temos ainda mais dois Líderes, depois do Deputado Altineu; e temos...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Desde as 9, não, Deputada; desde as 8 horas da manhã!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Temos 26 Deputados-membros...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E eu estou na posição de número 26, Presidente querido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. se encontra na oitava posição.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, temos aí dois Líderes. A senhora é a oitava dos membros.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Presidente Luciano Coutinho, eu tive a oportunidade de questioná-lo aqui, como sub-relator, e cometi um equívoco quando eu citei o Sr. João Carlos Ferraz — indicado pelo senhor quando o senhor chegou ao BNDES como Diretor de Planejamento —, achando que era a mesma pessoa que fez parte da PETROBRAS e participou da Set Brasil. Então, João Carlos Ferraz 1 é o que o senhor indicou no BNDES; e João Carlos Ferraz 2, que é o homônimo, é o da Set Brasil.

Eu, com o tempo de Líder, vou me inscrever também depois para falar como Deputado, para questioná-lo. Mas a pergunta, a colocação seria — naquele momento, meu tempo acabou: se o João Carlos Ferraz 2 é o acusado pelo Sr. Barusco de levar 250 mil dólares da Set Brasil — a quem o BNDES, supostamente, aportou recursos —, se o senhor esteve com ele, se o senhor o conheceu. E, se o senhor o conheceu, qual a opinião do senhor? Se ele era realmente um homem que mostrava capacidade, enfim. Porque o Sr. Pedro Barusco disse que ele levou 250 mil dólares.

Então, só estou aqui colocando esta questão porque eu cometi realmente esse equívoco. Mas agora digo João Carlos Ferraz 1 e João Carlos Ferraz 2, para esclarecer. (*Risos*). Eu queria saber se com o João Carlos Ferraz 2, se o senhor tratou com ele da Set Brasil. E o que o senhor tem a dizer de ele ter levado, segundo o Sr. Barusco, 250 mil dólares de propina?

Mas eu vou voltar a um assunto aqui que é um assunto muito importante para mim, muito claro. O BNDES é um sócio que tem 17% da PETROBRAS, aproximadamente. Se eu estiver equivocado, perdoe-me; e, quando eu fizer o questionamento lá na frente, o senhor pode me corrigir.



O BNDES recebe do Tesouro Nacional em torno de... Eu não tenho esse número; o senhor tem esse número. O senhor disse que, no final do ano passado, agora, como foi colocado aqui por outro colega Deputado, foram 30 bilhões de reais, para cumprir compromissos. O BNDES os recebeu do Tesouro Nacional.

Na reportagem que eu coloquei para o senhor aqui, da Agência Brasil, segundo calculou o ex-Diretor do Banco Central Carlos Eduardo de Freitas, 92 bilhões de reais é quanto o Tesouro deixará de receber do BNDES durante esses próximos anos. Segundo, aqui, também, comentários, seriam 20 — como o senhor falou, não é em 1 ano —, talvez 25 bilhões de reais por ano.

E a minha colocação é a seguinte. Se o BNDES é sócio da PETROBRAS, ele coloca recursos na PETROBRAS como investidor, financia projetos na PETROBRAS. E, se esse dinheiro sai do Tesouro Nacional, significa que esse dinheiro sai diretamente dos impostos recolhidos da população brasileira.

Então, no final das contas, quem está pagando diretamente os desvios e a corrupção da PETROBRAS — não é indiretamente, não; é diretamente — é o povo brasileiro.

O povo recolhe o imposto, que vai para o Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional pega o dinheiro e o coloca no BNDES. O BNDES é sócio da PETROBRAS, tem participação — 17% da PETROBRAS — e financia projetos; esses projetos geram prejuízo. Então, a população brasileira coloca o recurso diretamente onde, hoje, infelizmente, ela não tem essa defesa, onde existe essa corrupção.

Eu pergunto ao senhor... Pelo currículo do senhor, que é inquestionável — e nós não estamos aqui, eu pelo menos não estou, para discutir isso, de forma nenhuma, como foi colocado aqui também por um colega anteriormente —, o senhor está no BNDES, como Presidente, e responsável pelo Conselho da PETROBRAS. Então, o senhor está em duas colocações muito importantes. Esse recurso que vem do povo brasileiro direto para essa conjuntura, o senhor não acha que, diante dos ajustes fiscais, o Brasil precisa hoje resolver essa questão e que a Presidenta Dilma e o Governo tanto precisam resolver essa questão? Depois de tantas situações que nos trouxeram até este momento difícil pelo qual o Brasil passa, o senhor não acha que tem que mudar alguma coisa?



Eu vou colocar essas questões para o senhor daqui a pouco como questões, mas eu gostaria de trazer isso aqui: o povo brasileiro vai penar, o trabalhador vai penar, porque vai ser mexido o seguro-desemprego, a questão previdenciária. O trabalhador vai pagar essa conta — e mais ainda —, porque vai haver esse ajuste fiscal. E Isso já vinha acontecendo: 30 bilhões, 25 bilhões ou 20 bilhões por ano. O senhor não acha que, para esse modelo de transferência de recursos do Tesouro para o BNDES, alguém deveria, pelo menos neste momento de ajuste fiscal, puxar, botar o pé no freio? Essa seria uma questão que eu queria colocar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Em torno disso, Sr. Luciano Coutinho, eu gostaria de falar. E sobre o João Carlos Ferraz “um”, João Carlos Ferraz “dois”, o “um” a gente retira do jogo, mas, quando ao “dois”, eu gostaria que o senhor dissesse qual a relação que o senhor tinha com ele, que operou a SETE BRASIL e levou propina, segundo o Sr. Barusco. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Líder do PMDB, Deputado Celso Pansera, já que os questionamentos feitos pelo Deputado Altineu Côrtes não são permitidos no tempo de Liderança. Então, nós temos que cumprir o Regimento, temos que dar seguimento à inscrição.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Vou repeti-lo depois, Presidente. Eu só os deixei protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Celso Pansera, V.Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Dr. Coutinho e demais Deputados e Deputadas.

Eu estava, Presidente, assistindo à apresentação do Dr. Luciano Coutinho e, particularmente, quando se fala da grandiosidade da Sete Brasil, daquele planejamento estratégico tão grande, que tem a ver com o futuro do Brasil, lembrei-me de um filme cujo nome acho que era *O Pioneiro*, ou *Os Pioneiros*, que trata do início da exploração em águas profundas na Noruega, quando ainda estavam desenvolvendo tecnologias para explorar o petróleo lá. O filme trata da vida de um



mergulhador e das tecnologias que estavam sendo desenvolvidas para mergulho. Havia uma mistura de um produto no ar dos mergulhadores, que foi desenvolvido pelos Estados Unidos. Houve um momento em que os noruegueses roubaram esse segredo, e isso foi um diferencial para a exploração de petróleo em águas profundas. Quem não viu, é um bom filme, vale a pena ser visto. É um filme ambientado nos anos 80. Essa tecnologia redimensionou e reposicionou a importância da Noruega no contexto da geopolítica mundial.

Nós acompanhamos essa história do pré-sal brasileiro. Ao vermos esse planejamento, a complexidade da Sete Brasil, a inteligência para montar essa estrutura, não deixamos de ficar tristes em ver que um conjunto de funcionários públicos se apropriou dessa inteligência, dessa organização, por questões pessoais. Eu diria que muito do que ocorreu na PETROBRAS — e o tempo vai nos mostrar, assim como as operações da Lava-Jato têm nos mostrado — foi muito de enriquecimento pessoal, de projeto pessoal, nos desvios. Mas também os operadores políticos e as empresas fizeram isso. A Justiça está andando e vai pegar essas pessoas. Mas não deixa de ser uma tragédia para nós que uma janela tão importante para o futuro desse País sofra um abalo tão grande em função dessas questões, da corrupção mesmo, dos desvios de conduta nas ações individuais e de grupos de interesse que jogam um planejamento tão bem estruturado, tão importante para o futuro deste País, nessa incerteza em que se encontra agora o Brasil.

E aí, Presidente, devemos resgatar a importância desta CPI. Nós aprovamos um conjunto de requerimentos esta semana novamente, na reunião de terça-feira. Eu tenho ouvido alguns colegas Deputados lamentando que o Ministério Público e a Política Federal têm mais velocidade que esta CPI. É importante e ainda bem que é assim, porque não é papel do Parlamentar. Nós não fomos eleitos para investigar, nós fomos eleitos para fiscalizar e legislar. E, num momento como este, a CPI entra para fiscalizar.

Eu tenho certeza de que, ao final desta CPI, nós teremos um conjunto de propostas nas relatorias e sub-relatorias que vão indicar caminhos para este Brasil grande, que queremos que avance e que vamos alcançar.



Nós apresentamos os requerimentos da bancada do PMDB sobre o que nominamos “Operação Curitiba”. Nós os aprovamos na terça-feira e, pode ter certeza, Presidente, dia 24 vamos a Curitiba para sentar com representantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, da Polícia Federal, com o Juiz Moro, para organizarmos a nossa ida para lá, para que a CPI consiga de fato avançar e ouvir esses que estão presos em Curitiba, para trazermos mais elementos, enfim, para que nós consigamos ter um relatório consistente ao final da CPI. Essa é uma iniciativa com a marca do PMDB, que quer avançar na investigação, que tem a Presidência deste Parlamento, que tem a Presidência desta CPI e que tem todo o interesse em deixar às claras o que aconteceu e avançar para um relatório consistente.

Foi nossa proposta também, junto com o Deputado Imbassahy, a ida desta CPI a Londres, para ouvir o ex-Diretor da SBM, que se colocou à disposição da Comissão para entregar documentos inéditos e também falar conosco sobre o que ocorreu na questão da SBM, já que nós não conseguimos trazer para cá o Sr. Julio Faerman para que ele falasse. Ele que se encontra foragido. Nós não conseguimos trazê-lo para cá. Portanto, queremos ouvir o ex-Diretor da SBM sobre a importância e o papel da empresa nesse processo todo.

Então, são iniciativas que nós levamos a cabo, e achamos importante que sejam concretizadas.

Por fim, quero dizer, Presidente, que já enviei à Secretaria da CPI ofícios — é uma iniciativa do meu mandato —, colocando-me como parte do grupo de Parlamentares que irão visitar a sede da PETROBRAS no Rio de Janeiro, já que é a minha base, e também o COMPERJ. É uma resposta à minha base eleitoral, uma resposta direta à população do Estado do Rio de Janeiro, que tanto depende da cadeia produtiva do petróleo e do bom funcionamento da PETROBRAS para o seu desenvolvimento social e econômico, particularmente na questão do COMPERJ, que tem gerado tanta aflição e desemprego no nosso Estado.

Presidente, quero dizer, então, que esta CPI tem avançado bastante, que nós achamos muito importante o papel do Ministério Público e da Polícia Federal e que o papel desta CPI, a partir dessas investigações, é amalgamar uma ideia clara daquilo que aconteceu na PETROBRAS e, a partir daí, sugerir iniciativas não só do ponto de



vista da punição, mas também do ponto de vista de aperfeiçoar a legislação brasileira, para tentar coibir que no futuro casos como esses venham a acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos, agora, dar início à inscrição dos membros da CPI para fazer suas perguntas.

O primeiro inscrito é o Deputado Delegado Waldir. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa tarde, Dr. Luciano Coutinho e Sr. Presidente. Eu madruguei aqui, cheguei às 8h, para ser o primeiro inscrito. Mas vamos lá às perguntas.

Nós tivemos, semana passada, a prisão de alguns ex-Deputados Federais, um deles, inclusive, tem uma empresa que foi utilizada para receber recursos ilícitos. Essa empresa foi financiada pelo BNDES. A JBS foi financiada pelo BNDES. E a JBS fez, do dinheiro do BNDES, uma ponte para fazer chegar esse dinheiro da corrupção até o ex-Deputado. Considerando a manifestação do senhor no Senado, onde o senhor disse que cada procedimento de liberação de financiamento existem mais de cinquenta pessoas que trabalham nele — eu peguei isso na imprensa, não sei se está errado —, existe a possibilidade de um ex-Presidente da República, de ex-Ministros, de outros Deputados, outros Senadores, estarem fazendo a mesma coisa com outras empresas laranjas, considerando que várias grandes empresas no País que têm financiamento no BNDES são quem financiam campanhas políticas?

Então, gostaria de saber se o senhor pudesse me informar isso, considerando o grande grau de fiscalização que existe dentro do BNDES. Eu quero saber se existe a possibilidade de outras pessoas estarem usando o mesmo recurso.

A próxima pergunta. Qual o prejuízo do BNDES, ou melhor, do povo brasileiro com essa administração do senhor, do PT — que pecou por omissão ou com intenção, mas pecou, não tem jeito, como está escrito nos jornais, na Justiça, no Ministério Público, e está escrito: “*pecaram*” —, com essas fraudes na PETROBRAS?

Então, gostaria de saber: como houve prejuízo na PETROBRAS, o que tem de prejuízo que nós vamos contabilizar, também, no BNDES? Que é de dinheiro que a gente está rasgando?



Eu volto à pergunta que os colegas fizeram ali: o senhor não teria que se declarar impedido para assumir a Presidência do Conselho de Administração da PETROBRAS, em razão que o BNDES era origem de um “propinoduto” — não é — vergonhoso? A Presidente Dilma colocou o senhor para assumir o Conselho de Administração para colocar a raposa para cuidar das uvas, como os ratos estavam aqui na semana passada, ou ratos para cuidar do queijo?

O senhor, um homem honrado, não se envergonha, com o currículo que o senhor tem, um nome fantástico, professor — e eu li o currículo do senhor — de realmente, entrar ou ter seu nome envolvido no maior caso de corrupção da história deste País, com formação de quadrilha, organização criminosa? O senhor vai ser lembrado como o Presidente do BNDES que moeu o dinheiro do povo brasileiro no pagamento de propinas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só 1 minutinho, Sr. Presidente. V.Exa. teve tolerância com os demais, por favor.

Eu gostaria de saber qual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei 1 minuto pela calma de V.Exa. na tarde de hoje. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Muito obrigado. Eu estou extremamente tranquilo. *(Risos.)* Obrigado. Eu tomei um chazinho aqui antes.

Eu gostaria de saber qual que é o temor do Governo e qual o temor do senhor, como Presidente do BNDES, na criação da CPI do BNDES? É o envolvimento com a PETROBRAS? O Vice-Presidente Michel Temer conseguiu que se retirasse várias assinaturas de Senadores. Nós conseguimos aqui montar uma CPI. O que teme o BNDES com esta CPI?

O senhor é pernambucano. Nessa condição, o senhor não se envergonha de ter participado de uma armação com Chávez, Lula — um já morto; o outro morreu politicamente agora, com a operação da PETROBRAS —, envolvido nessa lama de Abreu e Lima, entre 2009 e 2012, portanto, durante a campanha eleitoral que irrigou com dinheiro de corrupção a campanha da Presidente Dilma?

Muito obrigado.

Eu gostaria que o senhor pudesse me responder. O.k.?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Muito obrigado, Deputado. O primeiro tema que V.Exa. levantou tem relação com doações de campanha por empresas — não é? Eu quero reiterar aquilo que eu havia explicado no Senado Federal: o BNDES participa do capital de empresas — tanto grandes quanto médias quanto pequenas —, mas não interfere na gestão das empresas. O Banco zela pela boa governança, zela pela observância da lei, dos direitos sociais, da sustentabilidade, zela pela boa conduta. Mas, embora zele em termos dessas políticas sociais, ambientais e de governança, ele não tem poder suficiente nem é o objetivo da BNDESPAR interferir e ter ingerência na gestão privada. Então, esse tipo de decisão é uma decisão, desde que feita dentro da lei pelas empresas, do empresário, é uma decisão privada. Em relação à sua preocupação de que haja ou possa haver qualquer relacionamento ou vinculação entre uma operação de crédito do BNDES e algum tipo de uso do recurso que não seja estritamente vinculado ao projeto industrial ou ao projeto de infraestrutura, eu posso lhe assegurar que essa possibilidade é inexistente. O BNDES financia investimento, libera recursos contra a apresentação da comprovação, que é auditada, é fiscalizada e é acompanhada. Em certos casos, o Banco até contrata profissionais independentes para fazer o acompanhamento. De maneira que a vinculação e, como eu tinha dito antes, também no processo de decisão, é absolutamente impraticável. Pela rigidez, pela forma impessoal, pela forma rigorosa como o processo de decisão é tomado, é impossível que haja qualquer possibilidade de vinculação com financiamentos à campanha política ou a outros financiamentos estranhos ao objetivo do projeto. Em relação a sua questão sobre prejuízo e PETROBRAS, etc., eu lamento, mas não vou poder comentar em função daquilo que eu já justifiquei. Tanto a CVM quanto a Lei das Sociedades Anônimas não me permitem fazer nenhuma consideração a respeito das demonstrações financeiras da PETROBRAS, que serão examinadas na próxima semana. Então, portanto, eu não posso emitir nenhuma opinião a respeito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Dr. Luciano, e o do BNDES, o prejuízo do BNDES?



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim, essa questão em relação ao BNDES, eu posso responder, porque ela não se origina, ela não tem a ver com o balanço da PETROBRAS; ela tem a ver com o fato de que as ações da PETROBRAS se desvalorizaram, embora mais recentemente estejam se recuperando. Mas, no fim de 2014, na data de fechamento do balanço da PETROBRAS, uma parte importante das ações da PETROBRAS está na BNDESPAR, que é uma subsidiária, é um banco de investimento dentro do BNDES. Essa queda do valor das ações é aquilo que se diz, em geral, “marcada a mercado”. Então, ao marcar a mercado, reconhece-se, na variação patrimonial, uma queda do valor das ações. Além disso, a empresa de auditoria que fiscaliza o BNDES fez uma observação de que, embora concorde e reconheça a consistência da metodologia do BNDES em relação contábil, a auditoria não podia avaliar plenamente, por uma restrição de escopo. O que eles querem dizer com “restrição de escopo”? Como o balanço da PETROBRAS relativo a 2014 ainda não foi publicado, ela não tem condições de avaliar se a metodologia do BNDES de reconhecimento desse impacto é uma metodologia que está — embora ele reconheça que a metodologia é correta — ou se as premissas da metodologia estão consistentes. E eu espero que, uma vez superada a questão do balanço da PETROBRAS, essa observação possa ser revista, na medida em que essa restrição desapareça, do ponto de vista do auditor. Então eu sei que é uma explicação mais complicada, mas é uma questão de auditoria. E essa é a razão pela qual houve esse impacto no balanço. Apesar disso, o banco mostrou um lucro líquido de 8 bilhões e 600 milhões de reais. Não é verdadeiro o fato de que a Presidente da República me indicou para a Presidência do Conselho. Houve a vacância no Conselho, pela renúncia do Presidente Mantega, e o estatuto reza que, no caso de vacância da Presidência, cabe ao próprio Conselho eleger um substituto. E o Conselho houve por bem me eleger para um período muito curto, até a próxima Assembleia Geral, porque quem elege os conselheiros é a Assembleia Geral. Então, ocorrerá no fim deste mês uma Assembleia Geral. Bom, quanto à última questão, muito rapidamente, eu digo assim: nós não temos CPI do BNDES. BNDES é um banco transparente. Como eu disse aqui, todas as operações são públicas, os contratos estão abertos. Nós mantemos sigilo naquilo que é um dever de lei complementar. Mas o que não vejo é a



necessidade, porque podemos esclarecer todas as questões que esta Câmara dos Deputados e que os Srs. Parlamentares tenham interesse. Eu os convido a dialogar, a esclarecer. Nós não temos nenhuma dificuldade em esclarecer e aprofundar todos os pontos de interesse dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado Izalci. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou falar muito rápido. Eu tenho algumas contradições, omissões e novas.

Então, rapidamente, com relação à omissão, o contrato de financiamento do BNDES para a RNEST foi firmado em julho de 2009, porém, o estudo de viabilidade técnica e econômica da RNEST foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 14 de maio de 2010, quase 1 ano depois.

V.Sa. tem como explicar o que leva o BNDES a emprestar a essa instituição quase 10 bilhões? Como V.Sa. o confirmou? Sem esse estudo, para onde foram esses 9 bilhões de aporte, já que não havia um estudo de viabilidade técnica e econômica?

Segundo: no depoimento de Pedro Barusco aqui na CPI, ele mencionou a importância do envolvimento do BNDES na formação da Sete Brasil; eu pergunto a V.Sa.: V.Sa. já participou de alguma reunião em que estava presente Renato Duque ou Pedro Barusco? Quando? E o que foi discutido?

V.Sa. colocou de forma bastante assertiva aqui a obrigação do conselheiro de zelar, estrita e exclusivamente, pelo melhor interesse da empresa. Disse também que, como Presidente do Conselho, tem a obrigação de observar a lei estritamente. Na avaliação de V.Sa., foi observado o zelo necessário ao melhor interesse da empresa nesses últimos 12 anos? Como justificar esse episódio de uso da PETROBRAS para a manutenção de um projeto de poder nesse contexto colocado por V.Sa.?

Nos termos de colaboração premiada de Paulo Roberto Costa, consta que ele esteve reunido com o Senador Lindbergh Farias, em 2014, e, nessa reunião, entre outras pessoas, estava presente um ex-Diretor do BNDES. Eu pergunto a V.Sa.: V.Sa. tem conhecimento de quem seria o ex-Diretor do BNDES que estaria nessa



reunião? V.Sa. já participou de alguma reunião com Paulo Roberto Costa presente? Qual foi o assunto e quando isso ocorreu?

Ainda, finalizando: qual é o grau de exposição do BNDES por conta desses empréstimos às empreiteiras da Operação Lava-Jato? Que medidas o BNDES já adotou para garantir o recebimento desses empréstimos? Qual é a opinião de V.Sa. acerca dos acordos de leniência nesse contexto de roubo institucionalizado na PETROBRAS?

Esta última aqui é só porque V.Exa., talvez, não tenha entendido. No período de 2010 a 2014, como eu disse, aproximadamente 24% de desembolso pré-embarque tiveram como país de destino a Venezuela. A que o senhor atribui essa decisão? O senhor poderia citar alguns projetos financiados e para quais empresas foram destinados à época?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A última: alguém do BNDES participou do périplo realizado em 2013 pelo ex-Presidente Lula por Cuba, República Dominicana e Estados Unidos, levado pelo Diretor de Relações Institucionais da Odebrecht, Alexandrino de Alencar? Se afirmativo, se tem conhecimento de alguém do BNDES, qual foi o objetivo dessa participação do banco nessa viagem? Alguém do BNDES participou dessa viagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É só isso. São essas as indagações.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Só para esclarecer: em que momento foi essa viagem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em 2013.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ah, bom.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em 2013. E aquela anterior, de 2010 a 2014, foi a da Venezuela. São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Bom, Deputado, o empréstimo à RNEST foi feito dentro daquele contexto que foi explicado de praticamente fechamento de todo o mercado de crédito. Foi feito um empréstimo de grande escala naquele momento, em 2009. Porém, quanto à utilização dos recursos desse empréstimo, parte dele foi alocado à RNEST; uma outra parte à exploração e



produção; e uma outra parte a transporte de gás. Porém, a aplicação dos recursos e o desdobramento dos recursos ficaram condicionados à análise das condições e ao desdobramento do projeto. Então, não há uma...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas primeiro libera o recurso para depois avaliar o estudo?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, não, não há liberação antecipada dos recursos. Os recursos são liberados à medida que a empresa demonstra as notas e os comprovantes de investimento. Não há ousadia. Este foi um empréstimo de natureza extraordinária, de grande escala, por conta daquela situação. Mas a empresa não tem...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tudo normal, então, como foi exposto ali.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ela não tem a liberdade de fazer o que quer e o que bem entende com esse recurso. Ela tem obrigação de aplicar os recursos no objeto, senão ela estaria praticando a inadimplência não financeira e colocando-se em risco de o BNDES decretar o vencimento antecipado das obrigações. A outra questão. Nunca me reuni com o Sr. Pedro Barusco, não o conheço. As reuniões com o Sr...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nem com o Renato Duque?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Reuniões com o Duque e com o Paulo Roberto, apenas no âmbito das reuniões do Conselho de Administração, porque em vários momentos, nas reuniões do Conselho de Administração, os diretores estavam disponíveis para esclarecer dúvidas e apresentar projetos. Então, eu os conheço do âmbito da reunião do Conselho de Administração. O senhor me perguntou sobre uma reunião de um ex-diretor do banco com quem? Eu perdi...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, antes disso tem a questão do Conselho de Administração, que V.Exa. disse que...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Qual foi a questão?

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. disse, de forma bastante assertiva, que a obrigação do BNDES é zelar pelo estatuto...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...cumprir rigorosamente, etc., e eu perguntei em relação aos últimos 12 anos, tendo em vista, até para ficar mais claro, que a



Presidenta Dilma foi Presidente desse Conselho durante muitos anos e não obedeceu exatamente, porque, pela lei, o Presidente do Conselho responde pelos atos da PETROBRAS. Eu queria saber: V.Exa. conduziu muito bem, conforme relatou. Mas eu pergunto, nos últimos 12 anos, se o PT, aqui no caso, e seu projeto de poder foi acima do Estatuto, porque aprovou Pasadena, RNEST e outros mais. Qual é a opinião de V.Exa. com relação ao cumprimento do Estatuto do Conselho de Administração nesses 12 anos? Foi bom, foi ruim, obedeceram realmente ao Estatuto?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu só posso responder do período em que eu estive, que foi a partir de 2008. No período em que eu estive, eu não tenho nenhuma observação a fazer a respeito do funcionamento do Conselho. O Conselho funcionou de maneira aplicada, cumprindo o seu papel. Eu não tenho observação...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não! Sob a Presidência de V.Sa., não; antes. Porque V.Sa. assumiu a Presidência agora, mas antes já era do Conselho, desde 2007.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - É, desde 2008.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Presidente, na época...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Em 2008. Eu estou desde 2008. Mas, ao longo da minha participação como conselheiro, nunca presenciei nenhuma...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nenhuma decisão.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - ...decisão que não tivesse buscado o melhor interesse da PETROBRAS. Em relação à questão de uma reunião com um diretor, eu gostaria de...

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, com um Senador. É porque dizem que tinha um ex-Diretor na reunião, um representante do BNDES, com o Senador Lindbergh, no dia...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Senador?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Lindbergh.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ah, Lindbergh...



O SR. DEPUTADO IZALCI - No termo de colaboração — não sou eu quem estou dizendo, não —, Paulo Roberto Costa, na sua colaboração premiada, conta que esteve reunido com o Senador Gilberto Farias, em 2014, e que nessa reunião, entre outras pessoas, estava o ex-Diretor do BNDES. Aí eu perguntei se V.Sa. tem conhecimento de quem seria esse ex-Diretor do BNDES que participou dessa reunião. Perguntei se V.Sa. já participou. Aí, V.Sa. já respondeu e disse que, com o Paulo Roberto Costa, V.Sa. nunca tratou. Só no Conselho, como V.Sa. ressaltou, só nas reuniões do Conselho. Mas, então, V.Sa. nunca esteve com o Paulo Roberto Costa em reuniões?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não! Não tenho conhecimento se é...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nem em gabinete, nem fora, em outro lugar?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não tenho conhecimento. Se é que houve com algum ex-Diretor, eu não tenho conhecimento de quem...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entendi, o.k..

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - ...desse fato, nem de quem teria sido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A outra é essa do...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ah, Deputado, em relação às empresas da Lava-Jato, eu expliquei que nós, dentro dos projetos em curso, reavaliemos as condições de risco, as condições cadastrais para concluir obras e olhando dentro de uma orientação jurídica segura. Em relação a novos contratos, nós, por cautela, estamos observando os processos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - No Balanço de 2014 do BNDES...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdão!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Existe alguma previsão de perda, no Balanço de 2014, nessa avaliação...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - De nossa parte, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...do BNDES?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não há nenhuma previsão de perda no Balanço de 2014 do BNDES.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tem?



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu não estou falando do Balanço da PETROBRAS, nem posso falar. Nós não tivemos nenhuma perda originada no nosso Balanço de empresas... Aliás, isso...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não! É que, tecnicamente, tem previsão para devedores duvidosos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa. já foi encerrado, Deputado Izalci. Eu darei seguimento...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas ele não respondeu no inteiro teor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...darei seguimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. ainda está respondendo?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está respondendo...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Estou respondendo. Eu posso dizer e já expliquei que nós não tivemos perda e que nós seguimos estritamente a lei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não! Só tem mais duas aí, as que V.Exa. já anotou.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - A questão do pós-embarque...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso!

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - ...o senhor perguntou se foi no ano de 2014...

O SR. DEPUTADO IZALCI - De 2010 a 2014. Se V.Sa. tem lembrança de algum financiamento lá na Venezuela.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, nesse período nós financiamos vários países. O cliente mais importante são os Estados Unidos, individualmente por país. Mas tem países de todas... países desenvolvidos, vários países da América Latina. Eu não sei avaliar se esse número,...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Depois eu vou pegar com V.Sa. os números.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - ...se essa percentagem da Venezuela é exatamente essa. Eu poderei depois lhe esclarecer, como já foi convidado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tá bom.



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - E outros projetos, também, poderemos, numa reunião, esclarecer. Em relação à visita do ex-Presidente Lula, em 2013, a países...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com alguém do BNDES,...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - ...não houve nenhum funcionário do BNDES acompanhando-o em viagem privada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...em 2013.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Se o Presidente estivesse em função... Por isso é que eu perguntei a dada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em 2013.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdão!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foi em 2013.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Em 2013, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não teve?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Se fosse até 2010, enquanto ele era o Presidente em exercício, naturalmente o BNDES poderia acompanhar o Presidente. Mas não posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Otavio Leite, em seguida o Deputado Antonio Imbassahy.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Luciano, permitam-me uma breve reflexão. Ao proclamar, há pouco, a informação que foi levada à Presidência do Conselho, por uma manifestação espontânea dos conselheiros, sem qualquer interferência da Presidenta Dilma, eu acho que o senhor esteve ofendendo a inteligência desta Casa e dos brasileiros. Ou então, realmente, a Presidenta Dilma abdicou e outro indicou. Neste caso, teria sido o Presidente Lula que indicou o senhor? Essa é uma reflexão que merece uma assertiva de V.Exa.

Mas eu quero me dirigir ao Comitê de Auditoria da PETROBRAS, do qual o senhor faz parte, ao lado de duas outras pessoas. O Comitê de Auditoria tem a



finalidade estatutária, dizia lá, de controle interno e detecção de fraude. Recentemente, a PETROBRAS obteve um empréstimo do Banco de Desenvolvimento da China, de 3,5 bilhões. Coincidentemente — petróleo é geopolítica —, vale lembrar, há pouco tempo, a Argentina obteve 10 bilhões desse mesmo banco e, em contrapartida, concedeu o direito de a China fazer uma base militar, implantar uma base militar aqui no Cone Sul e outras obrigações assessórias.

O senhor falou muito em transparência nesta audiência, muito. Quais foram as contrapartidas que a PETROBRAS ofereceu ao Banco Chinês para obter esse empréstimo de 3,5 bilhões, já que as notícias informam que a PETROBRAS não divulgou as contrapartidas? E não há esse encontro de amigos, que se sabe não existir, num mercado tão pujante, como o mercado do petróleo, o mercado do dinheiro, no mundo.

Então, esta é a questão: tem a ver com o pré-sal?

Dois, ao membro do Comitê de Auditoria: sobre as informações de malversação dos recursos do PETROS, o Comitê de Auditoria tomou alguma providência? Quais foram?

Eu quero perguntar ao Presidente do Conselho de Administração e também ao Presidente do BNDES. Já se sabe que o COMPERJ, tal qual está, tem como assegurado apenas o prejuízo de 45 bilhões para o País; porque foram concebidas duas plantas, uma petroquímica e uma planta de gás, que só haveriam de gerar lucro se todas estivessem prontas. Nós estamos ainda no estágio de concluir a primeira. Sabe-se que o prejuízo será muito grande. O senhor, como Presidente do BNDES e Presidente do Conselho de Administração, como projeta a saída deste nó em que foi colocada a PETROBRAS, enfim, a União e os brasileiros?

Finalmente, pergunto a V.Exa. sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Para fechar, a Presidenta Graça falou que houve um prejuízo de 88 bilhões. Efetivamente, só me responda isso, o BNDES, que aportou muitos recursos, alguns bilhões, neste plano, nesta fantasia, nesta epopeia delirante do Governo Lula e da Presidenta Dilma em relação à PETROBRAS, terá ou não terá prejuízo? Não adianta dizer que tem algum tipo de



auditoria de estudo, de mecânica contábil, que ia aguardar a balança ali e acolá. Até o momento, o senhor pode me dizer, o BNDES terá ou não prejuízo? É isso o que eu quero saber.

E, finalmente, para fechar, o senhor não respondeu a uma pergunta de um colega. Ao ser indagado sobre o suposto encontro do Presidente da UTC, Ricardo Pessoa, no sentido de encaminhá-lo a um encontro com o Tesoureiro da campanha da Presidente Dilma, o senhor não respondeu. Por que razão? Para não se incriminar?

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes de o Presidente Luciano Coutinho responder, analisando a lista de inscritos, verificamos que vários Deputados estão inscritos e não estão presentes no plenário. Em respeito àqueles que estão aqui desde cedo, nós vamos fazer uma chamada rápida, para que se possa já estabelecer qual será a ordem de fala, diante do adiantado da hora, para que possamos evoluir positivamente e nos encaminhar para o final dos trabalhos.

O Deputado Antonio Imbassahy é o próximo. O Deputado Ricardo Barros está ausente. O Deputado Carlos Marun é o segundo; a Deputada Eliziane Gama, a terceira; o Deputado Pr. Marco Feliciano, o quarto; o Deputado Edio Lopes, o quinto; o Deputado Jorge Solla, o sexto. A Deputada Maria do Rosário está ausente. O Deputado Aluisio Mendes está ausente. O Deputado Edmilson Rodrigues está ausente. O Deputado Lelo Coimbra está ausente. O Deputado Valmir Prascidelli é o sétimo; o Deputado Ivan Valente, o oitavo; o Deputado Afonso Florence, o nono; o Deputado Onyx Lorenzoni, o décimo; o Deputado Efraim Filho, o décimo primeiro. O Deputado JHC está ausente. O Deputado Leo de Brito está ausente. O Deputado Félix Mendonça Júnior é o décimo segundo; o Deputado Darcísio Perondi, o décimo terceiro.

Não existem não-membros inscritos. O Deputado Julio Lopes já falou. Então, nós temos 13 Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu tenho certeza que alguns desses Deputados não presentes estão acompanhando a sessão, seja no gabinete, seja com a assessoria aqui presente. Dá até para se dar



um prazo de 5 ou 10 minutos para que aqueles não presentes possam retornar e participar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos aqui estabelecendo a ordem para que possamos, em respeito aos Deputados, claro, manter essa ordem que falei. Chegando algum Deputado, falará ao final, sem nenhum problema, desde que esteja inscrito. Novas inscrições, não.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente só um esclarecimento. V.Exa. leu nomes, como presentes, de alguns não presentes. Foi um engano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, só o Deputado Onyx Lorenzoni, que esteve aqui.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Teve além dele, teve além dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado Otavio Leite, bom, o fato Deputado, é que o estatuto reza que quem elege o Presidente, no caso de vacância, são os demais conselheiros. Essa é a informação objetiva. O Conselho de Administração tem sido proativo na busca de todas as apurações, tem orientado a Diretoria Executiva e orientado o processo independente e recebido, melhor dizendo, informações do processo, independente de apuração em curso. Recomendou, quando tomou conhecimento de possíveis irregularidades no fundo de pensão, que ele também fizesse parte desses processos de investigação. Portanto, ele tem cumprido seu papel diligentemente. Em relação à questão do empréstimo do banco chinês, o que posso lhe dizer, dentro dos limites de confidencialidade, é que foi aberta uma linha de crédito, mas que ainda não há nenhuma utilização concreta. Esse ainda é um processo em negociação e eu não posso lhe dar mais informações, até porque não tenho conhecimento em detalhe a respeito disso, mas posso lhe assegurar que não haverá contrapartidas lesivas ao interesse da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas esse empréstimo passou pelo Comitê de Auditoria? Foi examinado pelo Comitê de Auditoria?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - O Comitê de Administração autorizou um limite de endividamento, em 2015, para a PETROBRAS.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - De quanto, o senhor tem ideia? Ela deve 90 bilhões, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Otavio Leite, V.Exa. já concluiu o tempo. Nós temos que dar seguimento à lista.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu não tenho certeza agora, Deputado. É até um dado público, mas agora me falhou a memória. Mas é um número... Sei lá! Eu prefiro não dar um número incorreto. Depois eu lhe informo, até porque isso gerou um fato relevante, existe um fato relevante: foi dada publicidade ao mercado. Então, a Diretoria Financeira tem autorização para contratar novos empréstimos e o Banco de Desenvolvimento da China ofereceu esse crédito, mas não há nele ainda, que eu saiba, não há ainda a assinatura de contrato nem, posso lhe dizer, qualquer contrapartida lesiva à empresa. Em relação ao COMPERJ, V.Exa. fez várias questões. Eu lhe peço aqui um pouco de paciência, pelo seguinte: o novo plano de negócios da PETROBRAS está sendo finalizado e ele é muito importante, porque ele é indissociável das demonstrações contábeis. Então, qualquer consideração minha a respeito desse tema, do futuro, poderia revelar informações que tenham incidência sobre as demonstrações contábeis. E, por isso, eu lhe peço compreensão, porque eu estou impedido, pela Lei das Sociedades Anônimas e pela CVM, de comentar especificamente esse tema. Creio que, logo após as demonstrações, a empresa poderá esclarecer, e o novo plano de negócio irá esclarecer para V.Exa. como o futuro do COMPERJ será tratado. Creio que eram esses os pontos...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não. PETROS e Ricardo Pessoa, em prejuízo para o BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa. está encerrado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sim ou não. Haverá prejuízo para o BNDES? Terá prejuízo ou não?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Já respondi quanto à PETROS.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O montante não sabemos. Haverá ou não haverá? Sim ou não?



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ah, sim, desculpe-me. Em relação ao BNDES, nós temos confiança na recuperação das ações da PETROBRAS a longo prazo, mas eu não vou fazer vaticínios, porque também, na posição de Presidente do Conselho de Administração, eu não posso me manifestar a respeito. Então, eu peço a sua compreensão.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sim, mas é difícil a compreensão. Permita-me, Sr. Presidente, mas o BNDES tem um aporte volumoso dentro da PETROBRAS. A Presidenta Graça, ao sair, disse que o prejuízo acumulado era de 88 bilhões, e o senhor não está respondendo a uma indagação simples. O BNDES terá ou não prejuízo? Só isso. O BNDES tem uma carteira. Essa carteira pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Presidente Luciano Coutinho, o senhor responde e eu darei a palavra a outro Deputado inscrito.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado Otavio, eu disse que o balanço do BNDES de 2014 foi afetado, mas, dependendo da evolução do mercado para frente, o auditor poderá rever. Então é o que eu posso lhe dizer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Antonio Imbassahy. Em seguida, o Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso.

S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Dr. Luciano Coutinho, V.Sa. se faz acompanhar de advogados da PETROBRAS que conhecem muito bem os estatutos da estatal.

A pergunta primeira é se V.Sa., na presidência do Conselho de Administração da PETROBRAS, tem responsabilidade nas decisões de compra e venda de ativos da empresa.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - A aquisição e venda de ativos, ou posições acima de um determinado valor, é matéria de deliberação do Conselho de Administração e não do Presidente do Conselho.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito bem. Então, os membros do Conselho de Administração têm responsabilidade pela compra e venda, pelas decisões.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim.



O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Perfeito. As reuniões do Conselho de Administração da PETROBRAS são gravadas?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - São. Ao que eu saiba, são.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Eu gostaria de requisitar, Sr. Presidente, as gravações de todas as reuniões.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu não tenho a informação precisa sobre períodos, etc., na minha...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Perfeito. Agradeço ao senhor.

Dr. Luciano, a Presidente Dilma afirmou literalmente, na última quinta-feira: *“A PETROBRAS limpou o que tinha de limpar. Tirou aqueles que tinha de tirar lá de dentro, que se aproveitaram de suas posições para enriquecer os próprios bolsos”*. V.Sa. concorda literalmente com essa declaração?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, me desculpe, eu não ouvi a declaração toda.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Eu posso repetir um trecho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Poderia repetir, por favor?

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Posso. *“A PETROBRAS limpou o que tinha de limpar. Tirou aqueles que tinha de tirar lá de dentro, que se aproveitaram de suas posições para enriquecer os próprios bolsos”*.

Pergunto a V.Sa. se concorda literalmente com essa afirmação.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, pelo que me é dado observar, os novos diretores que substituíram são diretores que diligentemente buscaram o melhor para a Companhia e participaram inclusive, no período recente, de maneira proativa, do esclarecimento de todos os processos de desvio, como eu já havia mencionado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Essa pergunta eu fiz porque a Presidente Dilma foi Ministra de Minas e Energia e também Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS durante um longo tempo, quando se deu todo esse esquema de organização criminosa instalada na PETROBRAS. Por isso, eu tenho dúvidas e questiono essa declaração.

Por fim, Dr. Luciano, em 2009, o BNDES fez um empréstimo de R\$9.889.997.969,00 para a PETROBRAS, para construção da Refinaria Abreu e



Lima. Isso foi feito em 2009, mas, só em janeiro de 2010, que o EVTE — Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da refinaria foi aprovado. Então, este aí é um dado interessante: o BNDES autorizou e contratou um projeto que só teve o estudo de viabilidade aprovado no ano seguinte, em 2010. Primeiro registro.

O segundo é o seguinte: a liberação desses recursos foi se dando ao longo dos anos. Uma coisa bastante estranha — eu também tenho formação técnica e conheço V.Exa. dos quadros do BNDES — é não se ter percebido alguma anomalia nesse projeto, porque, para se ter uma ideia, o custo médio do barril processado no mundo é da ordem de 25 mil dólares. Numa refinaria nova, o custo médio sai por 25 mil dólares. No caso da Refinaria Abreu e Lima, vai sair por 87 mil dólares. Essa é uma diferença cujo prejuízo realmente não tem a menor possibilidade de se recuperar.

O que eu indago a V.Exa. é como não se percebeu, com a qualidade que tem o BNDES, ao longo dessas liberações de cerca de 10 bilhões de reais, que teria alguma coisa estranha dentro desse projeto, que, sem dúvida nenhuma, é superfaturado e traz grandes prejuízos para a PETROBRAS?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Prezado Deputado Antonio Imbassahy, eu posso lhe dizer o seguinte: Foi feita contratação do empréstimo naquela situação extraordinária de absoluto fechamento do mercado internacional de crédito e de capitais para a PETROBRAS. Porém, a aplicação de recursos no projeto RNEST se deu à medida que o investimento começou a ser concretizado, em 2010 e 2011. Eu posso estar sendo impreciso e, portanto, lhe peço vênica para eventualmente corrigir essa informação, mas o BNDES acompanha o projeto e, no momento em que aquele valor foi despendido, as contas foram prestadas, todas as faturas e notas foram verificadas e o banco cessou o seu apoio específico ao projeto RNEST. Ou seja: não houve de nossa parte nenhum aditivo adicional. De maneira que eu creio que várias razões podem ter contribuído para o aumento de custo do projeto RNEST. Não cabe a mim aqui entrar... Porém, eu lhe asseguro que, pelo menos durante um bom período, não era possível detectar, sem a ajuda de meios de investigação de natureza policial, a interferência de processos ilegais e ilícitos ou de corrupção. Esse processo não era um processo de fácil detecção. Assim é que as empresas de auditoria não registraram. Da mesma forma, eu quero aqui ressaltar,



por causa da presença da Presidenta, então Ministra da Casa Civil, que, certamente, absolutamente, se tivéssemos tido qualquer desconfiança, teríamos tomado as devidas providências. Eu, pessoalmente, teria, como conselheiro, e tenho certeza de que todo o Conselho, teria tomado as devidas providências. Isso é o que eu posso lhe dizer.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Apenas um comentário, Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa. Na verdade, eu não estou questionando, de maneira nenhuma, a probidade e a competência dos técnicos do BNDES. O que eu apenas quero enfatizar é que uma refinaria que... Aos olhos de quem conhece instalações, obras e finanças, percebia-se claramente que o valor era muito elevado em relação ao custo inicial. É por isso que compreendo, Presidente Hugo Motta e diretores, Srs. Deputados, que a liberação desses recursos do empréstimo foi em função de um relatório de progresso: fez o serviço, vai liberando as parcelas. Apenas não se perceber que tinha um valor exorbitante no conjunto daquela refinaria é que é uma coisa bastante estranha, ao ponto até de V.Sa. ter dito que nem as empresas de auditoria teriam percebido. Portanto, é um valor que realmente deixa a gente bastante impressionado, pela dimensão do superfaturamento e pela falta de percepção dos órgãos de fiscalização.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, a refinaria foi concluída no ano passado. Então, o período de tempo para construção foi bastante longo. No período objeto do financiamento do BNDES, numa primeira etapa, em que nós estávamos diretamente acompanhando o processo, não nos foi dado observar. E eu agreguei a isso que, também, posteriormente, as auditorias e os processos não detectaram. É isso que eu posso...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Perfeito. É porque esse contrato teria o início de desembolso em 2 anos. Seria o prazo de desembolso. Depois foram mais 2 anos, completaram-se 4. É também um período longo, talvez, Dr. Luciano, para se perceber alguma anomalia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso. V.Exa. tem até 6 minutos.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Obrigado. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, assessoria, primeiramente, eu queria registrar que o currículo do Sr. Luciano Coutinho, que aqui foi dito, aqui já foi relatado, é realmente um currículo que... Particularmente, no meu caso de estudante dos anos 90, foram muitos os artigos e trabalhos publicados pelo Dr. Luciano Coutinho que eu tive oportunidade de ler. E vários desses artigos apontavam para análises de tendências, sejam elas econômicas do País, sejam elas dos mercados ou dos livres mercados que se apresentavam, como NAFTA, como MERCOSUL, como União Europeia ou como Ásia. O Dr. Luciano Coutinho sempre esteve presente nas suas análises, seja através de artigos, seja em simpósios ou em publicações.

Sei que, como o tempo é de Líder, Sr. Presidente, não posso fazer perguntas, mas eu gostaria, se possível, que o Dr. Luciano Coutinho fizesse um comentário sobre o que o Juan Pablo, que foi o fundador da OPEP, ou OPEC, termo este que todos nós sempre ouvimos — Organização dos Países Exportadores de Petróleo —, falava. Ele inventou um termo — se não me engano, Luciano, “a maldição do petróleo” — em que ele dizer que grande parte dos países produtores de petróleo, ao invés de fortalecer suas economias, realmente entravam em guerra civil, em problemas democráticos, em regimes de exceção, fora outros problemas.

Queria que o senhor opinasse ou pudesse falar aqui para esta Comissão, Sr. Luciano Coutinho, qual foi a sua opinião, uma vez presente no Conselho de Administração da PETROBRAS, a partir de 2009, sobre o processo de investimentos da empresa — que, claro, não começou em 2009 — fora do País, uma relação com o pré-sal. E, se o senhor fosse hoje o Presidente da PETROBRAS, pelo acúmulo de conhecimento e informações que tem, o senhor focaria os investimentos da empresa no mercado interno do pré-sal e também em países como a Nigéria, na África, ou outros? Ou o senhor focaria simplesmente na produção interna do mercado brasileiro?

São essas as indagações. Se for possível, eu gostaria de ouvir a opinião do Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Muito obrigado, Deputado. Eu creio que o melhor remédio para a maldição do petróleo, em várias economias, que



passam a ser monodependentes da exportação do petróleo e, portanto, sujeitas a ciclo de preço, é o desenvolvimento industrial em geral, a diversificação da economia. E dentre esses movimentos de diversificação está o próprio desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o suprimento da indústria de petróleo e gás, para suprimento da indústria naval. Então, esta é uma forma muito relevante de mitigar e evitar a maldição do petróleo. Essa é a resposta. Ou mesmo a especialização exclusiva em *commodities*, porque nós poderíamos, por analogia, generalizar a tese de que a dependência exclusiva de uma *commodity* é uma estratégia...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - O senhor teria feito os investimentos que a PETROBRAS fez fora do País, em especial nos países da África?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Esses investimentos foram decididos, aparentemente, antes do pré-sal, quando o Brasil tinha um tipo de petróleo mais pesado. Não havia a perspectiva de ter províncias tão importantes, embora desafiadoras, porque ultraprofundas. E eu creio, sem dúvida nenhuma, que a grande prioridade deve ser o pré-sal. Essa é a prioridade expressa. Tanto é que vários ativos no exterior foram objeto de desinvestimento para a concentração de energia do pré-sal. Eu não posso aprofundar muito mais, porque não me cabe fazer considerações no momento em que o plano de negócios está sendo revisto, para não gerar nenhuma implicação disso, do ponto de vista das demonstrações financeiras, mas agradeço a pergunta.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Uma última observação, Sr. Presidente. No momento em que se discute reforma política — e dentre os pontos abordados pela Casa está o financiamento público ou privado —, como sugestão, nós vamos apresentar à Comissão de Reforma política que qualquer empresa do Brasil que receba recursos de banco estatal, federal ou estadual, e que esteja pagando esses recursos ainda, a título de capital de giro ou investimentos, seja impossibilitada de fazer qualquer tipo de doação para campanhas ou partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Marun. V.Exa. dispõe de até 3 minutos.



O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Luciano Coutinho, a existência desta CPI se deve a uma suspeita que existe nesta Casa, hoje já com alguns fatos até consolidados, de que se estabeleceu, no âmbito da PETROBRAS, sistema de obtenção de recursos ilícitos que serviu para enriquecer pessoas e/ou para sustentação de um projeto de poder. Foi isso que, em resumo, motivou a existência da CPI. É por isso que nós estamos aqui.

Então, eu me sinto muito confortável em, fazendo parte dessa CPI, suspeitar. Eu até me sinto no dever de suspeitar daqueles que tiveram, como o senhor teve e tem, protagonismo, como executivo bem-sucedido que é, que esteve e está no comando de importantes órgãos do Governo, especialmente o BNDES, e fazendo parte do Conselho de Administração da PETROBRAS. O BNDES é outro assunto. Deve nascer aqui uma CPI, agora ou mais para frente, e essas coisas serão objeto dessa... Foco é a PETROBRAS, neste momento.

Eu também tenho conhecimento de que a participação em um conselho de administração não é a mesma coisa de você estar no exercício de função executiva, dentro da PETROBRAS. Já participei de conselhos de administração de empresas públicas, mas eu suspeito. Tenho de suspeitar. E as perguntas faço nesse sentido, certo de estabelecer convicção positiva ou negativa de uma eventual participação sua num processo, ou de enriquecimento pessoal ou de participação num processo de sustentação, de obtenção de recursos para a sustentação de um projeto de poder. São perguntas simples. Eu tento ir, assim, em detalhes, em nuances, para tentar buscar essas convicções.

Minha primeira pergunta: o senhor tem conta bancária no exterior? Desde quando? E os valores são significativos? A primeira pergunta é essa.

Pode responder uma por uma ou faço as três perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como o tempo de V.Exa. já está se encerrando, eu gostaria que V.Exa. fizesse as três perguntas, para que ele possa responder.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, eu vou fazer as outras duas perguntas. Essa é a primeira.



A segunda: O senhor teve encontros ou reuniões com diretores da PETROBRAS fora das atividades inerentes à sua participação no Conselho de Administração da PETROBRAS? Se teve, em que circunstâncias?

A terceira pergunta: o senhor teve reuniões com o Sr. Vaccari? Se teve, com que frequência?

São essas três perguntas que lhe faço e expresso meu respeito por sua atuação no comando de grandes órgãos, mas eu estou aqui para suspeitar do senhor. As minhas perguntas vêm neste sentido: de formar convicção.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, nunca tive reuniões com o Sr. Vaccari, nunca tive reuniões com diretores da PETROBRAS fora da empresa, para tratar de assuntos relativos ao conselho da empresa, relativos a temas do conselho. E minha declaração de bens está depositada no Comitê de Ética Pública, está depositada na Receita Federal. E eu não vejo nenhuma razão para que o senhor (*risos*) lance esse tipo de desconfiança. Eu sou uma pessoa íntegra, proba. Sou um professor universitário. Dediquei toda a minha vida à universidade. Durante um breve momento, estive organizando o nascimento do Ministério de Ciência e Tecnologia e depois na PETROBRAS, desculpe, no BNDES, e só nesse período como conselheiro na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - O senhor não poderia só adiantar a situação da questão da... Porque o que nós temos aqui? Dentro dessa matutice de um advogado matuto, lá do Mato Grosso do Sul, a gente sabe que, se alguém tem dinheiro, não está na Caixa Econômica Federal nem no Banco do Brasil, muito menos no Bradesco. Então, eu lhe pergunto o seguinte: o senhor possui contas? E, se possui, elas estão declaradas na sua receita?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Toda a minha declaração de bens está na minha declaração. Ela está na Comissão de Ética Pública, ela é registrada. Então, Deputado, a minha declaração de bens... Não vejo razão para que o senhor queira... Não sei se a CPI tem a prerrogativa de quebrar o sigilo das pessoas, mas eu não acho que é o caso. Não acho que é o caso, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A próxima inscrita é a Deputada Eliziane Gama.

V.Exa. tem até 3 minutos.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Luciano Coutinho, o senhor não responde às perguntas que são feitas. Eu quero fazer uma pergunta para o senhor clara e direta: o senhor fez ou não fez a reunião com Ricardo Pessoa e recomendou a ele se reunir com Edinho Silva?

Eu queria que o senhor me respondesse. Depois eu sigo com as demais perguntas.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputada, eu respondi com clareza a essa questão. Respondi...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim ou não? O senhor se reuniu ou não?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Respondi de uma maneira inclusive mais ampla. Eu não participei de nenhuma atividade de financiamento de campanha.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor se reuniu? Eu quero saber se o senhor teve reunião com o Sr. Edinho Silva. O senhor já sentou com ele? Já se reuniu com ele, em algum momento?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Bem, o Edinho Silva... Se não me falha a memória, em algum momento do ano passado,...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - 2014.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO -... em 2014, para tratar de um assunto relativo à região dele.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nesse mesmo momento, o senhor também se reuniu com Ricardo Pessoa?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, não. Essa reunião, não me lembro da data. Reunião, então, com o Deputado Edinho é relativa à região de Araraquara. É que eu não soube... Tema que eu, enfim, posso pesquisar depois e lhe informar, mas nada a ver com o financiamento de campanha, e muito provavelmente isso antes do meio do ano. Eu não tenho a data aqui, mas depois poderei pesquisar. Eu recebo todas as pessoas que me pedem audiência.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tudo bem. Então, vamos lá, por causa do meu tempo aqui, que é pouco.

Sr. Luciano Coutinho, veja só: o senhor adotou um sistema, que é o financiamento indireto automático em montantes de financiamentos que dão na



ordem de um somatório de 2,4 bilhões de reais a três gigantes, que é a Queiroz Galvão, a Camargo Corrêa e a Odebrecht. É um mecanismo que é utilizado para pequenas e médias empresas. Inclusive, no somatório dessas operações, cada uma delas, pelo levantamento que nós fizemos, por exemplo, com a Camargo Corrêa, 857 operações para se chegar ao montante de 52 milhões de reais; com a Odebrecht, 412 operações para se chegar a 449 milhões de reais; com a Queiroz Galvão, o equivalente a 619 operações para se chegar a 401 milhões. E o mecanismo para poder se adotar o financiamento indireto, que estabelece o limite da ordem de 300 milhões de reais. Por que adotar esse mecanismo para essas empresas, se esse mecanismo só é adotado para pequenas e médias empresas?

Mais uma pergunta: o senhor já foi colocado aqui por todos acerca da sua competência técnica, como um grande economista que é. Ao mesmo tempo, o senhor terá de prestar agora explicações ao Tribunal de Contas da União referente à manobra que inclusive o próprio tribunal afirma ser, na verdade, crime de responsabilidade, que é a chamada manobra da pedalada fiscal. Como é que o senhor explica isso? Como é que o senhor permitiu que isso acontecesse, já que o senhor tem conhecimento técnico suficiente para que isso não viesse a acontecer? Estaria errado o senhor ou estariam errados os técnicos do Tribunal de Contas da União? Três perguntas, Sr. Presidente, bem na sequência e rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quem está construindo o plano de negócios para a Sete Brasil e quais, na verdade, as garantias que o BNDES dará para que esses financiamentos possam ser alcançados? Afinal de contas, nessas garantias que foram apresentadas para os contratos de financiamentos externos, referentes, por exemplo, à Odebrecht e à EMBRAER, que foram responsáveis por mais de 81% de financiamentos, nos quais a Odebrecht tem desse percentual mais de 41%... A Odebrecht, por exemplo, não apresenta um mecanismo de amparo,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ...ao contrário da EMBRAER, que acaba apresentando esse laço através dos aviões. Qual a garantia que será dada nesse plano? Em sendo executado, de que forma realmente esse plano de negócios está sendo executado referente às empresas da Sete Brasil?



Eu teria mais três perguntas, mas eu não tenho mais tempo.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdoe-me, Deputada. A primeira questão, de financiamentos indiretos, é relativa a qual linha específica?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Na verdade, a gente fez um levantamento das três empresas: a Odebrecht, a Queiroz Galvão e a Camargo Corrêa, que foram operações feitas através do mecanismo de financiamentos indiretos automáticos, que dariam da ordem de 2,4 bilhões de reais, utilizando várias operações para poder não alterar o limite que é estabelecido por esse mecanismo do banco.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - É o seguinte, Deputada, o BNDES tem um quadro de funcionários relativamente pequeno. Então, operações abaixo de determinado limite — 20 milhões — são efetuadas através da rede bancária. É natural que empresas grandes, que têm muitas subsidiárias ou que são muito diversificadas, precisem de operações de crédito de menor porte, recorram à rede bancária e façam a operação. Metade...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas são muitas operações! Quase mil operações, num espaço de tempo determinado, para uma empresa que é gigante, utilizando mecanismo que só deveria ser utilizado em pequenas empresas e médias empresas?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ela é utilizada maciçamente pelas pequenas empresas, mas...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual o benefício desse mecanismo, Presidente?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Na operação indireta do banco, via rede bancária, porque o BNDES não tem uma operação de varejo, ele não tem agências; ele utiliza a rede bancária como repassadora ou como agente e opera para créditos de menor valor. Isso é acessível tanto às pequenas quanto às médias e quanto às grandes, desde que seja crédito de menor valor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - As exigências são menores, também.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Agora, quem predomina nessas operações indiretas, dois terços, são as pequenas e médias. Nós temos um cartão



de crédito só para pequenas empresas que, sozinho, desembolsou mais de 11 bilhões no ano passado, totalizando quase 900 mil operações. Foram oitocentas e ...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Isso seria uma forma de sair, por exemplo, da avaliação prévia que é estabelecida pelo BNDES, quando se faz, por exemplo, um grande empreendimento para uma grande empresa?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Essas operações têm uma vantagem, porque elas têm a garantia do banco operador. Então, o BNDES fica garantido e, ao mesmo tempo, viabiliza que esses empréstimos cheguem aos pequenos e aos médios, está certo? Agora, eu não posso discriminar a grande e dizer... O que a gente pode é estabelecer que, a partir de certo valor, a grande empresa vem diretamente ao BNDES, está certo? Então, não há uma... Não vejo uma distorção no uso da operação indireta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E a sua reunião? O senhor já fez a resposta referente à questão das reuniões?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdão?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O seu encontro com Ricardo Pessoa. O senhor reafirma categoricamente que nunca aconteceu?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ah! Eu já respondi à pergunta sobre a questão fiscal junto ao TCU, a chamada pedalada fiscal.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Exatamente.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Esse assunto está ainda em processo. O Ministério Público fez as suas alegações. Eu li em jornais, e estou aguardando ainda a convocação pelo TCU...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não admite ter cometido erros?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Irei... O BNDES será ouvido pelo TCU para esclarecer todos esses aspectos. Nós temos regularmente registrado os nossos créditos em relação ao Tesouro. E eu creio que esse processo ficará bem esclarecido ao fim dessa avaliação pelo TCU. Sobre o plano de negócios da Sete Brasil, obviamente incumbe aos acionistas da Sete Brasil detalhar e tornar consistente o seu plano de negócios. As garantias dependerão da qualidade do plano de negócios, da formatação desse novo plano de negócios, e eu não poderia...



O que eu posso assegurar à Deputada é que nós seremos rigorosos, como somos em todos os casos. Seguiremos a mesma rotina impessoal de avaliação deste financiamento quando chegar a hora dele nos ser apresentado. Sobre a questão de financiamentos externos, de fato, quando há um financiamento a uma aeronave, como a aeronave tem um mercado secundário, é um bem que pode ser revendido, o valor de revenda é um dos lastros de garantia do contrato de financiamento. Não é o único, porque nós pedimos outras garantias ao comprador. No caso da exportação de um serviço de engenharia e construção, as garantias são diferentes, mas elas existem. Nós, por exemplo, temos em toda a América Latina, no âmbito da ALADI — Associação Latino-Americana de Integração, um convênio entre Bancos Centrais, e nós, em geral, exigimos em todos os financiamentos, inclusive os financiamentos mencionados aqui sobre a Venezuela, que todos esses títulos de dívida transitem por esse convênio entre Bancos Centrais, chamado Convênio de Créditos Recíprocos. Esse é um convênio que tem mais de 40 anos e nunca houve nenhum inadimplemento. Então, nós trabalhamos com seriedade nas operações de comércio exterior, e o nível de inadimplência é também extremamente baixo, para não dizer irrisório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa..

O próximo inscrito é o Deputado Pr. Marco Feliciano, que terá até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, Sr. Luciano Coutinho, depois de 7 horas e meia aqui ouvindo o senhor, é muito difícil não chover no molhado. Mas eu tenho aqui algumas perguntas, simples até, porque já me sinto contemplado com as respostas anteriores.

Caso o Governo atual, entendendo que a PETROBRAS está abalada pelos escândalos, resolva fazer um aporte financeiro à empresa, através do BNDES, V.Sa. seria a favor desse empréstimo?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Para quem, Deputado?

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Se o Governo pedisse para que o BNDES salvasse, mais uma vez, a PETROBRAS, hoje, o senhor, como Presidente do BNDES, seria a favor desse financiamento? Eu queira que o senhor pudesse responder neste momento para mim.



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu tenho absoluta certeza de que essa circunstância não vai acontecer. Não será...

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Eu queria ter a fé que o senhor tem. Caso isso acontecesse — o senhor está dizendo que não vai acontecer, mas caso acontecesse —, qual seria a exigência do BNDES para que... Qual o patrimônio o BNDES exigiria da PETROBRAS para ter garantia de um financiamento, hoje?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, estamos raciocinando sob hipótese.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sim. Isso aqui é uma ilação que vai apontar para o futuro. Eu quero saber como pensa o Presidente do BNDES.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Estamos raciocinando sob hipóteses num período de silêncio em que nós vamos ter, na semana que vem, demonstrações contábeis. Então, eu me sinto... O que eu posso lhe dizer é que essa é uma hipótese inexistente. A PETROBRAS, na semana que vem, vai examinar as suas demonstrações contábeis. Eu espero que o risco, que qualquer tipo de risco financeiro para a empresa possa ser uma página virada, a partir da apresentação de suas demonstrações contábeis.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Perfeito. Sobre os balanços que o senhor aqui citou, o balanço do BNDES, o senhor citou que o balanço da empresa foi afetado, e eu queira saber se de maneira negativa ou positiva.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - O balanço da BNDESPAR, que tem uma fração importante de ações da PETROBRAS, tem a regra de marcação a mercado. E, portanto, sempre que as ações caem, o patrimônio automaticamente é deduzido; quando as ações sobem, o patrimônio é corrigido para cima. É a regra de marcação ao mercado. Então, isso, dependendo do período em que as ações fiquem abaixo de um determinado nível, fiquem por um longo período, as regras de auditoria poderiam considerar isso como uma perda permanente, está certo? Mas isso está explicado na nota do balanço do sistema BNDES. E eu terei muito prazer em enviar uma nota técnica ou lhe explicar em detalhe isso. Mas é uma questão realmente de contabilidade, de norma contábil.



O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Dr. Luciano, eu quero lhe agradecer por essas respostas.

E para concluir aqui, Sr. Presidente, eu queria deixar um pensamento. A política brasileira, nós dizemos sempre dentro desta Casa que ela é muito dinâmica. Mas o nosso País também se tornou dinâmico, aqui, os escândalos. Nós saímos do mensalão, fomos para um petrolão, estamos entrando agora num pedalão, onde V.Sa. é citado também. Estamos indo para um quarto, que nós vimos aqui, hoje, a criação da CPI do BNDES.

Quando o senhor disse que poderia haver tranquilidade no coração do Brasil porque o BNDES nada tem a esconder, eu fico imaginando as coisas que nós ouvimos dentro da Internet, e até pessoas estudadas, como a revista *Veja* cita. Eu fico imaginando como ficará o coração do Brasil ao descobrir que só entre 2009 e 2014 mais de 3 mil empréstimos feitos pelo BNDES, que ainda não foram informados ao contribuinte, talvez por causa de algum tipo de cláusula...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não foram?

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Não foram informados ainda. Não está explícito dentro da transparência do BNDES. Isso é um questionamento que vai ser feito na CPI. Eu fico imaginando, Sr. Presidente, como ficará o coração do Brasil ao saber que são bilhões e bilhões de dólares que o nosso País empresta a outros países, entre eles, a maioria deles, e eu tenho aqui alguns, são todos países ditatoriais. Tenho aqui: África, Nicarágua, Bolívia, Peru, Uruguai, Venezuela, Argentina, Panamá, Peru, Equador. Quando as pessoas souberem que, no nosso País, os meus irmãos morrem nas filas de hospitais porque não têm atendimento, as cidades têm precariedade em transporte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - O senhor teve paciência com todo mundo, Sr. Presidente. Peço para ter paciência comigo, eu estou aqui há 7 horas e meia. Eu não sou inquiridor, aqui. Eu acho que eu virei capelão da CPI, em vez de ser inquiridor.

Então, eu fico imaginando que esta CPI pode desestabilizar a nossa Nação, diante dos olhos do mundo, e as coisas que vão vir.



O art. 49, inciso X da nossa Constituição diz que nós, Parlamentares, temos o direito de observar e termos informações sobre os financiamentos que esta República faz a outros lugares. O Senador Álvaro Dias fez alguns pedidos e lhe foram negados, informações que só podem ser dadas em 2027. Tudo bem, pode ser um acordo legal, pode haver um conflito de soberania, mas eu fico imaginando o que vai acontecer quando essas notícias chegarem à população brasileira.

Não faço mais nenhuma pergunta ao senhor, até porque eu acredito que na CPI do BNDES nós vamos ter um novo encontro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, em relação a esse último ponto, eu queria esclarecer, embora a gente esteja aqui numa CPI sobre PETROBRAS, mas eu vou lhe esclarecer. O BNDES publica o valor de operações de exportação para todos os países, o valor, e publica o valor por exportador, e o valor por país. E publica a lista de projetos. Ele não individualiza, está certo? Então, essa é a primeira observação. Segundo: eu....

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - A renovação da rede de gasoduto de Montevideu...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Tá.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO -... não tem informado no *site*.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na última terça-feira, eu li uma comunicação do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministro Armando Monteiro, uma comunicação de uma disposição de rever a classificação dos dois países onde há essa restrição aludida pelo Senador...

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Álvaro Dias.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Álvaro Dias. E nós, ao término de minha audiência lá, estabelecemos que faremos uma reunião técnica entre a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Assuntos Econômicos, no âmbito técnico, para encontrar o melhor caminho de ter um padrão de transparência equivalente às melhores práticas internacionais, está certo? Eu devo informar que, com a exceção do Eximbank dos Estados Unidos, nenhuma outra instituição de apoio à exportação dos países faz o tipo de informação que é feito pelo BNDES



hoje. Muito pouco, quase nenhum dos bancos faz. Há também algum tipo de informação dada pelo banco inglês, mas nós estaremos analisando, para que nós possamos propor, nesse processo de revisão, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, um processo diferente.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Como eu disse, eu agradeço. Nós vamos nos encontrar na CPI do BNDES. Lá, nós vamos ter mais tempo. Em respeito aos meus companheiros que ainda têm perguntas a fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Dr. Luciano Coutinho, são diversas perguntas, se o senhor quiser dar uma anotada, aqui.

V.Sa. pode detalhar a função e o funcionamento do Comitê de Auditoria da PETROBRAS? O que esse Comitê apresentou sobre as obras de Abreu e Lima, COMPERJ, Refinarias Premium I e II?

V.Sa. pode descrever as informações que o BNDES prestou aos órgãos de controle, em especial ao TCU e ao Banco Central, com relação aos contratos de empreendimentos da PETROBRAS? E se houve algum apontamento desses órgãos em referência aos investimentos que eu fiz anteriormente, Abreu e Lima, COMPERJ, e as Refinarias Premium I e II?

As investigações da Operação Lava-Jato indicam a participação das maiores empreiteiras do País, com a acusação de formação de cartel para direcionamento de licitações. O que V.Sa. tem a dizer sobre essa tese de formação de cartel? As auditorias internas e externas da PETROBRAS e do BNDES não teriam condições de detectar essas irregularidades? O BNDES tomou alguma providência em relação a essas empreiteiras?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Bom, são várias perguntas. Em relação à RNEST, COMPERJ, Premium I e Premium II, o Comitê de Auditoria determinou, na verdade sugeriu, e o Conselho de Administração determinou, a condução de investigações internas nesses casos. E todas essas investigações foram devidamente remetidas à Polícia Federal, ao Ministério Público e ao Juiz Moro. Tudo isso foi enviado devidamente como uma contribuição. Sugeriu também



que a PETROBRAS buscasse o ressarcimento dos danos decorrentes desses ilícitos. Então, esse processo foi feito. Em relação à Premium I e Premium II, foram feitos investimentos preliminares, de monta muito menor, fundamentalmente a preparação dos projetos e alguma terraplanagem. E, como a empresa... Eu não vou fazer aqui uma consideração a respeito do futuro, porque o plano de negócios ainda está sendo discutido, a respeito desses projetos para o futuro. Premium I e Premium II são projetos para o futuro, mas eu não quero fazer uma consideração a respeito. Em relação ao TCU, nós somos regularmente auditados pelo TCU e por outros órgãos, pela CGU, pelo Ministério Público; recebemos uma quantidade muito grande, mais de 600, 700 pedidos. Cada dia útil a gente recebe dois, três pedidos. E temos respondido tempestivamente, esclarecido. Eu não, eu não... Perdoe-me, não sei de memória, agora, se há algum tipo de esclarecimento que tenha sido pedido por órgão de controle relativo a esses casos que não tenha sido atendido, e esteja, ainda, em diligência. Mas poderei lhe informar se houver ainda algum pedido em diligência. Em relação à questão de formação de cartel, é muito difícil opinar a respeito. Primeiro, essa é uma matéria de competência do CADE, e eu não tenho elementos, eu não tenho os elementos de informação suficientes para fazer uma análise fundamentada a respeito. E, portanto, seria inadequado adentrar esse assunto. Em relação a... O último tema era auditoria para...Se a auditoria do BNDES...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Se as auditorias internas e externas da PETROBRAS e do BNDES...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É que eu também entrava na questão dos balanços, mas o senhor já falou que não pode falar, neste momento, sobre balanço.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Mas se essas auditorias não poderiam detectar essas irregularidades, e quais as providências tomadas pelo BNDES, se tomou, em relação às empreiteiras.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Tanto as auditorias da PETROBRAS, nós temos buscado reforçá-la e manter uma discussão bastante



construtiva, estimulante, a respeito do seu plano de trabalho anual. Essa é uma das tarefas do Comitê de Auditoria, supervisionar, verificar a adequação do plano de trabalho. Nós fizemos muitas sugestões para aperfeiçoamento do plano de trabalho da auditoria. É importante, porém, ressaltar o seguinte: a auditoria, ela não é um órgão com poder de polícia. A auditoria não pode violar sigilo das pessoas, bancário, telefônico. Ela verifica, basicamente, contas. E, nesse sentido, ela ajudou muito nas investigações, após revelados os fatos que não...não foi possível detectar. Uma vez revelado, então, buscou-se, através de comissões especiais... E há também um processo de investigação independente. Esse é muito importante, porque a PETROBRAS contratou, com orientação do Conselho, especialistas independentes, escritórios independentes, que têm tecnologia para detecção. É uma tecnologia sofisticada, porque ela significa olhar os sistemas de informática, fazer uma filtragem com palavras-chaves, etc. Então, é um processo muito rigoroso, que está em curso. Esse processo é reportado a uma comissão especial. Essa comissão especial é presidida pela Ministra Ellen Gracie, que foi Presidente do Supremo, mais um especialista alemão, que trabalhou intensamente nos processos de *compliance* da Siemens, e pelo novo Diretor de... Eu vou usar, infelizmente, a palavra *compliance*, de observância de regras da PETROBRAS. Esse comitê nos informa do andamento dessas investigações independentes. Então, há um processo muito intenso de investigação no âmbito da empresa. E a última questão era... Desculpe-me, eu não consegui anotar. Era...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - ... providências em relação a essas empreiteiras.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Ah, sim. Eu já tinha, havia respondido que nós consultamos a orientação jurídica, e o sentido é de avaliar se houve mudança significativa no risco de crédito, se houve mudança significativa nas condições cadastrais, de maneira a verificar se os projetos em fase de conclusão, em curso, possam ser concluídos, posto que a não conclusão de determinado projeto pode trazer mais dano do que a sua conclusão, inclusive, do ponto de vista bancário, para poder servir à dívida. E, em relação a novos financiamentos, isso depende de uma rigorosa avaliação de condições cadastrais e de condições de risco



de crédito. Obviamente, estamos mantendo a cautela de aguardar o andamento dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Vamos fazer uma parada técnica, Deputado. O Dr. Luciano vai ter que se ausentar. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sr. Presidente, posso aproveitar a parada técnica para uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu não pude estar presente na reunião que discutia os requerimentos. Teve três requerimentos que nós demos entrada: o de nº 604, nº 605 e nº 606. Um deles requisitava os arquivos da Operação Castelo de Areia e os demais convocavam os dirigentes da Camargo Corrêa.

O Presidente Hugo Motta considerou que esses requerimentos estavam prejudicados e não os submeteu à apreciação. Eu queria registrar que gostaria que houvesse uma reconsideração acerca da análise desses requerimentos, porque eles não fugiram do objeto.

A Procuradora da República Karen Kahn esteve à frente da Operação Castelo de Areia. Ela disse, em dezembro passado, que a Castelo de Areia foi a precursora do levantamento de fraudes a licitação, cartel, superfaturamentos de empreiteiras e atos de corrupção envolvendo um conjunto de empresas. Essas são as mesmas empresas que estão sendo investigadas no caso da corrupção da PETROBRAS. Esses ilícitos envolvem contratações espúrias de obras e serviços, envolvendo poder Federal, Estadual e Municipal em todo o País. E envolve as mesmas empresas empreiteiras hoje alvo da Operação Lava-Jato. Mais do que isso, Sr. Presidente, a Castelo de Areia alcançou diretamente a PETROBRAS.

O ex-Presidente da TRANSPETRO, Sergio Machado, é citado nos relatórios da Castelo de Areia. Documentos foram apreendidos na casa do Diretor da Camargo Corrêa, Pietro Bianchi, e eu pedi a convocação dele, inclusive. A Karen Kahn apontou esses documentos, citando que o Machado e a TRANSPETRO estavam relacionados à propina paga em contratos para a construção de navios, no âmbito do programa de modernização e expansão da frota.

Segundo a mesma procuradora, Presidente, neste contrato foi destinado o pagamento de propina de um valor referente a 1% do total do contrato assinado pelo



consórcio formado pela Camargo Corrêa e a Queiroz Galvão. Ou seja, 27,5 milhões de reais, em 2007.

Isso não interessa a nossa investigação aqui? Já está diretamente relacionado ao objeto de investigação. E mais, Paulo Roberto Costa, na delação premiada, citou os mesmos contratos de navios como fonte de pagamento de propina. O estaleiro Atlântico Sul, ele é formado por essas duas empreiteiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deputado...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Só concluindo. Eu queria registrar que 750 projetos foram apreendidos na Casa do doleiro Alberto Youssef e, agora, na Lava-Jato, envolvendo essas operações.

Por último, o jornalista Josias de Souza, no seu *site*, em 16 de fevereiro deste ano, afirmou que a Camargo Corrêa estava propensa a assinar o acordo de leniência com os procuradores da Operação Lava-Jato, mas voltou atrás, quando foi exigido que deletasse também o ocorrido nos esquemas investigados pela Castelo de Areia.

Hoje foi tão positivo ouvir aqui o Luciano Coutinho, Presidente do BNDES. Aliás, a gente hoje discutiu aqui mais sobre as operações do BNDES. Noventa por cento dos assuntos aqui foram completamente fora do objeto da CPI da PETROBRAS e ninguém achou isso improdutivo. Agora, questões diretamente relacionadas com a Lava-Jato, com a corrupção da PETROBRAS, com a Camargo Corrêa são excluídas, porque o Presidente considerou que não é objeto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Eu levarei a sua reivindicação ao Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - A reivindicação é que seja reconsiderado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - E na próxima reunião...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - ... a sua questão de ordem está acolhida e a gente vai levar ao Presidente para deliberar sobre sua reivindicação. Na próxima reunião, terá a resposta. Vamos aguardar mais um pouco o Dr. Luciano Coutinho. *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sr. Presidente, temos quantos inscritos ainda, por favor? Só para ter uma noção de quanto tempo a gente...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Exa. é o próximo.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sou o próximo? E faltam quantos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - V.Exa. é o próximo. Depois os Deputados Ivan Valente, Afonso Florence, Onyx Lorenzoni, Efraim Filho, que não está presente... Então mais dois.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Só mais dois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não. Ainda estão inscritos: Jorge Sollá, Ivan Valente, Afonso Florence, Onyx Lorenzoni, Efraim Filho, Félix Mendonça Júnior e Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sete?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Se não chegar algum. Tem que esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Se não chegar ou se não sair.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Se houver um acordo entre os sete para suspender, eu também aceito suspender. Eu acho que... Já são 5 horas da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Já está perto de terminar, a gente podia ouvir mais alguns Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu vou usar meus 3 minutos. Se quiserem me deixar usar, eu vou usar agora. Depois, não tem problema nenhum...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Não. Minha proposta... Eu não abro mão, então, não. Eu sou o próximo inscrito. Eu propus um acordo conjunto para encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Mas está tão próximo, faltam sete pessoas para...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Se não tem acordo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - O Deputado Ivan Valente também está esperando.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou inquirir, Sr. Presidente.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Com o retorno do Dr. Luciano, está reaberta a sessão. Eu solicito ao Deputado Jorge Solla...

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Primeiro, eu queria registrar a importância de a CPI finalmente ter decidido ouvir o Fernando Soares. Inclusive, nas redes sociais, está correndo um bochicho aí que a esposa dele foi para cima da direção do PMDB, batendo pesado, ameaçando divulgar informações que o PMDB está fazendo questão de omitir há muito tempo.

Inclusive é bom até que tenha esse interesse tão grande, aqui, dos demais Parlamentares em abrir outras CPIs. Foi proposta, aqui, a CPI do BNDES, Presidente. É bom lembrar também para a gente abrir a CPI do HSBC, inclusive retomando lá à venda do Bamerindus, na época, quando os tucanos dilapidaram o patrimônio do brasileiro. O HSBC hoje aqui vive inclusive com boa parte que foi do patrimônio do antigo Bamerindus, que foi entregue ao HSBC pelos tucanos. Abrir a CPI da Zelotes, da sonegação. Afinal a sonegação neste País deixou de ser crime? Deixou de ser algo tão nefasto? Afinal, a operação Zelotes já encontrou mais sonegação do que tudo que a Lava-Jato conseguiu somar de corrupção na PETROBRAS e em todas as empreiteiras juntos.

Podia também abrir a CPI de Furnas, porque Youssef, na sua delação premiada falou diretamente que entregou dinheiro para Aécio Neves. Está lá na gravação da delação premiada de Youssef, que entregou dinheiro... Citou Aécio Neves. Recebe dinheiro entregue por ele. Podia abrir também a CPI da Helicoca. Afinal, deixou de ser crime neste País transportar toneladas de cocaína? O tráfico de drogas deixou de ser crime neste País?

Vamos abrir a CPI, porque eu quero saber o que aquele helicóptero, cheio de cocaína, fazia, quem é o responsável por isso. Vamos abrir essas CPIs! Não tem sentido ficar fazendo apuração seletiva.



Neste País, inclusive, a privatária tucana foi muito... O Deputado Leo, que me antecedeu, falou muito bem aqui sobre a política de inovação tucana. Ele só faltou lembrar que o projeto de poder do PSDB foi tão eficaz que conseguiu penetrar, inclusive com braços, dentro do Judiciário, não só no Legislativo e no Executivo, mas penetrou em todos os Poderes para evitar...

A Mesa foi muito complacente com o tempo de todos os que antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Mas o senhor não fez nenhuma pergunta ainda.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Pois não.

Para evitar que fosse investigado, engavetando, para evitar que a Polícia Federal fosse a campo, impedindo. E, quando fosse apurado, como foi a Castelo de Areia, derruba-se na justiça para que todas as provas voltem à gaveta tradicional tucana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu queria, para concluir, aproveitar o Presidente aqui e fazer uma pergunta. A PETROBRAS, com o projeto de construção de sondas e estaleiros brasileiros, visou obviamente a aumentar e desenvolver um potencial enorme para a indústria nacional, isso gerando emprego e crescendo a economia, pois antes da compra das sondas fora do Brasil, não havia essa possibilidade. Esse fortalecimento da indústria nacional é contrário à política que o PSDB desenvolvia anteriormente, de entreguismo, de sucateamento, de venda, de privatização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deputado, para concluir.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Inclusive o Senador Serra já apresentou um projeto para mudar o modelo de partilha do pré-sal e entregar a produção às empresas. Obviamente, nós não vamos aceitar que Serra dê esse golpe e volte a privatária tucana novamente ao cartaz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deputado, conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Concluindo, se a Sete Brasil precisar retomar e tiver a oportunidade de retomar, interessa ao BNDES manter uma postura



de colaboração, diante da importância de produção dessas sondas, para que não seja transferida a compra posterior, como era feito em todas as políticas entreguistas do Governo tucano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Srs. Deputados, eu já esclareci em respostas anteriores que há um processo de reestruturação do plano de negócios da Sete Brasil, e há um prazo que foi dado à companhia. Seus acionistas estão trabalhando junto com bancos comerciais para buscar uma reformatação do plano de negócios, se ele for viável, se tiver condições de sustentabilidade e garantias. Porque nós vimos aqui um conjunto muito grande de equipamentos em estágio avançado de construção, e faz obviamente todo sentido concluí-los, mas nós temos que aguardar, e eu não posso infelizmente dizer nada além disso. Nós estamos aguardando o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, queria acoplar o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - São 6 minutos então, só que o tempo está correndo rápido. Eu peço que zere ali.

Sr. Luciano Coutinho, boa tarde.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Boa tarde, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria até lhe fazer uma pergunta inicial, eu o conheço há algum tempo: V.Exa. já foi candidato a Deputado Federal, uma vez, pelo PSB, não é?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Há muitos anos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi pelo PSB?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - PSB, em 1989. Foi o último momento em que eu tive vida parlamentar.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só estou falando isso, porque V.Exa. suportou 7 horas de embate e viu como é a coisa aqui. Eu só queria lhe recomendar a seguinte questão: eu acredito que V.Exa. é um homem probo, mas vou lhe dizer que deve responder às perguntas da CPI todas para não deixar ilações para a CPI ou para a imprensa. É uma sugestão que eu quero lhe dar.

Se o Deputado pergunta se V.Exa. tem recurso no exterior e está declarado isso, responda “sim” ou “não”. Se o senhor encontrou o Sr. Edinho, que foi Prefeito de Araraquara, diga “sim” ou “não”: *“Encontrei, para tratar de tal questão”*. É uma sugestão que eu quero lhe dar, para não ficar uma ilação no ar. Acho que V.Exa. poderia responder depois.

A segunda questão: eu acho que a CPI, ela não pegou, pelo que eu vi nessas horas todas... Talvez o senhor deu a informação mais relevante logo de cara na sua primeira resposta, que é a seguinte: V.Exa. contestou o Sr. Pedro Barusco, dizendo que o Banco não financiou a Sete Brasil. E o Sr. Pedro Barusco falou que o BNDES era o maior financiador da Sete Brasil. Isso é uma contradição enorme, porque o Sr. Pedro Barusco está com delação premiada. Ou ele mentiu. Alguma coisa aconteceu. E ele vai perder, inclusive, a delação premiada. Então, é uma explicação... Realmente, aí, sim, tem uma contradição grande, que precisa ser explicitada.

Essa é a principal questão que não ficou clara aqui, porque as questões da Sete Brasil são muito importantes. O Sr. Pedro Barusco era um engenheiro considerado de alto padrão, que ganhava quase 100 mil por mês, mas assaltou os cofres públicos em 300 milhões de reais, declarados por ele mesmo, na sua delação. Essa questão é fundamental. Então, queria deixar registrada essa questão.

Ao mesmo tempo, eu queria fazer algumas perguntas agora no meu tempo real. Eu queria, Presidente Luciano Coutinho, perguntar o seguinte: o senhor não considera, como Presidente do BNDES, que o Governo aderiu muito facilmente à ideia de que, se as empresas corruptoras envolvidas no escândalo da PETROBRAS quebrarem, o Brasil quebraria junto? Nós somos — V.Exa. conhece tanto as empresas brasileiras — tão dependentes assim de um modelo que colocou as empreiteiras no centro do desenvolvimento econômico? Essa é a primeira questão.

A segunda: a Sete Brasil já deve mais de 2 bilhões e meio aos estaleiros contratados para fabricação de sondas. Segundo seus acionistas, é impossível



atender às exigências do BNDES: auditoria independente, fiança bancária de 1,5 bilhão. Assim sendo, o BNDES planeja ainda conceder empréstimo a essa empresa — essa é a questão importante —, mesmo que ela não apresente garantias necessárias; ou seja, Sete Brasil se tornou tão importante com o seu projeto de sondas e de cadeia de produção nacional?

A outra questão, e acho essa aqui a mais importante porque trata de financiamento de campanha, e é disto que trata esta CPI, o problema da corrupção via financiamento empresarial de campanha. V.Exa. foi um dos patrocinadores da chamada “política de campeões nacionais”, desenvolvida pelo BNDES. Por exemplo, a empresa JBS-Friboi é o maior grupo agropecuário do Brasil, com empréstimos de até 10 bilhões de reais. Não por acaso, essa empresa foi uma das principais doadoras para os partidos da base do Governo, inclusive o PT e o PMDB. O senhor considera que há relação entre financiamento de campanhas eleitorais e a política de empréstimos do BNDES? Essa é uma pergunta essencial, porque é a razão, inclusive, de V.Sa. estar aqui hoje.

É claro que o BNDES empresta e, depois, eles também vão procurar saídas para isso. E pergunto se essa política de “campeões nacionais” não colaborou para a dependência nacional em relação a alguns poucos grupos econômicos, grandes grupos econômicos do nosso País, verdadeiros monopólios. Esse já é um debate que nós podemos fazer depois, se tiver uma CPI do BNDES, inclusive os empréstimos. Como o BNDES se capitaliza e lança títulos no mercado, captando pela SELIC e emprestando a taxas bem mais baratas. Então, esse é outro debate.

Mas eu pediria a V.Exa. que respondesse essas questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Com a palavra o Dr. Luciano. Eu quero informar que está havendo votação nominal. Os Deputados que quiserem votar e voltar, por favor. Na lista, estão inscritos os Deputados Ivan Valente, Afonso Florence e Onyx Lorenzoni. Então, dá tempo de ir e voltar. Só citei os três primeiros — depois o Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Depois do Onyx, o Efraim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Ivan, Afonso, Onyx, Efraim...



Por favor, Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Agradeço as questões do Deputado Ivan Valente. Deputado, eu não gostaria de falar por hipóteses a respeito da importância das empresas de construção. Elas são empresas com muitos ativos e poderão eventualmente ultrapassar as dificuldades. Pode ser que... Algumas já estão em recuperação judicial, mas eu prefiro não tecer... Várias dessas empresas são de capital aberto, e eu não poderia nominalmente tecer comentários. Poderemos, depois, numa discussão mais direta, aprofundar esse tema. Em relação à Sete Brasil, nós temos a esperança de que os acionistas, junto com os bancos comerciais, consigam remodelar, reorganizar o projeto de forma a torná-lo seguro, sustentável e que possa superar qualquer tipo de impedimento legal para um financiamento. Certamente, nós, como é o caso em qualquer projeto, em qualquer decisão do BNDES, seguiremos o ritual de avaliar as condições de risco, as condições de crédito, as condições de garantia. E só poderemos financiar se essas condições forem atendidas. Eu espero que possamos chegar a uma estrutura que atenda a essas garantias. V.Exa. levantou a questão do financiamento empresarial, levantou especificamente o ponto. Eu queria, primeiro, esclarecer um ponto importante: o volume de empréstimos do BNDES à JBS é muito baixo — está no balanço do ano passado —, é baixíssimo. O que o BNDES tem no grupo JBS é uma participação acionária que resultou... uma debênture que foi convertida em participação acionária. Isso significa... Esse processo já vem... Já faz bastante tempo que essa debênture foi convertida, que essa participação foi efetuada, e ela resultou de processos de aquisição, inclusive de uma aquisição no exterior. Devo dizer que todas as operações da BNDESPAR, que é um banco de investimento, são operações feitas a custo de mercado e em condições de mercado. Não há um centavo de recursos subsidiados do Tesouro Nacional nas operações da BNDESPAR. O que a BNDESPAR tem? A BNDESPAR tem historicamente uma carteira de ações. Essa carteira de ações gira à medida que determinadas participações amadurecem — elas são vendidas — e isso gera condições de reinvestir em novas empresas. Então, este é um ponto importante, porque frequentemente, embora isso tenha sido objeto de repetido esclarecimento de nossa parte, frequentemente, por razões de informação, ou de má informação, se alega



que esses recursos seriam recursos providenciados pelo FAT ou pelo Tesouro Nacional, com subsídios. Isto não é verdadeiro. São operações a mercado, a custo de mercado, e que deram um efeito muito positivo para a BNDESPAR. É uma empresa rentável, acumulou de 2007 a 2014 — posso estar errado aqui na cifra precisa — cerca de 23,5 bilhões de reais e contribui para a formação do lucro do Banco, contribui inclusive para que o Banco possa emprestar para micro e pequenas empresas a taxas mais baixas. Então, ela é uma operação, um banco de investimento, e eu gostaria de deixar isso explicado. Agora, em relação à questão do financiamento empresarial, a participação do Banco no grupo não significa que o Banco possa ter ingerência sobre as decisões privadas dos acionistas. Essa não é uma matéria de Conselho de Administração. O Banco zela pela governança, pela observância das leis, observância dos direitos sociais, busca sempre estimular a melhor governança e sempre que possível essas posições são realizadas com resultados. Eu, pessoalmente, Deputado — e aqui é uma posição pessoal —, creio que financiamento empresarial deveria ser...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Extinto.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - ... eliminado; mas é uma posição meramente como cidadão. Não quero entrar nisso aqui. Quero dizer também que dos 100 maiores grupos econômicos brasileiros o BNDES atendeu 91, nos 4 últimos anos; dos 500 maiores atendeu 406; dos mil maiores atendeu 780. Então, o BNDES está sempre... Ele não é... Ele está aberto a examinar todo e qualquer projeto que tenha sustentabilidade...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - E o PIB zero?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Perdão...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Com PIB zero. Tudo isso, e o PIB zero.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Desculpe, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só para concluir, Presidente. É que, na última pergunta, V.Sa. acatou a minha sugestão de responder as perguntas objetivamente, aquelas que deixaram alguma dúvida.



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Agradeço o conselho, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Vamos passar a palavra ao Deputado Afonso Florence. S.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu tentarei ser muito rápido. Eu tenho uma lista de perguntas e vou remetê-las ao Dr. Luciano Coutinho.

Quero dizer, Prof. Luciano Coutinho, que esta CPI, assim como possivelmente uma do BNDES, é enredada num ambiente de disputa política. O senhor conhece o País. Sei que o senhor vai relativizar a atitude de alguns de meus colegas que fazem disputa política da forma que lhes convêm. Nós do Partido dos Trabalhadores temos diligenciado aqui investigações. Por isso alguns dos nossos colegas enfatizam alguns requerimentos e alguns procedimentos.

O Brasil está esperando a continuidade na Lava-Jato, por exemplo, das investigações decorrentes da delação premiada do Sr. Leonardo Meirelles que alude ao Presidente do PSDB. E há uma expectativa de que nós possamos aperfeiçoar a gestão pública, a corporativa bancária.

Não há dúvida do papel do BNDES no esforço do Brasil de blindar nossa economia para que o impacto da crise mundial, em particular nos últimos anos, não fosse tão grande. E, certamente, houve aspectos de muito sucesso; ano passado, 4,8 de desemprego, o maior crescimento da massa salarial. Ontem, saiu o IBC-Br com números que... Sabemos que tem uma volatilidade nesse desempenho, mas positiva. A PETROBRAS está recuperando o valor de suas ações. Às vezes, as pessoas dizem que o valor da PETROBRAS é o valor da ação, como se todo mundo fosse ter... como se a PETROBRAS tivesse que desembolsar imediatamente a cada estimativa, às vezes, ignorando o mercado mundial e a volatilidade de preço das *commodities* em geral e, em particular, do petróleo e gás.

Quero dizer que não paira sobre a sua conduta pessoal nenhuma dúvida. O que acontece aqui é o espetáculo da política. O senhor está de parabéns pela sua trajetória pessoal, por sua condução à frente do BNDES, por toda contribuição que o senhor deu como professor, como cidadão e agora como gestor nesse Banco, onde cumpriu tão relevante papel na economia brasileira no último período, não só para o setor empresarial como também para cooperativas de crédito, para a agricultura familiar, um papel relevante; e, finalmente, parabenizá-lo, porque isso aqui é uma



maratona — acho que até em interrogatório criminal deve ser coibida uma extensão de tempo dessa natureza. Parabéns por tudo. O senhor honra o Brasil, honra os professores universitários, honra o Governo. O senhor está de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O Dr. Luciano deseja fazer algum comentário?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Agradeço as observações do Deputado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Luciano Galvão Coutinho, eu disse que ia voltar e não é só agora.

O senhor fez aqui um juramento de dizer a verdade. Eu lhe perguntei, e o senhor é um acadêmico... Talvez eu tenha que fazer uma pergunta muito simplificada para o senhor entender. Eu lhe questionei se o senhor recebeu — é, vai demorar um pouquinho para passar o tempo — o Sr. Ricardo Pessoa, se ele se reuniu com o senhor para solicitar um aporte para o Consórcio Viracopos e, nesta reunião, o senhor não pediu contribuição nenhuma; o senhor só disse o seguinte: "O Sr. Edinho Silva vai lhe procurar." Ponto.

A pergunta é: sim ou não?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, respondi...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, não, eu estou lhe perguntando agora. O que o senhor fez acabou. Agora responda: é sim ou não...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, é para o depoente responder a pergunta ou não?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Fica quieto!

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Fica quieto não!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Fica quieto!

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Fica quieto não! Eu tenho o direito de me manifestar. Me respeite, me respeite!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vamos lá... Tu que me respeite.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O depoente tem direito de responder, Presidente.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vamos de novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Volto a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim ou não? Ou: *“Não vou responder”*. É um direito que o senhor tem, e eu vou respeitar.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu respondi a sua pergunta...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não respondeu! Então, vamos adiante. Não, eu vou lhe dizer agora, porque o tempo é meu.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Isso é achaque, Presidente!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Fica quieto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Florence, não tem nenhum achaque. V.Exa. sabe muito bem que não existe isso. O Deputado Onyx...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É a forma como ele está fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - De forma nenhuma. V.Exa. se acalme.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu estou calmo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pois é, mas parece que não está...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mande ele se acalmar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não precisa gritar, elevar o tom de voz. A sessão está transcorrendo normalmente. A palavra está com o Deputado Onyx Lorenzoni, para prosseguir.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sabe por que eu estou lhe perguntando isso? Volto a lhe dizer: o Sr. Ricardo Pessoa vai fazer uma delação premiada. E, nessa delação, se ele contar essa história, o senhor vai arrumar um belo de um complicador para a sua vida pessoal.

Quais são os dados que eu obtive? O senhor se reuniu com o Consórcio Aeroportos Brasil Viracopos — vou repetir: Consórcio Aeroportos Brasil Viracopos — nos dias 18 de julho de 2014, 22 de agosto de 2014 e, a 8 dias do segundo turno, no



dia 17 de outubro de 2014? Mas, nesse dia 17, não foi na sede do BNDES no Rio; o senhor recebeu na representação de São Paulo o Sr. Ricardo Pessoa.

Eu estou entregando, Presidente... Porque agora eu vou atrás da verdade. O senhor não quer aqui colaborar. O.k., direito que o senhor tem, e eu lhe respeito. Na medida em que o senhor não queira dar uma resposta objetiva e concreta, eu vou apresentar aqui...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eles ficam muito nervosos, porque a gente tem consistência no trabalho.

Eu vou apresentar aqui um requerimento para que a CPI — vai aprovar — peça todas as imagens, todos os registros, e aí vai ficar confirmado que, na data que eu estou lhe dizendo aqui, publicamente para o Brasil saber, o senhor conversou com o Sr. Ricardo Pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ... e o senhor, aqui, não respondeu nem que sim nem que não; tergiversou, direito que o senhor tem.

Agora, tem um problema: se ele lá, na delação premiada, disser que o senhor disse que ele ia ser procurado pelo Edinho Silva... Os 3,5 milhões ele depositou na campanha da sua candidata Dilma. Olha, a encrenca vai ser grande para o senhor e para Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Dr. Luciano Coutinho, deseja fazer algum comentário?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Aqui, réu confesso vira herói.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Quero comentar. Aliás, Deputado, eu não tergiversei a respeito de ter mantido reunião com o Consórcio Viracopos. Mantive reuniões, não sei exatamente as datas. Vou depois... Peço ao Deputado...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ricardo Pessoa, nesse dia 17. Não é consórcio não, é o Ricardo Pessoa.



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, eu não tive reunião individual com o Sr. Ricardo Pessoa. Eu recebi o Consórcio Viracopos, recebi para tratar da continuidade dos investimentos, porque o aeroporto está em 90 e poucos por cento concluído.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, nós vamos começar a chegar perto da verdade. O senhor já está mudando agora.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, eu estou dizendo aqui...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não disse antes.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não, espera aí, não me foi perguntado, aliás...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Foi sim.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Aliás... Não, me foi perguntado se eu conhecia o Dr. Ricardo Pessoa, eu disse que conhecia...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Me foi perguntado se eu tinha...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu lhe perguntei.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu não me lembro...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Conteí toda a história e lhe perguntei, e o senhor não disse nem sim nem não para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Onyx, Deputado Onyx, eu peço a compreensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu compreendo e agradeço. E a investigação vai para cima do Sr. Luciano Coutinho.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Isso é uma ameaça? Isso é um achaque! Isso é um achaque, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não é ameaça, não! É o que eu vou fazer! Eu não ameaço, eu faço!

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Depois de 7 horas de depoimento, exigir precisão desta ou daquela palavra e depois ficar ameaçando que vai... Presidente, tenha paciência!



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Dr. Coutinho, só para o senhor saber, eu tenho respeito pelo senhor, não tenho nada contra o senhor. Agora, eu não ameaço, eu faço, e eu vou fazer.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bom, eu vou passar a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Luciano quer falar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Calma! Como Relator, eu gostaria que o senhor pudesse explicar as reuniões que teve com o Consórcio Viracopos e em relação a datas...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Relator virou advogado?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu estou usando a prerrogativa que tenho.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O Relator está fazendo pergunta. Isso é um achaque!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Perondi...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O Deputado do circo...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Eu verificarei as datas, porque eu não me lembro de memória as datas, mas todas as reuniões efetuadas pelo Consórcio tiveram estritamente o objetivo de discutir o projeto de conclusão do aeroporto. Esta é a verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, só um instante. O Deputado... Porque aqui na CPI o que nós mais temos ouvido é que o delator não poder mentir, porque a pena é dobrada quatro vezes, então, quase que as delações são consideradas uma verdade absoluta. O Deputado Ivan Valente pôde aqui destacar uma das primeiras perguntas que V.Exa. lhe respondeu. Inclusive uma das razões da sua presença aqui, uma das razões, é que o Sr. Barusco, na delação premiada diz assim, estou lendo: *“A fonte de financiamento principal de tal projeto...”* — se referindo ao projeto da Sete Brasil — *“... foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social”*. V.Sa. respondeu que não teve nenhum contrato assinado e não teve nenhum desembolso. Então, evidente, como isso são



contratos e desembolsos, são fáceis de ser conferidos. Então, evidencia aqui que neste caso o Barusco não falou a verdade e mentiu.

Tem também uma questão, e eu gostaria muito, enquanto Relator, de ter a posição de V.Sa., porque nesta mesma folha também tem, a meu ver, uma grande contradição, porque ele afirma aqui, na CPI, que a corrupção era institucionalizada. Eu tenho dificuldade de entender o que é uma corrupção institucionalizada, em que ele diz que a Presidente não estava envolvida. E ele diz aqui que as licitações ocorreram dentro da legalidade e foram muito duras, foram muito duras.

Depondo aqui nesta CPI, o Gabrielli, Ex-Presidente, afirmou que a corrupção se deu de fora para dentro da PETROBRAS, envolveu diretores com diretores de empresas, e que fizeram esse roubo de que nós temos conhecimento. A Graça Foster aqui também disse que isso se deu de fora para dentro. E, tanto a Graça quanto o Gabrielli disseram, afirmaram que a Ouvidoria e mesmo as auditorias internacionais contratadas não foram capazes de detectar esse assalto que ocorreu na PETROBRAS.

Como V.Sa. é membro do Conselho e hoje preside o Conselho da PETROBRAS, qual é a sua posição em relação às posições que aqui foram afirmadas pelo Barusco, pelo Gabrielli e pela Graça Foster? Ressalto que, dentro do parâmetro também das delações premiadas, o Paulo Roberto Costa já dá a versão dois — e a versão dois tem uma mudança considerável e muito importante, porque ela muda a essência da versão um para a versão dois —, mas, como vai vir à CPI, ele terá a oportunidade de explicar aqui qual é a versão verdadeira e qual é a versão em que ele não falou a verdade.

Eu gostaria de ter essa posição sobre as teses aqui da corrupção institucionalizada na PETROBRAS.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Essa é uma questão?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Sr. Relator, evidentemente, quando há uma ação organizada criminoso, ela é feita de uma maneira a cobrir todas as suas evidências. De forma que, se aconteceu algo interno, é algo circunscrito àquele grupo. E esse fato de verificação do tamanho da ramificação desses ilícitos, conduzidos por essas pessoas, está sendo objeto de uma investigação ampla, para



exatamente assegurar à empresa que ninguém que eventualmente tenha... sobre quem tenha algum tipo de indício de participação... esse grupo de pessoas possa ser identificado. Então, a empresa está fazendo o seu melhor esforço para sanear, digamos assim, qualquer persistência ou permanência de pessoas que eventualmente tenham auxiliado de alguma maneira. Porém, obviamente, parece-me que a tese de que... Foi na interlocução e na relação para fora que esses ilícitos de fato aconteceram, e não dentro da empresa. Não é por outra razão que o reconhecimento de que a PETROBRAS é vítima e não protagonista desse processo é algo, é uma convicção que eu tenho pela observação privilegiada que posso ter como membro do Conselho de Administração e de Auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, ele não respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Um momento!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Ele não respondeu à primeira pergunta do Relator, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Dr. Luciano Coutinho.

Passo agora a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Antes das minhas perguntas... O Relator fez uma pergunta, porque ficou no ar aqui a ideia de que o Pedro Barusco teria mentido ao dizer que não houve financiamento. O Relator perguntou se houve contrato assinado. Então, é bom que o Sr. Coutinho esclareça. Uma coisa é o financiamento, de que ele já disse que recuaram; outra é se há compromisso assinado, se há contrato. O que se tem colocado é que o BNDES, na aprovação do projeto, comprometeu-se a financiar. O Relator perguntou, e ele não respondeu.

Há compromisso do BNDES em financiar a Sete Brasil? E depois se recuou em virtude... Legitimamente, é um juízo de vontade que o BNDES faz? Mas havia esse compromisso, esse contrato? Houve reunião com a Sete Brasil nesse sentido, quando se pensava que era um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Efraim Filho. Permita-me interrompê-lo. O Relator Luiz Sérgio vai fazer o esclarecimento.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Falo com todo o respeito. Agora o Deputado Efraim atuou como meu advogado. Mas dou a oportunidade a ele de responder.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu sou advogado da verdade, Relator, diferentemente de muitos aqui.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Pois não, Deputado. Eu esclarecerei. O BNDES fez um enquadramento do projeto. O enquadramento é uma sinalização de que o projeto é elegível para financiamento; ele não representa um compromisso. Posteriormente, eu não... Agora eu não recorro as datas exatamente: em 2011, possivelmente, os enquadramentos. Posteriormente, em dezembro de 2013, o BNDES aprovou, a diretoria aprovou a contratação de um primeiro lote de sondas, e este recurso foi captado — inclusive porque essa é uma operação em moeda estrangeira. O recurso foi captado, foi disponibilizado, e, por dificuldades intrínsecas à companhia Sete Brasil, ela não pôde cumprir, por várias razões. E aqui não é uma crítica. Dada a complexidade e a dificuldade de alinhar todos os interesses, ela não pôde contratar, de forma que o contrato não aconteceu. Não houve a contratação. Nos últimos 3, 4 meses, por razões várias, dentre elas um desalinhamento entre operadores, Sete Brasil, estaleiro, outros problemas internos, e, além disso, o impacto da Operação Lava-Jato, essas... Esses fatos inviabilizaram a contratação no formato que fora aprovado, de forma que, nesse momento, o que há em curso é um processo de reorganização do projeto, de redimensionamento, reformatação do projeto. E nós temos que aguardar para que possamos examinar novamente.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Compreendi perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Agora, estamos contando o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito. É só para dizer que ficou muito claro aqui. Estão dizendo que o Pedro Barusco mentiu. Não mentiu! A principal financiadora da Sete Brasil é o BNDES! Agora, por motivos legítimos, a que ele se reportou, recuou, depois de contrato assinado e compromisso assumido. Talvez eu recuasse também. Mas a Sete...



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Nobre Deputado, perdão. Não houve recuo depois de contrato assinado, o que aconteceu é que a Sete Brasil...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Depois de o projeto aprovado.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Aprovado, é diferente. E é uma prerrogativa...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mas isso não constitui um financiamento!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perspectiva.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - E é uma prerrogativa de qualquer instituição financeira. Se as condições contratuais estabelecidas não puderem ser cumpridas, obviamente aquele contrato perde a sua...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Advogado da verdade.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, questão de...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Só quero que meu tempo seja...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, questão de ordem, art. 221, § 5º. Eu não sei se V.Exa. está pretendendo encerrar agora. Ao final, eu gostaria de fazer...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado Efraim, quem fez a afirmação de que o Barusco mentiu fui eu. E a minha concepção é essa, porque, na delação premiada, ele diz assim — está aqui; são as notas —, que a fonte de financiamento principal de tal projeto foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Só que não houve nem contrato assinado nem desembolso. Como alguém pode financiar se não houve contrato, se não houve financiamento?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A carta de garantia, Relator, está aqui! A Sete Brasil... Aqui, a notícia: *“O BNDES empurra...”*

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O Pedro Barusco está com um bom...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu só quero o meu tempo, porque o Relator tomou conta dele. Aqui está a notícia: *“O BNDES empurra o risco para Banco do Brasil, Caixa Econômica, Santander, Bradesco e Itaú”*. É muito simples, é só para repor a verdade. Eu sou advogado da verdade aqui. Tentam distorcer uma



expressão para querer colocar abaixo quem colocou abaixo o Partido dos Trabalhadores aqui.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Sérgio Moro fez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. encerrou?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não encerrei, não! Quero meu tempo. O Relator interveio. Posso começar as minhas perguntas?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sérgio Moro fez o BNDES...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem mais 1 minuto apenas.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não. Mais 1 minuto não! Ele falou 2 minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. já está usando a palavra...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Ainda estou no meu tempo! V.Exa. quer cortar o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não. V.Exa. tem 1 minuto mais 1 minuto: 2 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E o do Relator, mais 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, não; 2 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Para o Deputado Efraim, está rendendo juros o minuto dele.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Luciano Coutinho, V.Sa. — confere — é o Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, sim?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Neste momento sim, até a eleição...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O senhor acredita que, sob a sua presidência, poderia estar ocorrendo ainda corrupção na PETROBRAS, nos moldes do escândalo da Lava-Jato?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Por que não?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Porque há um intenso processo de investigação em curso, interno, pela toda colaboração da empresa ao processo de investigação. Eu não creio que... E pelo fato de que, como eu já expliquei, há um



grande esforço de... interno, independente, de investigação, especialmente de pessoas que estiveram relacionadas aos protagonistas do processo de ilícitos, de forma a identificar esse processo de investigação. A simples existência de um processo rigoroso de investigação, no meu entendimento, inibe a repetição desse tipo de...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Essas cautelas poderiam ser tomadas pela Presidente Dilma, quando era Presidente do Conselho de Administração?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, tivéssemos tido conhecimento... Eu tenho certeza: se a Presidenta Dilma, à época em que presidiu o Conselho, tivesse tido conhecimento de qualquer desvio, de qualquer ilícito, ela teria tomado providências, junto com o Conselho, junto com o Conselho de Administração, para sanar esses fatos. Não era de conhecimento...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, essa pergunta é impertinente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa., Deputado Florence, tenha também paciência. Ele está fazendo a pergunta. Ele tem direito a perguntar o que ele desejar perguntar.

Peço a V.Exa. que encerre, Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Encerrar, não! Não acabou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Já, sim!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. já passou do tempo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Espera aí, Presidente! Não passou, não! Está ali: 1 minuto. Tenha calma!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não passou, estou olhando!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Já passou, sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Já passou.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu peço que perguntem ali. Eles pediram 3 minutos. Passaram meus 3 minutos; 1 minuto, não, Presidente; 1 minuto, não!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Olhem, tenho 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Exa. tem 1 minutos para encerrar.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Já passou seu tempo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não passou, não! Vocês estão querendo roubar até meu tempo, agora. *(Risos.)* No Brasil, roubam até o tempo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ladrão aqui é o senhor.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O recente relatório do Tribunal de Contas da União... Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pode continuar. A palavra está assegurada.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Roubem meu tempo não! O costume de casa vai à praça.

O recente relatório do Tribunal de Contas da União aponta para crime...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, isso aí não pode, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Prossiga, Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu estou tentando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Prossiga, Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu estou tentando.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Deve ser na sua casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Prossiga, Deputado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu estou tentando.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pode prosseguir.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Quando ele parar, eu vou. Não tem problema, não.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu estou deixando.

O recente relatório do Tribunal de Contas da União aponta para crime de responsabilidade no relacionamento entre bancos públicos e o Governo. Segundo o Tribunal de Contas da União, esse relacionamento afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não cabe ao senhor fazer juízo de valor sobre o que o TCU disse. A isso a Justiça vai se reportar. Porém, foi o senhor que autorizou tais operações pelo BNDES?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, primeiro, está se tratando aqui é de um ressarcimento do Tesouro ao BNDES, e não de uma operação, de nenhuma operação de crédito.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas foi o senhor que autorizou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Segundo, Deputado, muito rapidamente: essa opinião não é do Tribunal de Contas, que não concluiu o processo. V.Exa. está refletindo a opinião do Ministério Público, e não do Tribunal de Contas. O processo ainda está em curso e não está concluído. Eu serei ainda ouvido, o BNDES será ouvido; os outros entes serão ouvidos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas foi o senhor que autorizou?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Portanto, é precipitada a conclusão.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Essa operação foi o senhor que autorizou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Efraim...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Se ela é ilícita ou não, a Justiça é que vai dizer. Mas foi o senhor que autorizou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, para concluir, Sr. Presidente, eu quero só dizer que nós estamos aqui e vemos sempre esse mi-mi-mi do PT, essa tentativa de inibir a nossa palavra. Eu quero dizer que é incrível: a gente está aqui



querendo buscar a verdade e se tenta transformar a fala da Oposição, como se fosse uma fala criminosa. Eu queria era ver o PT vir aqui para dizer que foi mentira, se defender dizendo que foi mentira. A defesa do PT é a de quem roubou mais. Foi o PSDB lá atrás ou foi o PT agora?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Foi o DEM! Foi o DEM!

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Foi o DEM!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - *“Eu justifico os meus erros do presente com os erros do passado”.*

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Foram o DEM e os Deputados do DEM!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu queria que viessem se defender. Eu não carrego sobre os meus ombros o erro do passado! Eu quero a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Prascidelli, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu ia inclusive abrir mão da minha fala, mas eu vou, até por conta dos desaforos ouvidos aqui por todos nós... Há Deputados que se utilizam dos seus minutos para tentar aparecer de alguma forma e utilizar a CPI para tentar, de alguma forma, criar um fato, talvez— Deputados com grau de covardia exacerbada. Eu diria covardia exacerbada porque tratam ladrões confessos, réus que vêm aqui, como heróis e tratam testemunhas que vêm aqui como vilões; tentam acuar, tentam hostilizar, tentam incriminar.

Vez por outra, apresentam documentações que devem ser de vazamentos irregulares, como tem acontecido lá na Lava-Jato — suspeita-se até de que o Senado ou alguém pode ter vazado isso irregularmente —, porque dizem *“Eu tenho aqui um documento”* ou coisa parecida. A covardia é tanta que acabam de falar e caem fora. Mas não têm a coragem de falar alto e chamar de ladrão o Presidente Nacional do partido deles, que está lá como réu, que está sendo acusado de corrupção.

Aí, fica aqui posando de paladino da justiça. Deveria ter vergonha na cara! Deveria ter vergonha na cara de falar mal dos outros. Se é paladino da justiça, deveria ser paladino da justiça com a sua casa, deveria ser paladino da justiça com o seu partido.



O que me mostra e me convence cada vez mais? É que se utilizam desta CPI para fazer a luta política; se utilizam desta CPI para tentar incriminar o Partido dos Trabalhadores; se utilizam desta CPI para tentar impedir que o Governo da Presidenta Dilma continue fazendo os avanços de que o Brasil e o povo brasileiro precisam; se utilizam desta CPI para dar espetáculo e tentar confundir a cabeça das pessoas.

Nós não temos medo de apuração. Nós fazemos o debate, somos transparentes. O que nós não queremos — e nós não vamos aceitar — é ficar fazendo acusações infundadas, ficar fazendo espetáculo e, muito menos, ficar utilizando a Justiça da forma que estão utilizando, inclusive com prisões irregulares, inclusive criando espetáculos do jeito que estão sendo criados pelo Juiz Sérgio Moro lá em Curitiba e por aqueles Procuradores que vazam o que querem e que transformam o Judiciário num espetáculo para favorecer os partidos que tradicionalmente dilapidaram o povo brasileiro, que deixaram este País no imobilismo durante 500 anos e que querem impedir que o Brasil continue avançando.

Eu quero encerrar, Sr. Luciano, dando os parabéns ao senhor por aguentar, durante 7 horas, ouvir esses desaforos com essa paciência que o senhor está. Que o senhor continue dando ao Brasil a sua contribuição!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)* Não deseja usar da palavra.

Tem a palavra o Deputado Félix Mendonça Júnior.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde, Dr. Luciano Coutinho!

Doutor, eu queria uma informação sobre a PETROBRAS. A PETROBRAS não modificou em nada a forma de licitar. Recentemente, um projeto chegou a ser subscrito pelos Líderes para que se voltasse à Lei nº 8.666, de 1993 — não o Decreto nº 2.745, de 1998. Foi dito aos Líderes, por representante da PETROBRAS, que a empresa iria parar se se voltasse à 8.666.

Então, o que está sendo feito para a PETROBRAS, em termos licitação, para que não deixemos que, daqui a 5 anos, venhamos a criar uma nova CPI para



verificar as fraudes que estão acontecendo neste momento e as fraudes que estão por acontecer?

O senhor informou — esta é a segunda pergunta — que todas as decisões do BNDES são colegiadas, que exigem a participação do Comitê de Enquadramento e Crédito, o Comitê de Assuntos Financeiros e o Comitê Diretor de Gestão de Riscos. Então, é muito bom que, com esse dinheiro, metrô, portos, estradas, ferrovias e estaleiros sejam feitos. Mas a minha preocupação não é com as obras que são feitas aqui.

Eu vou dar o exemplo de uma das empresas — no caso, a Odebrecht —, que tem, em Cuba, 1 bilhão, com o Porto de Mariel; na Venezuela, 1 bilhão, com as linhas 3 e 4 do metrô de Caracas e a segunda ponte sobre o Rio Orinoco; no Panamá, 1 bilhão, com o metrô da Cidade do Panamá — estou falando de dólares —; na Argentina, 1,5 bilhão, com o Soterramento do Ferrocarril Sarmiento. Além disso, ela tem projetos em Moçambique, Peru, Equador, Angola, e outros.

Como se dá a licitação que o BNDES leva para outros países ou para empresas estrangeiras? Como se dá essa licitação nesse caso? Segue-se a nossa lei, aqui do Brasil, assim como, no Banco Mundial, se nós tomarmos um empréstimo, segue-se a lei do Banco Mundial? Nós temos que assinar um protocolo para o dinheiro do Banco Mundial vir para o Brasil e nós temos que seguir rigorosamente aquela lei do Banco Mundial.

Mas, quando o BNDES empresta a outros países, como é feita a licitação lá? A impressão que dá é que as empresas levam embaixo do braço o dinheiro, oferecem isso aos países e têm a obra. Então, eu gostaria dessa explicação do que acontece com essas obras financiadas pelo BNDES fora do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Luciano, V.Sa. não tem nenhuma obrigação de responder a questões que não sejam inerentes ao objeto da nossa CPI. Mas também fique inteiramente à vontade se V.Sa. desejar fazer algum comentário.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu falei sobre a licitação da PETROBRAS e da modificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Exatamente. A primeira pergunta é pertinente.



O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - E, quando eu fiz a segunda pergunta, eu citei uma empresa que está envolvida no problema da PETROBRAS.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, em relação à 8.666 *versus* o 2.745, o 2.745 foi criado em 1998, quando mudou o regime de monopólio e a PETROBRAS teve que se colocar como uma empresa competitiva para concorrer com o mercado, que passou a ser desregulado, na medida em que se foi abrindo um regime de concessões, de forma que ela... Foi pensado o decreto... O regime do 2.745 foi pensado como uma ferramenta para dar agilidade e tempestividade às decisões empresariais. Eu não tenho certeza se um enrijecimento, tipo a 8.666, em si, prevenirá a prática de corrupção. O que eu acho é que nós temos eventualmente que rever o Decreto 2.745, mas nós não deveríamos engessar a gestão empresarial. O que precisamos, sim — creio que essa é uma preocupação geral —, é aperfeiçoar profundamente os mecanismos de gestão da empresa, aperfeiçoar a governança. Criou-se uma diretoria de observância de *compliance* para acompanhar. E esse processo está sendo muito didático, porque ele está permitindo que lições sejam aprendidas. Então, eu não tenho uma opinião ainda formada sobre que tipo de aperfeiçoamento o 2.745 deveria ter. Mas, enfim, em atenção à sua pergunta, isso é o que eu lhe respondo. Em relação à questão de obras no exterior, deixe-me lhe dizer muito rapidamente. Primeiro, o processo de aprovação dos projetos segue a mesma sistemática do BNDES — a gente examina os projetos. Segundo, V.Exa. me perguntou sobre o processo de licitação. Nos países, naturalmente, ele segue a lei prevalecente nesses países, e não a nossa lei. Seria uma ingerência na soberania nacional, o que nós não queremos para nós, impor uma lei a outro país. Agora, devo explicar-lhe que o banco não transfere dinheiro para o país que vai importar o serviço de engenharia e construção. Como é que é o mecanismo? Trata-se de um financiamento à exportação de um serviço de construção e engenharia. De que serviço nós estamos tratando? Os insumos produtivos, os projetos, a capacidade de engenharia, todos os equipamentos. Esse conjunto de equipamentos, serviços e engenharia realizados no Brasil é que são financiados da seguinte forma: nós pagamos em reais ao exportador brasileiro. Na medida em que ele comprova a exportação do serviço, que é auditada por empresa de auditoria, na medida em que



é auditada, nós acompanhamos e há a comprovação, então vai sendo feita a liberação em reais no Brasil. Portanto, esses bens e serviços geraram emprego, renda e impostos no Brasil. Outra coisa importante: nós não financiamos gastos locais. Nós não financiamos os gastos locais, diferentemente de outros países. Por exemplo, outros países concorrentes do Brasil que ganharam muito espaço na exportação de serviços de engenharia financiam os gastos locais dos países. O BNDES, o Brasil não faz isso, está certo? Feita essa exportação e concluído o projeto, o importador, que pode ser um governo ou pode ser uma empresa, o importador paga em moeda estrangeira ao BNDES. Portanto, essa operação é uma operação que gera divisas para o Brasil. Esse é um dos poucos itens da nossa pauta de serviços que é superavitário, certo? Em larga medida, o Brasil é deficitário na conta de serviços: fretes, turismo — infelizmente — viagens ao exterior; em vários pagamentos de serviços nós somos deficitários. A única conta de serviço em que nós temos superávit é na exportação de serviço de engenharia, além da exportação de bens de capital, que é outro capítulo. O BNDES financia para o exterior máquinas e equipamentos — aeronaves, turbinas —, equipamentos feitos no Brasil, bens de capital, e serviços de engenharia e construção nessa modalidade. Então, eu agradeço a sua pergunta, porque me deu a oportunidade de explicar, porque isso não é compreendido com facilidade e, às vezes, é explicado de uma maneira diferente da forma como ela ocorre na verdade.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Presidente, quero só complementar com uma pergunta.

O senhor não acha que já deveria haver um novo decreto atualizando as licitações na PETROBRAS?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Era exatamente o aperfeiçoamento do 2.745. Eu não tenho opinião formada e acredito que tudo merece ser aperfeiçoado. Essa reflexão é pertinente, mas eu não tenho uma opinião formada ainda. O que eu temo é que se crie um excessivo engessamento. Esse regime foi criado para dar capacidade de competir à empresa.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Mas não funcionou bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito obrigado, Dr. Luciano.



Temos aqui o último orador inscrito como membro, o Deputado Darcísio Perondi; em seguida, também o último orador inscrito como Líder, Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vamos todos os brasileiros torcer e passar energia ao Juiz Sérgio Moro e ao Promotor Dallagnol para persistirem e não desistirem, para nós diminuirmos a corrupção que grassa neste País, que é endêmica e institucionalizada, como foi dito aqui por um alto técnico da PETROBRAS que fez a delação.

Parabéns, Moro! Parabéns, Dallagnol! Parabéns ao corpo técnico da PETROBRAS e ao corpo técnico do BNDES! Há gente no corpo técnico do BNDES que discorda muito da política desastrosa, nos últimos 10 anos, promovida pelo Sr. Luciano Coutinho, ao privilegiar grandes empresas líderes — como disse ele, de boca cheia —, enquanto o PIB continua zero, menos do que zero, recessão.

Perguntas, Sr. Luciano Coutinho:

“Relembrando: Pessoa disse ter dado 3,5 milhões de reais à campanha de Dilma Rousseff após ser procurado (...) pelo Edinho Silva, que hoje assumiu a Secretaria de Comunicação (...) O dono da UTC também anotou que Edinho estaria ‘preocupadíssimo’ com a Operação Lava-Jato. Quem avisou Pessoa que Edinho o procuraria foi o presidente do BNDES” — que agora também é Presidente do Conselho.

O senhor, no início, negou para o Deputado Onyx Lorenzoni; negou para a Deputada Luizianne Lins; negou para o Deputado Pr. Marco Feliciano; negou para o Deputado Vanderlei. Depois, quando o Deputado Onyx voltou a perguntar, aí o senhor já admitiu.

O senhor recebeu o Pessoa? E o senhor recomendou que o Edinho fosse recebido? Dali a 15 dias saíram 3 milhões e meio de doação para a Dilma. Sim ou não? O senhor recebeu o Pessoa e fez a recomendação?



O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Deputado, eu já respondi a essa questão. Eu recebi o consórcio, com vários empresários, na presença de técnicos, e não tratei de financiamento à campanha. Eu já expliquei isso.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O senhor evoluiu, mas continua tergiversando. O senhor vai voltar aqui ou à Justiça, provavelmente. E o depoimento do Pessoa foi como preso, não foi para revista nem para *blog*; foi como preso lá no Paraná.

Sr. Presidente do BNDES, o senhor captura títulos do Governo para fazer investimentos. Então, o Tesouro Nacional emite títulos, e o senhor empresta. Mas há outra forma: o senhor recebe esse dinheiro, e há programas do BNDES nos quais o senhor faz subvenção. O senhor empresa a 3,5% ou 4%, e o Tesouro lhe paga essa diferença que existe. Confere. Em alguns programas o senhor tem isso.

Então, em alguns momentos o BNDES é credor do Tesouro. Quanto o Tesouro deve ao BNDES nessa área de subvenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. O tempo de V.Exa. está encerrado também. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sim. Fiz a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Na hora certa. Perfeito.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Mais 30 segundos — V.Exa. foi bondoso. Mais 1 minuto — V.Exa. foi bondoso.

O senhor errou ao aconselhar o Lula e a Dilma. O senhor aumentou a dívida líquida do Tesouro, o senhor aumentou a dívida bruta do Tesouro, que não passa aqui pela Comissão de Orçamento, que, por sinal, funciona nesta sala.

Essa sua política fracassou junto com a Dilma e com o Lula. E essa sua política dá, por ano, por baixo, uns 30 bilhões de reais, aumentando o serviço da dívida. E aí falta dinheiro para o doente, para o pequeno empresário, para o caminhoneiro, para o desempregado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Lamentável foi a sua política.

Agora, ele responde.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – O Deputado fez um comentário crítico. Eu já havia respondido que, ao longo do tempo... Quando o Banco Central controlar a inflação, o que espero que ocorra...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O senhor é ingênuo. O senhor é ingênuo, muito ingênuo e muito esperançoso.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO -... a diferença entre taxas vai cair, e este custo vai desaparecer. Além disso, Deputado, é importante registrar que o BNDES não constitui mais uma fonte adicional de pressão sobre a dívida. Nós reformulamos a nossa política, para reduzir o volume de empréstimos em TJLP, de forma a não exercer pressão sobre o ajuste fiscal. Eu me esqueci de mencionar isso, porque essa foi uma questão levantada por outros Parlamentares.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quanto o Tesouro lhe deve? Quanto o Tesouro lhe deve pelas subvenções? Quanto o Tesouro deve ao BNDES?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu também tenho uma lista de novas perguntas.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Olha, com risco de falhar na memória, por cansaço...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Nós estamos há 9 horas aqui.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - ...é algo em torno de 20. Se não for esse número, eu lhe fornecerei o número preciso.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O TCU apontou a Lei de Improbidade Administrativa. O BNDES e a Presidenta Dilma...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu também tenho uma lista de novas perguntas e gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Com a palavra, agora, o Líder Rubens Bueno, pelo tempo de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, Srs. Deputados, nós não imaginávamos que a pressão do Governo fosse tão grande para que não conseguíssemos registrar aqui o requerimento de criação da CPI do BNDES. Felizmente, conseguimos o número hoje e já se



confirmam as assinaturas. Foram 198 assinaturas conferidas pela Casa, pela Secretária-Geral da Mesa.

Então, com certeza, o senhor virá aqui outras vezes, para poder explicar o que não conseguiu explicar no dia de hoje. E teremos tempo para isso, até porque o BNDES nesses governos trouxe prejuízos e danos para a Nação. E podemos começar pelas empreiteiras da Operação Lava-Jato, famosas no BNDES, famosas na Copa do Mundo, famosas na PETROBRAS. Está aí a Operação Lava-Jato, com as nove grandes empreiteiras do País — e pegando dinheiro, a juros subsidiados, do BNDES, dinheiro do povo brasileiro. Isso nós temos que investigar.

Temos que investigar o que secretamente se emprestou para países, empréstimos internacionais — e Cuba é um deles —, exatamente para explicar isso. E não podemos fazer como fez o Ministro Fernando Pimentel, em 2012, quando decretou que os atos e contratos daqueles empréstimos do BNDES fossem secretos. Na CPI, vamos saber por que foi para lá tanto dinheiro, sabendo que Cuba, há 40 anos, não honra suas dívidas internacionais.

E temos que andar mais para poder dizer o que estamos aqui discutindo. E parece-me que não foi bem respondida a questão do TCU. Quando foi colocada, o senhor disse: *“Não, mas isso é o Ministério Público que está achando, ou um parecer do Ministério Público”*. Não é verdade! Há uma decisão, por unanimidade, do Tribunal de Contas da União de que o Governo cometeu crime de responsabilidade ao deixar mais de 40 bilhões de reais não pagos. E o senhor acabou de dizer que a metade é do BNDES. Foi aprovado por unanimidade pelo TCU. E o senhor é um dos convocados para ir ao Tribunal de Contas da União, conforme decisão de ontem à noite. Isso mostra que há muito a ser esclarecido.

E quero acreditar, com tudo o que está aqui, que o senhor tem muito a esclarecer. O senhor deve ao País e, com certeza, vai esclarecer, tudo isso com relação ao BNDES.

O que está acontecendo é que aquilo que tomou conta... E o senhor disse aqui — eu li agora e até vim aqui por causa disso —, eu li o que o senhor está dizendo e está no UOL: *“A PETROBRAS é vítima”*. Nós também achamos. Nós comungamos da sua resposta de que a PETROBRAS é vítima. Evidente que é. E é vítima da roubalheira! Lá colocaram o Sr. Gabrielli; lá colocaram os operadores — o



Sr. João Vaccari era um deles; lá colocaram os diretores nomeados para distribuírem propinas a cada um. E estão presos! Os maiores empreiteiros e devedores do BNDES estão presos! Há quanto tempo? Há quantos meses? Isso prova que tem muita coisa ainda a ser esclarecida.

E este furo de bilhões foi o furo do estelionato eleitoral de 2014. O custo do estelionato eleitoral de 2014 do Governo da candidata Dilma é de 40 bilhões de reais, ontem aprovado por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União. Este é o dado! Este é o dado!

Então, Sr. Presidente, vimos aqui para comunicar mais uma vez que já fizemos o registro e já foram conferidas as assinaturas da CPI do BNDES. Aí sim vamos pegar mais um ponto. Depois, vamos chegar aos fundos de pensão, furos de bilhões na gestão do PT — aliás, gestão não. E cito o POSTALIS. As velhinhas, coitadas, que pagavam 300 reais para o POSTALIS, este mês vão pagar 1.300 reais para o POSTALIS — e durante muitos anos! E ainda vem a FUNCEF, com mais 5 bilhões de furo; vem a PREVI; vem a PETROS e vem tantos aí pela frente. E ainda não se chegou à ELETROBRAS, aos prejuízos da ELETROBRAS, de uma história de 60 anos e que nunca teve prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Para concluir, Deputado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu estou perguntando ao Presidente da Mesa. Eu não sei... V.Exa. está incomodado, Deputado Afonso? Eu estou falando com ele. V.Exa. está incomodado, Deputado Afonso? O que é isso? É que dói no ouvido saber de tamanha...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu fui citado e quero responder.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Esperem aí.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É ilimitado o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não, não. Acabou agora o tempo. E, para concluir, a todos estamos dando 30 segundos ou 1 minuto a mais.



Então, peço ao Deputado que conclua.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Agradeço, Sr. Presidente.

Para finalizar, é isto: o furo, o custo do estelionato eleitoral, da mentira, da calúnia, da difamação, custou 40 bilhões de reais ao povo brasileiro, e o BNDES é responsável pela metade desse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - O último a falar, por 1 minuto, será o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Dr. Luciano, V.Exa. está sendo muito transparente e se dispôs, inclusive, a apresentar a nós Deputados a documentação, os contratos, etc.

Então, quero dizer que estarei lá no BNDES com V.Exa., para que eu possa ter acesso a algumas respostas, pois não consegui ainda as informações. Confirma?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Confirmo, com muito prazer.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Vou passar a palavra ao depoente, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente Felix, V.Exa. me permite 1 minuto? *(Pausa.)*

Presidente Felix, eu quero aqui apenas dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Não, Deputado! Vamos encerrar. Senão, todos vão querer...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu quero 1 minuto também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Deixem o depoente falar.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - É que eu não falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - É verdade, Deputado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu adoro 1 minuto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Mas peço a V.Exa. para abdicar desse tempo, para o depoente fazer as conclusões dele.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO - Quero agradecer aos Srs. Deputados. Quero reiterar aqui a minha disposição para esclarecer toda e qualquer dúvida, todo e qualquer aspecto ou operação relativa ao Banco Nacional de Desenvolvimento, embora não tenha sido este o objeto da nossa convocação, assim como estou, na minha posição como Conselheiro também, à disposição para esclarecer a respeito da PETROBRAS.

Agradeço muito aos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado.

Obrigado a todos os senhores. Depois de quase 9 horas, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença a todos e declaro encerrada a presente reunião.

Parabéns a todos!